

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE**

LUCIANA CRISTINA PINTO

**LIVROS E LEITURA EM CASTRO NO SÉCULO XIX: A PALAVRA ESCRITA EM
UMA SOCIEDADE DO INTERIOR DA PROVÍNCIA DO PARANÁ.**

**CURITIBA
2013**

LUCIANA CRISTINA PINTO

**LIVROS E LEITURA EM CASTRO NO SÉCULO XIX: A PALAVRA ESCRITA EM
UMA SOCIEDADE DO INTERIOR DA PROVÍNCIA DO PARANÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos

**CURITIBA
2013**

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Pinto, Luciana Cristina

Livros e leitura em Castro no século XIX: a palavra escrita em uma sociedade do interior da Província do Paraná / Luciana Cristina Pinto – Curitiba, 2013.

122 f.

Orientador: Profº. Drº. Antonio Cesar de Almeida Santos
Dissertação (Mestrado em Historia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Bibliotecas – História – Castro (PR). 2. Livro – História – Século XIX. I. Título.

CDD 002



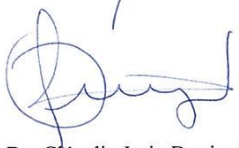
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Luciana Cristina Pinto, intitulada: **Livros e leitura em Castro no século XIX: a palavra escrita em uma sociedade do interior da Província do Paraná**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua.....**APROVAÇÃO**....., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e oito de agosto de dois mil e treze.


Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Claudio Luiz Denipoti (UEPG)
1º Examinador


Prof. Dr. José Roberto Braga Portella (UFPR)
2º Examinador

Aos moradores de Castro (PR).

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer às pessoas que de alguma maneira contribuíram para a execução deste trabalho, e com carinho quero lembrá-las.

Ao professor Dr. Antônio Cesar de Almeida Santos pela maneira com a qual conduziu minha orientação: a paciência, os livros e textos emprestados, as correções e minuciosas observações nas várias versões do texto, as conversas, cobranças, sinceridade, incentivo, enfim, toda ajuda. Saiba que admiro sua postura e seriedade profissional.

A professora Dr.^a Maria Luiza Andreazza pelas contribuições e sugestões neste trabalho; por toda ajuda nas aulas de Seminário de pesquisa. Aos colegas da disciplina também, pelas sugestões e desconfiças em torno do meu trabalho.

Aos professores do programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialmente o professor Dr. José Roberto Braga Portella e a professora Dr.^a Joseli Maria Nunes Mendonça pelas considerações e contribuições no exame de qualificação.

Ao professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Dr. Cláudio Denipoti pela ajuda prestada quando este trabalho era ainda uma ideia, por emprestar seus livros, por sua amizade. A professora, da mesma instituição, Ms. Elizabeth Johansen pela compreensão e ajuda no início das aulas do mestrado.

Agradeço à minha família, meus pais Terezinha Pinto e Vilmar Pinto, que mesmo sem compreender direito essa minha insistência em estudar história, estiveram sempre por perto apoiando e torcendo por mim; e minha irmã Bruna Mara por sua companhia e amizade.

Ao Erickson Artmann, e não encontro palavras para agradecer: as leituras, correções e revisões do texto, por toda ajuda principalmente nos momentos difíceis, e por ser meu companheiro em todos esses anos. Certamente, sem você este trabalho não chegaria ao fim.

Aos funcionários do Museu do Tropeiro minha eterna gratidão: Léa Cardoso Villela, que viabilizou o manuseio dos inventários. Fabiana Hey por toda ajuda e disponibilidade, desde as leituras dos manuscritos até as conversas compartilhadas. Daniele Martins, Dona Sofia, Milena Mayer e Zeca, obrigada! Saibam que conquistar a amizade de cada um de vocês me enobrece.

À minha amiga historiadora Lucimara Koss por me acompanhar nas várias viagens, nas aulas, por compartilhar as angústias, as expectativas, as alegrias em torno do curso de Mestrado, mas principalmente por sua amizade.

À minha amiga bióloga Valquiria Nanuncio pelo convívio, por todo apoio e amizade nestes últimos anos.

Aos amigos: Murieli Pontes, Itamar Lopes, Gilmara Hilgemberg, Karin da Rosa, Zilá Dal'Col, Bianca Barão, Juliana Kus, Lourenço Resende: por colaborarem, cada um à sua maneira, em minha trajetória.

Às chefes Maria Luzia Bertholino e Maria Aparecida Martins, pelo apoio fundamental ao compreenderem as minhas ausências.

À secretária Maria Cristina Parzwski por organizar nossa vida acadêmica, muitas vezes burocrática.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que viabilizou a compra de livros, as viagens aos eventos, e o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos que de forma direta ou indireta me inspiraram e provocaram a continuar esta pesquisa com palavras de apoio, gestos, textos, críticas; enfim, saibam que são dádivas em minha vida.

Talvez não haja na nossa infância dias que tenhamos vivido tão plenamente como aqueles que pensamos ter deixado passar sem vivê-los, aqueles que passamos na companhia de um livro preferido. Era como se tudo que para os outros os transformava em dias cheios, nós desprezásemos como um obstáculo vulgar a um prazer divino: o convite de um amigo para um jogo exatamente na passagem mais interessante, a abelha ou o raio de sol que nos forçava a erguer os olhos da página ou a mudar de lugar, a merenda que nos obrigavam a levar e que deixávamos de lado intocada sobre o banco, enquanto sobre nossa cabeça o sol empalidecia no céu azul; o jantar que nos fazia voltar para casa e em cujo fim não deixávamos de pensar para, logo em seguida, poder terminar o capítulo interrompido, tudo isso que a leitura nos fazia perceber apenas como inconveniências, ela as gravava, contudo, em nós, como uma lembrança tão doce (muito mais preciosa, vendo agora à distância, do que o que líamos então com tanto amor) que se nos acontece ainda hoje folhearmos esses livros de outrora, já não é senão como simples calendários que guardamos dos dias perdidos, com a esperança de ver refletidas sobre as páginas as habitações e os lagos que não existem mais.

Marcel Proust. **Sobre a leitura.**

RESUMO

O tema desta pesquisa é a história do livro ou a história da palavra impressa na sociedade de Castro (PR) no século XIX. O principal objetivo é apreender qual era a posição ocupada pelos livros e bibliotecas no interior da sociedade de Castro (e brasileira), e com isso aproximar os livros e as pessoas. As fontes de estudo são as informações que trazem os inventários *post mortem*, redigidos na cidade entre 1800 e 1870; e o Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro de 1878. A análise dos inventários segue o seguinte procedimento: a. Apreender as características da cidade de Castro no século XIX, para situar a sociedade em estudo; b. Identificar os proprietários de livros no período e região considerados; c. Traçar um perfil destes proprietários, considerando o universo sociocultural no qual estavam inseridos. No que concerne ao Relatório da Biblioteca, identificamos um grupo de homens que criou uma biblioteca, em forma de sociedade, e apesar das dificuldades, fomentaram o acesso e a leitura dos livros pelos frequentadores do local.

Palavras-chave: Paraná; manuscritos; posse de livros; bibliotecas; século XIX; inventários *post mortem*.

ABSTRACT

The subject of this research is the history of books or the history of the printed word in the society of Castro (PR) in the nineteenth century. The main purpose is to understand what was the position occupied by books and libraries within the society of Castro (and Brazilian), and thereby bring books and people closer. The sources of the study are the information that brings the post mortem inventories written in the town between 1800 and 1870; and the City of Castro Library Administration Report of 1878. The analysis of the lists follows the next procedure: a. Apprehend the characteristics of the city of Castro in the nineteenth century in order to situate society under study; b. Identify the owners of books in the period and area considered; c. Trace a profile of these owners, considering the socio-cultural universe in which they were inserted. Regarding the Library Report, we identified a group of men who created a library in the form of society and despite the difficulties, promoted access and reading of books by local attendees.

Keywords: Paraná; manuscripts; possession of books; libraries; XIX century; post mortem inventories.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ÉPOCA EM QUE A POVOAÇÃO DE CASTRO FOI ELEVADA À CONDIÇÃO DE VILA	27
FIGURA 2 – A “CIDADE DE CASTRO”, DE JEAN BAPTISTE DEBRET (1829).....	31
FIGURA 3 – INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL (1866).....	45
FIGURA 4 – MOVIMENTO NA BIBLIOTECA DA CIDADE DE CASTRO EM 1878.....	93

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PRESENÇA DE ESCRAVOS NO PARANÁ. FONTE: ILTON CESAR MARTINS (2011).....	63
TABELA 2 – INVENTÁRIO JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL (1866).....	71
TABELA 3 – RELAÇÃO DE LIVROS DO SÉCULO XIX NO MUSEU DO TROPEIRO	89
TABELA 4 – RELAÇÃO DE LIVROS DO SÉCULO XIX NO MUSEU DO TROPEIRO	89
TABELA 5 – RELAÇÃO DOS DOADORES DE LIVROS À BIBLIOTECA DA CIDADE DE CASTRO (1878).....	92

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	XI
LISTA DE TABELAS	XII
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – PARA PENSAR E IMAGINAR: BIBLIOTECAS E LIVROS EM CASTRO	25
1.1 – Vila de Castro: história e cultura	25
1.2 – As bibliotecas nos inventários <i>post mortem</i>	33
1.3 – Os livros no século XIX	48
CAPÍTULO 2 – AS PESSOAS E AS COISAS	55
2.1 – Trastes de casa, ferramentas, roupas, escravos, animais	55
2.2 – O perfil dos proprietários de livros através de seus pertences	69
2.3 – Objetos no interior da casa dos inventariados, possuidores de livros	79
CAPÍTULO 3 – HERANÇAS DE HISTÓRIAS?	83
3.1 – Livros, símbolo de diferenciação	84
3.2 – As bibliotecas e o início da produção literária na região	89
3.3 – Escolas: símbolos de emancipação	96
3.4 – O testamento como forma de redenção	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
FONTES	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

Minhas mãos, escolhendo um livro que quero levar para a cama ou para a mesa de leitura, para o trem ou para dar de presente, examina a forma tanto quanto o conteúdo. Dependendo da ocasião e do lugar que escolhi para ler, prefiro algo pequeno e cômodo, ou amplo e substancial. Os livros declaram-se por meio de seus títulos, seus autores, seus lugares num catálogo ou numa estante, pelas ilustrações em suas capas; declaram-se também pelo tamanho. Em diferentes momentos e em diferentes lugares, acontece de eu esperar que certos livros tenham determinada aparência, e, como ocorre com todas as formas, esses traços cambiantes fixam uma qualidade precisa para a definição do livro. Julgo um livro por sua capa; julgo um livro por sua forma.

Alberto Manguel¹

Minha relação mais próxima com os livros começou quando emprestei a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos² na biblioteca da Escola 31 de Março, em Ponta Grossa (PR). Tinha oito ou nove anos, e o que chamou minha atenção para o referido livro foi o título, que na época achei bonito. Logo descobri que o livro não tinha figuras, e as letras eram pequenas, mas as dificuldades iniciais logo cessaram quando descobri também que havia na história uma cachorra, chamada Baleia. Sempre fui apaixonada por cachorros. A relação que tive com esse livro marcou minha vida, porque além de ser o primeiro livro emprestado na biblioteca, era a descoberta de uma relação de cumplicidade. Por vários dias o livro foi minha melhor companhia, e ir toda semana fazer a renovação da obra, me fazia sentir uma emoção que não saberia descrever. Sempre achei as bibliotecas fascinantes, e o cheiro dos livros me deixava contente.

A leitura foi demorada. Na época não entendia direito, pois o autor narrava a seca e as condições sociais do Nordeste brasileiro, cenário até então desconhecido para mim, e a história se tornou mais “clara” com o passar do tempo. Porém enquanto lia *Vidas Secas*, só queria perseguir os passos da Baleia, e a emoção sentida quando minha personagem principal morreu foi muito profunda e marcante; percebi que existiam livros que faziam a gente chorar. Não consegui parar de ler e

¹ MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 149.

² O livro **Vidas secas** foi publicado, pela primeira vez, em 1938; depois disso, teve várias edições. Atualmente, está em sua XX edição. Ver: RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 1ª edição. José Olympio: Rio de Janeiro, 1938.

frequentar bibliotecas. Li outros livros que me fizeram rir, e despertaram várias sensações, até encontrar as obras da fase que chamam de “realista” de Machado de Assis.

Machado de Assis causou uma revolução em meu pensar, e me sentia privilegiada porque acreditava que o autor “conversava comigo”; ele dizia: “cara leitora”, “leitora amiga”, “desgraçada leitora”. Eu tinha doze anos, e li, em sequência: **Memórias póstumas de Brás Cubas**³, **Quincas Borba**⁴, **Dom Casmurro**⁵, **Esau e Jacó**⁶ e **Memorial de Aires**⁷, imaginando que o autor falava “diretamente” comigo. Foi algo incrível, nenhum outro autor havia sido tão direto em sua narrativa.

Quincas Borba em particular me fez chorar, novamente pela morte de um cão, o Quincas Borba. Estava num ônibus indo para a escola, e faltavam apenas três páginas para terminar o livro, pensei que leria rápido e devolveria o livro na biblioteca. A leitura de fato foi rápida, mas as lágrimas que resultaram dela me fizeram esquecer por alguns instantes que estava em um ônibus e chamaria a atenção dos curiosos com minha choradeira. Mas quando me recuperei do choque, sentia uma dor inexplicável porque criei uma relação tão próxima com a história, que seria doloroso me separar daquele livro. E assim foi, entreguei no balcão da biblioteca e a pessoa que me atendeu tinha os gestos tão mecânicos e frios, que nem percebeu que eu estava sofrendo. Caminhei até a porta e tive que olhar para trás, para o livro. Ele estava sobre o balcão, junto com outros livros e tive que ir para a sala de aula e fingir que estava tudo bem, quando na realidade só pensava no livro, na história narrada, no cão...

No período da graduação continuei “rato de biblioteca”, mas as leituras eram direcionadas para a história e historiografia, as leituras eram indicadas e tínhamos que fazer provas e trabalhos acadêmicos voltados para referências bibliográficas

³ O livro **Memórias póstumas de Brás Cubas** foi publicado, pela primeira vez, em 1880. Atualmente está em domínio público, disponível para download. Ver: MACHADO DE ASSIS. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 1ª edição. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1880.

⁴ O livro **Quincas Borba** foi publicado, pela primeira vez, em 1881. Atualmente está em domínio público, disponível para download. Ver: MACHADO DE ASSIS. **Quincas Borba**. 1ª edição. Livraria Garnier. Rio de Janeiro, 1881.

⁵ O livro **Dom Casmurro** foi publicado, pela primeira vez, em 1899. Atualmente está em domínio público, disponível para download. Ver: MACHADO DE ASSIS. **Dom Casmurro**. 1ª edição. Livraria Garnier. Rio de Janeiro, 1899.

⁶ O livro **Esau e Jacó** foi publicado, pela primeira vez, em 1904. Atualmente está em domínio público, disponível para download. Ver: MACHADO DE ASSIS. **Esau e Jacó**. 1ª edição. Livraria Garnier. Rio de Janeiro, 1904.

⁷ O livro **Memorial de Aires** foi publicado, pela primeira vez, em 1908. Atualmente está em domínio público, disponível para download. Ver: MACHADO DE ASSIS. **Memorial de Aires**. 1ª edição. Livraria Garnier. Rio de Janeiro, 1908.

específicas, e o número de leituras aumentou. Embora em contextos diferentes, as leituras acadêmicas também me despertaram sentimentos diversos, e não poderia ser diferente, impossível não se comover com “Apologia da História ou o ofício do historiador”, de Marc Bloch,⁸ ou “Combates pela História”, de Lucien Febvre⁹, entre muitos outros.

Hoje, e relacionando a minha experiência leitora com a pesquisa, o fato a considerar é que as leituras feitas ao longo da vida são diferentes, e têm significados distintos, com maior ou menor relevância. Isso acontece porque nós leitores mudamos, e também nossas visões de mundo, conhecimentos, opiniões, e os livros, que são o suporte dos textos e conseqüentemente das ideias, tornam-se peças fundamentais nesse processo de evolução pessoal e social. A maioria dos livros que li não eram meus, eram emprestados, e eu tinha o compromisso de cuidar deles para devolvê-los da mesma maneira que os retirei da biblioteca; mas muitos livros traziam anotações nas bordas, feitas por outros leitores; outros eram antigos e carregavam as marcas do tempo, nas páginas amareladas ou nas capas danificadas, gastas pelo manuseio. Assim, vejo a história do livro¹⁰ como algo fantástico, por estes e por muitos motivos: existem obras que marcam nossa história, que nos causam dor, revolta, raiva ou alegria, inspiração, comoção – sentimentos tão nobres – que estreitam a relação de homens e livros.

Essa *ego-trip* foi inspirada no estilo da Introdução da tese do historiador Cláudio Denipoti¹¹, com a intenção de relativizar o contato do historiador com sua pesquisa.

A chamada Primeira Geração do Movimento dos *Annales* (1920–1945)¹² propunha a ampliação das fontes utilizadas pelos historiadores. Havia outras

⁸ BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

⁹ FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989.

¹⁰ Discutiremos adiante “a história do livro” como conceito; por hora nos referimos num sentido comum, história como trajetória.

¹¹ DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura: livros, leitores e História Cultural (1880-1930)**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998. p. 5.

¹²BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Ed. Universidade Paulista, 1991. p. 8.

propostas, como a interdisciplinaridade, que se concretizaria no diálogo dos historiadores com as outras disciplinas como a antropologia, a sociologia, a geografia, a linguística. O método que iria mudar de maneira significativa a relação dos historiadores com suas fontes seria a chamada “história problema”; *grosso modo*, os historiadores deveriam ter uma questão de partida para analisar suas fontes, que de forma alguma seriam neutras. Essa Geração dos *Annales*, liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch, historiadores combativos, propunha uma história contrária à escrita da história política tradicional, dos fatos, dos grandes heróis. As novas propostas contribuíram para uma nova maneira de pensarmos a história e, conseqüentemente, de nos relacionarmos com os novos temas e problemas. Assim, quando dialogamos com os registros do passado, percebemos a atualidade do pensamento de Febvre e Bloch para as ciências do homem.

Fernand Braudel liderou a chamada Segunda Geração dos *Annales*, que trouxe para a historiografia “conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a história serial das mudanças na longa duração)”¹³. Mas foi a partir de 1968, com a Terceira Geração, que se destacou a História Cultural da sociedade, da qual a história do livro, ou história da palavra impressa, é uma das vertentes, destacando os estudos do historiador francês Roger Chartier.

A fim de apreender a importância do livro dentro de certa sociedade, sua relação com o homem e interferência no *ser* social e cultural, observando aspectos que envolvem a história do livro numa percepção geral, e compreendendo a forma física do livro, voltamos ao seu aparecimento, diretamente relacionado com a indústria do papel existente, desde o século XV, na França.

Contudo, enquanto aparece o livro, as necessidades de papel aumentam em muitos domínios. A instrução difunde-se, as negociações comerciais se aperfeiçoam e se complicam, as escriturações multiplicam-se; além disso, precisa-se de “papel comum” para os trabalhos manuais: donos de armazéns, de mercearias, de velas o vendem. Cria-se uma multidão de ofícios que dependem da indústria papeleira: os cartiers, fabricantes de papelão e de cartas de jogo, ou ainda papeleiros coladores de folhas. (...) Mas o principal cliente do papel continua sendo o impressor.¹⁴

¹³BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**. Op. Cit. p. 8.

¹⁴ FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora UNESP – Hucitec, 1992. p. 58-59.

Portanto, o papel movimenta vários setores, envolve o trabalho de muitas pessoas até a forma final do impresso, seu resultado. No prefácio da obra **O aparecimento do livro**, Febvre enfatiza as transformações que os impressos trouxeram aos hábitos intelectuais da sociedade ocidental:

Por volta de 1450, quase em toda parte do Ocidente, mas sobretudo, parece, nos países do Norte, aparecem “manuscritos” bastante singulares. Não muito diferentes, pelo aspecto, dos manuscritos tradicionais, mas compreende-se logo que foram “impressos” em papel ou, algumas vezes, numa pele rara e fina, o velino – com a ajuda de caracteres móveis e de uma prensa. É um procedimento bastante simples, mas um forte movimento de curiosidade nasce sobre o assunto. De fato, os novos livros vão determinar profundas transformações não somente nos hábitos mas nas condições de trabalho intelectual dos grandes leitores da época, religiosos ou leigos.¹⁵

Ao longo da história do livro impresso (que em parte compreendemos e em muito ainda buscamos construir), mudaram os suportes e também as maneiras de ler, e com isso, o envolvimento da sociedade com seus livros. Essas transformações determinam mudanças significativas para os leitores: basta pensar no códex e na praticidade de caminhar com um livro nas mãos, de transportá-lo para vários lugares; além destes hábitos serem praticamente impossíveis com o rolo antigo, seu leitor ficava “preso” ao local do livro. Assim, a leitura tornou-se uma experiência possível em qualquer lugar e momento, como por exemplo, a minha leitura de **Quincas Borba** no ônibus; essa cumplicidade entre o leitor, o livro e o lugar em que se realiza a leitura, grava muitas vezes em nossas memórias experiências marcantes. Com o avanço das tecnologias e a revolução cultural que trouxe a palavra impressa, a sociedade, de maneira gradual, adaptou-se às novas maneiras de se portar diante de um texto.

Os livros são compreendidos neste trabalho como bens culturais: tratados como “bens” ou “objetos”, eles são culturais porque fazem parte da cultura dos indivíduos que os produziram e/ou manuseavam de acordo com certos padrões sociais que caracterizam o século XIX.

¹⁵FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora UNESP – Hucitec, 1992. p. 13.

Um livro é um objeto cultural bem conhecido no nosso tipo de sociedade. Para a sua produção, são movimentadas determinadas práticas culturais e também representações, sem contar que o próprio livro, depois de produzido, irá difundir novas representações e contribuir para a produção de novas práticas. (...) A produção de um bem cultural, como um livro ou qualquer outro, está necessariamente inscrita em um universo regido por estes dois pólos que são as práticas e as representações.¹⁶

Os conceitos de “práticas” e “representações” foram trazidos à História Cultural pelo historiador francês Roger Chartier:

(...) a contribuição decisiva de Roger Chartier para a História Cultural está na elaboração das noções complementares de "práticas" e "representações". De acordo com este horizonte teórico, a cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois pólos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos "entre práticas e representações", como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos 'modos de fazer' e aos 'modos de ver'.¹⁷

Assim, as contribuições de Chartier sobre “práticas” e “representações” revelam a importância de pensarmos a história do livro, este bem cultural que, até o resultado final em forma de livro, passa por muitas mãos, até chegar, em seu aspecto físico, ao leitor. E cada leitura será diferente, mostrando assim, a relação de forma nenhuma neutra entre os livros e as pessoas.

Segundo Chartier, “o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação”.¹⁸ Por outro lado, segundo o historiador americano Robert Darnton, os historiadores do livro inseridos nos estudos ligados ao movimento dos Annales, “não se interessavam por livros raros e edições de luxo; pelo contrário, concentraram-se no tipo mais comum de livros, porque queriam descobrir a experiência literária dos leitores comuns”.¹⁹

¹⁶ BARROS, José D'Assunção. **História Cultural**: um panorama teórico e historiográfico. Disponível em: seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/download/5925/4901. Acesso em: 10-04-2013. Formato pdf. p. 16.

¹⁷ BARROS, José D'Assunção. **História Cultural**. Op Cit. p. 13.

¹⁸ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 8 (primeira edição de 1992).

¹⁹ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. p. 110.

No Brasil, esse campo da história do livro e da leitura atraiu muitos pesquisadores, e alguns deles são referência para esta dissertação: Luiz Carlos Villalta²⁰, Márcia Abreu²¹, Leila Mezan Algranti²², entre outros. A proposta da maioria segue no sentido de estudar leitores e possuidores de livros e bibliotecas no passado; Márcia Abreu e Villalta, especialmente, pesquisaram sobre livros e leitores em inventários *post mortem*, embora em regiões diferentes e com enfoques distintos. De qualquer forma, os inventários *post mortem* são uma fonte importante nesta busca, pois além de mostrar a existência dos livros entre os pertences das pessoas, trazem elementos relacionados às classes sociais e à cultura destas, o que é ainda mais significativo quando somamos a este estudo os testamentos.

A partir da informação de que havia registros de livros em inventários *post mortem* do século XIX no município de Castro, iniciamos nossa pesquisa com visitas ao Fórum de Castro e ao Museu do Tropeiro, e o primeiro contato/manuseio dos inventários foi no dia 15 de janeiro de 2008.

Segundo levantamento feito entre 2003 e 2011 pelos funcionários do Museu do Tropeiro em Castro, num total de 632 inventários do período de 1800 a 1870, onze destes documentos contém registros de livros no arrolamento dos bens²³. Os inventários estão em bom estado de conservação, o que facilita seu manuseio; porém, é importante explicar que alguns fragmentos desses inventários foram transcritos por pessoas do Museu do Tropeiro em Castro. Os documentos originais se encontram sob a guarda do Fórum da Comarca de Castro, e foi necessário pedirmos autorização ao Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Castro para termos acesso aos documentos deste período. No início de 2009 conseguimos transferir os inventários originais do Fórum para o Museu do Tropeiro, o que facilitou muito a pesquisa neste local mais apropriado.

²⁰ Dentre outras obras, pode-se citar: VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. & SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²¹ Ver: ABREU, Márcia. **Quem lia no Brasil Colonial?** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4ABREU.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande/MS – setembro 2001. ABREU, Márcia. **Os caminhos do livro**. Campinas / SP, Mercado de Letras, Associação de leitura do Brasil (ALB) & São Paulo, FAPESP, 2003.

²² ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. (Orgs). **O Império por Escrito**. São Paulo: Alameda, 2009.

²³ Discutiremos adiante esses números, situando-os em relação à população envolvida.

As transcrições produzidas pelo Museu do Tropeiro de Castro apresentam um cabeçalho, os envolvidos e a avaliação dos bens. O trabalho realizado por essa Instituição tem o sentido de disponibilizar ao pesquisador informações sobre os inventários, facilitando, de certa forma, o acesso e a leitura dos mesmos, pois não existe uma sala para pesquisa no Fórum e a caligrafia dos documentos exige tempo por parte do pesquisador para lê-los.

Os onze inventários com os quais trabalhamos foram: Inventário dos bens pertencentes à Fazenda Pitangui (1806); Inventário de Baltazar Luiz Rodrigues (1809); Inventário de Manoel Lopes Branco e Silva (1810); Inventário do Capitão Mor José Rodrigues Betim (1811); Inventário de José Manuel Ferreira (1829); Inventário de Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa (sua mulher) (1832); Inventário de José Maria Lima (1836); Inventário do Reverendo José Loureiro da Silva (1841); Inventário de Pedro de Tal, francês (1856); Inventário de José Joaquim Marques e Souza (1864); Inventário de Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel (1866).

Destes documentos, cinco trazem testamentos anexados – foram estes com os quais trabalhamos –, e os testadores foram: Baltazar Luiz Rodrigues, Manoel Lopes Branco e Silva, o Capitão Mor José Rodrigues Betim, José Manoel Ferreira e o Reverendo José Loureiro da Silva. É importante explicar que fizemos fotografias digitais dos originais manuscritos de todos os documentos citados acima, com todos os cuidados necessários para a sua conservação, facilitando, assim, a leitura e consulta dos originais.

Para a análise da documentação, consideramos o seguinte procedimento: apreender as características da cidade de Castro no século XIX, para situar a sociedade em estudo; identificar os proprietários de livros no período e região considerados; traçar um perfil destes proprietários, considerando o universo sociocultural no qual estavam inseridos; apreender qual era, afinal, a posição ocupada por este objeto (o livro) no interior da sociedade de Castro (e brasileira).

Nosso objetivo, portanto, foi compreender parte dos hábitos culturais da sociedade de Castro no século XIX, a partir das informações contidas nos inventários *post mortem*, especificamente aqueles que apresentam livros como bens arrolados. Nesse sentido, procuramos responder à questão: o que a posse destes objetos (livros) significava no interior daquela sociedade?

Nosso método de pesquisa tomou o italiano Carlo Ginzburg²⁴ como referência, considerando a possibilidade de utilização de um método indiciário: a partir dos nomes próprios indicados nos inventários, coletamos pistas da presença dos envolvidos no tecido social da cidade de Castro.²⁵ Carlo Ginzburg não realizou pesquisas em história do livro, mas as contribuições do seu “método indiciário” foram importantes para as Ciências Humanas, porque quando relaciona o “método” com a semiologia médica, ou seja, assim como o médico investiga os sintomas para produzir um diagnóstico, outros saberes podem produzir conhecimentos interpretando as pistas, os sinais.²⁶

Em relação ao objeto livro, entendemos que, ao determinar a posição social dos seus possuidores, será possível perceber o seu “valor” para aquela sociedade. Com relação aos poucos registros de livros nos manuscritos, Luiz Carlos Villalta, que também utilizou inventários *post mortem* como fonte de pesquisa, observa: “Deve-se salientar que os registros de livros feitos nos inventários de Mariana (o que não é uma particularidade local, como se sabe) não contêm, às vezes, informações minimamente precisas sobre os livros, o que cria obstáculos à investigação histórica”. Ainda assim, o pesquisador mineiro mostrou a potencialidade desse tipo de fonte, ao escrever, entre outros temas, sobre os “usos do livro na América Portuguesa”.²⁷

No primeiro capítulo tratamos do contexto do objeto da pesquisa ao discutir aspectos da formação, da história e da cultura da vila de Castro. Nele também apresentamos as bibliotecas nos inventários *post mortem*, explorando qual era a porcentagem monetária dos livros no total dos bens dos inventariados. Por fim, abordamos algumas das maneiras pelas quais os livros usualmente chegariam às mãos de seus leitores e/ou possuidores naquele contexto.

No segundo capítulo, as informações encontradas nos inventários que pesquisamos apontam para a “cultura material” da sociedade estudada, de forma

²⁴ Nascido em 1939, Carlo Ginzburg é um dos nomes mais influentes em estudos sobre Micro-história, com livros que contribuíram para o desenvolvimento da historiografia como exemplo: *O queijo e os vermes* (1976) e *Mitos, emblemas, sinais* (1990), entre outros.

²⁵ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **Micro-História e outros Ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

²⁶ GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. São Paulo: Tese de doutorado, 1999. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14122009-115825/pt-br.php>. Acesso em: 21-11-2011. p. 295.

que pudemos compreendê-los (em parte) naquele contexto. Convém explicar que as transcrições com as listas dos bens do período estudado encontram-se em catálogos, encadernados e organizados, entre o período de 2003 e 2011, por funcionários da cidade de Castro.²⁸ Assim, selecionamos aleatoriamente uma amostra destas transcrições retirada do conjunto de inventários (entre 1800 e 1870). Os doze inventários com os quais trabalhamos foram: Inventário de Leonor Alves Araújo (1800); Inventário de Ignácio Pereira da Silva (1800); Inventário de Antônia Ribeira (1812); Inventário de Luciana das Dores (1820); Inventário de Felícia Maria de Jesus (1822); Inventário de Dona Rosa do Espírito Santo (1827); Inventário de Ana Gertrudes do Sacramento (1831); Inventário de Francisco João Batista (1832); Inventário de Manoel Francisco de Lima (1841); Inventário de João Carneiro Lobo (1844); Inventário de Maria Marques da Silva (1852); Inventário de Francisca Barbosa de Macedo (1861). Analisamos também, o perfil dos proprietários de livros, através de seus pertences descritos em seus respectivos inventários *post mortem*.

No contexto da morte, muitos queriam quitar suas dívidas, nomear seus credores, seus filhos (legítimos ou não) e, enfim, manifestar seus interesses em testamento. Compreendendo que todos os bens deixados pelo morto são heranças, e que podem representar certa forma de redenção diante da morte, no terceiro capítulo da dissertação discutimos as especificidades dos testamentos que dispomos como fontes de pesquisa. Assim, para além das formalidades judiciais, as informações que trazem os testamentos manifestam as últimas vontades das pessoas, possibilitando entender parte da dinâmica social em que estavam envolvidas; por exemplo, como seriam os rituais fúnebres dos testadores citados, quais eram suas concepções diante da morte, suas posturas religiosas e familiares. Analisamos as semelhanças e diferenças entre os quatro testadores²⁹, moradores de Castro.

No decorrer desta pesquisa encontramos outra fonte, relacionada à presença de livros na sociedade de Castro no oitocentos, que foi somada aos inventários e testamentos mencionados: um Relatório da Biblioteca da cidade de Castro do ano

²⁸ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Castro, 2003 – 2011.

²⁹ Testadores: Baltazar Luiz Rodrigues, Manoel Lopes Branco e Silva, o Capitão Mor José Rodrigues Betim e o Reverendo José Loureiro da Silva. Inventariados em 1809, 1810, 1811 e 1841 respectivamente.

de 1878.³⁰ O Relatório possui oito páginas, escritas pelo presidente Antônio José Madureira e pelo bibliotecário Dr. Manoel da Cunha Lopes Vasconcellos; o manuscrito está sob a guarda do Arquivo Público do Paraná. De maneira geral, o documento traz informações sobre a compra de livros, a relação de nomes de doadores e a quantidade de livros que a biblioteca comportava. Portanto, um grupo de homens criou uma biblioteca, em forma de sociedade e apesar das dificuldades, fomentando o acesso e a leitura dos livros pelos frequentadores do local.

Por fim, voltamos à reflexão sobre o significado dos livros e das bibliotecas no contexto daquela sociedade, mencionando também as primeiras escolas em Castro e o ensino na região. Devemos considerar a possibilidade de que livros tenham sido omitidos em toda a documentação estudada, e que outros circularam entre pessoas que não tiveram seus bens documentados.

A pesquisa nos possibilitou conhecer melhor os possuidores de livros, considerando seus aspectos em comum e diferenças sócio-culturais, sem dissociá-los de tantos outros de seus pertences culturais e econômicos (que incluíam outras pessoas, os escravos), compreendendo a sociedade a partir dos dados presentes na documentação e possibilitando outras inferências sobre o passado da região, contribuindo, num contexto mais amplo, com o debate sobre a história cultural da região.

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro**, 31 de junho de 1878., AP 544, 1878, v.II. Com esta fonte, avançamos cronologicamente além de 1870.

CAPÍTULO I – PARA PENSAR E IMAGINAR: BIBLIOTECAS E LIVROS EM CASTRO

Mesmo que pareça ser impossível estabelecer o número [dos] leitores que não sabiam sequer assinar, ou o dos leitores que não possuíam um livro sequer (pelo menos não um livro que fosse digno de ser anotado pelo notário que fazia o inventário de bens) mas que, assim mesmo, liam panfletos e cartazes, folhas volantes e jornais, é preciso pensar neles como tendo sido numerosos, para compreender o impacto do escrito impresso sobre as formas antigas de uma cultura que ainda era bastante oral, gestual e iconográfica.

Roger Chartier³¹

No capítulo que segue apresentaremos algumas informações sobre a nossa principal fonte de pesquisa. Também discutiremos elementos de uma cultura letrada na cidade de Castro, no século XIX, a qual estaria relacionada ao poder aquisitivo das pessoas. Trataremos do contexto do objeto da pesquisa ao discutir aspectos da formação, da história e da cultura da vila de Castro. Nele também apresentamos as bibliotecas nos inventários *post mortem*, explorando qual era a porcentagem monetária dos livros no total dos bens dos inventariados. Por fim, abordamos algumas das maneiras pelas quais os livros usualmente chegariam às mãos de seus leitores e/ou possuidores naquele contexto.

1.1 – Vila de Castro: história e cultura

Ao longo do século XIX o Brasil conheceu três diferentes regimes políticos: a Colônia, que terminou em 1822 com a “proclamação da independência”; o chamado Império, que durou até 1889, quando oficialmente começou a República. Essas datas e nomenclaturas, no entanto, são convenções da história do Brasil, mas para grande parte da população as mudanças não seriam sentidas tão claramente em seu cotidiano. Para todos os efeitos, o século XIX é o período cronológico em que se

³¹ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 25.

insere a nossa pesquisa, e a região estudada é a vila (que a partir de 1857 se torna cidade) de Castro.

Castro faz parte de uma região conhecida como Campos Gerais do Paraná, que se localiza, na maior parte, no Segundo Planalto paranaense. Entretanto, justamente a parte dos Campos Gerais que corresponde ao município de Castro localiza-se no Primeiro Planalto. A região era caracterizada por campos nativos e também capões onde existiam araucárias, imbuías, cedros e outras madeiras, paisagem bastante alterada atualmente, ocupada por lavouras, pastagens artificiais e plantações de pinus³². Os arenitos da chamada “Formação Furnas” também compõe a paisagem natural de toda a região³³.

Os inventários *post mortem* e os testamentos de alguns habitantes da cidade de Castro, foram escritos no contexto do Oitocentos e inseridos nesta região específica, há muito estudada por escritores regionais ou não. Um destes escritores, hoje referência obrigatória em pesquisas sobre a história de Castro, é Oney Barbosa Borba, que argumenta sobre a nomenclatura e divisão política do Paraná, no início do século XIX: “Antes da criação da Província do Paraná [1853], todos os habitantes do primeiro, segundo e terceiro planaltos da 5ª Comarca da Capitania e depois Província de São Paulo, eram conhecidos como *curitibanos*, porque as vilas, com exceção das do litoral, estavam juridicamente subordinadas à vila de Curitiba”.³⁴

³² LANGE, Francisco Lothar Paulo. **Os Campos Gerais e sua Princesa**. Curitiba: COPEL/F. L.P. Lange, 1998. p. 9.

³³ MENEGUZZO, Isonel Sandino; DE MELO, Mário Sérgio. **Escarpa Devoniana**. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/escarpa.htm>. Acesso em: 19-07-2013.

³⁴ BORBA, Oney Barbosa. **Os Ipoenses**. 2ª Edição. Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1986. p. 55. Com grifo no original. Conforme Oney Borba, a Vila Nova de Castro foi criada em uma solenidade realizada no dia 20 de janeiro de 1789, e seu nome homenageia o ministro português Martinho de Mello e Castro. Op. Cit. p. 21-22.

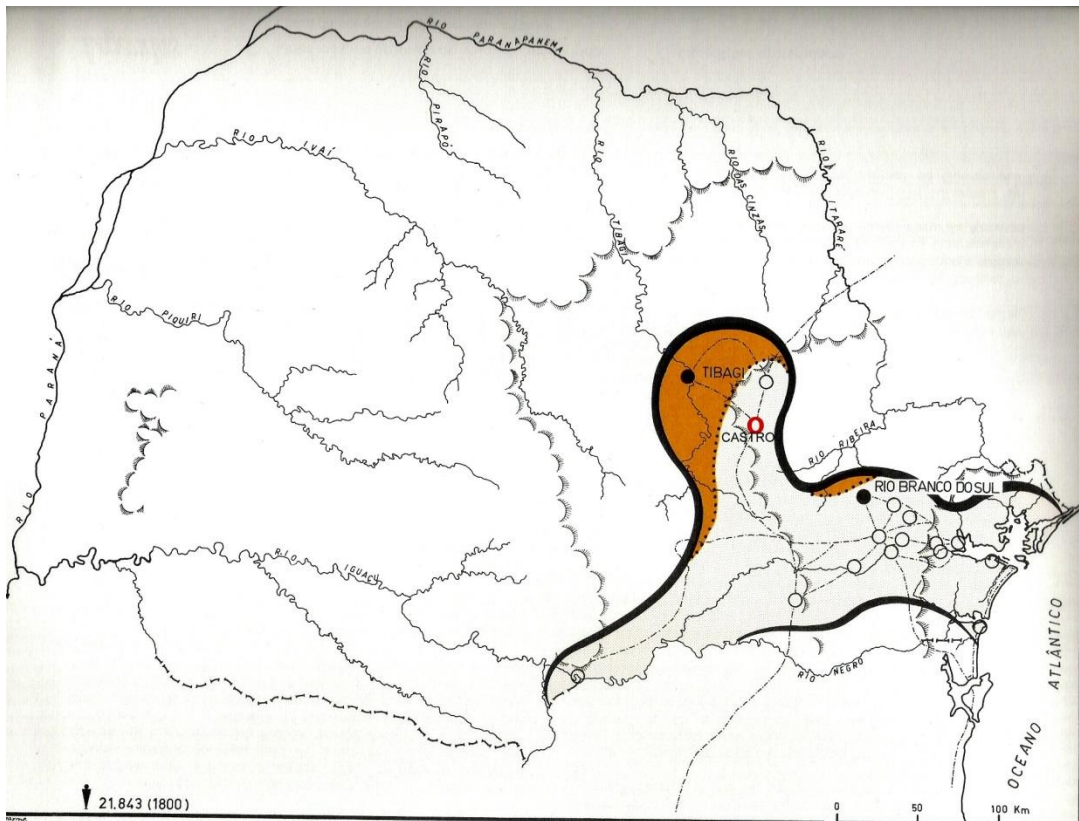


FIGURA 1 – A Figura mostra a extensão do território então ocupado, à época em que a povoação de Castro foi elevada à condição de vila. Até 1780, a ocupação estendia-se até a linha pontilhada, pouco adiante da então freguesia de Sant’Ana do Iapó. A população estimada para toda a região “curitibana” e litoral, em 1800, era de pouco mais que 20.000 habitantes. FONTE: CARDOSO, Jayme A.; WESTPHALEN, Cecília M. **Atlas histórico do Paraná**. 2ª Ed. Curitiba: Livraria do Chain Editora, 1986. p. 51.

Como trabalhamos com uma pequena parte da história de Castro, onde perseguimos os livros inventariados e os homens que os tinham, o trabalho historiográfico encontra alguns limites. Operamos com recortes, com dados específicos que nos revelam apenas parciais considerações, por isso encontramos lacunas na pesquisa. Futuramente, as lacunas serão problematizadas, pois a produção na história felizmente não cessa e a historiografia, assim, torna-se rica pela multiplicidade de olhares que se voltam, em focos diferentes, para o passado.

Com relação ao Paraná, é preciso inseri-lo num debate mais amplo com a história do Brasil, porque sabemos *a priori* que não existe uma história do Paraná “desligada” de uma história do Brasil. Convém lembrar que, no início do século XIX, alguns acontecimentos marcaram a história do país, com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro em 1808: as medidas de D. João VI que beneficiaram o país, do ponto de vista cultural, como a criação da Biblioteca Real, do Museu Nacional, do

Observatório Astronômico, da Escola Real de Artes, entre outros, e ainda o esforço do monarca para trazer seus livros de Portugal na conturbada fuga para a Colônia³⁵.

O contexto vivido nos Campos Gerais de fins do século XVIII e início do século XIX faz parte do que estava acontecendo no mundo. Segundo Elizabete Alves Pinto e Maria Aparecida Cezar Gonçalves, Castro era rota de passagem para viajantes que circulavam entre o sul do Brasil e as regiões do sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

Todo e qualquer viajante, comerciante ou aventureiro que se dirigisse por terra de São Paulo para o extremo sul do país, nos finais do século XVIII e nos inícios do século XIX, deveria atravessar as terras da Comarca de Castro (sic), alcançando o bairro de Ponta Grossa, que se constituía, à época, num local obrigatório de passagem, ligada que estava ao Caminho do Viamão.³⁶

Rui Wachowicz, em sua **História do Paraná**, já havia apresentado alguns elementos sobre a formação das vilas da região, apontando que,

No início do século XIX, esta sociedade campeira que nasceu paulista, transformou-se em paranaense e recebeu forte influência riograndense. Nesta época, já estava integrada social, política e economicamente aos núcleos que formariam o Paraná. Apesar dessa integração, as populações não latifundiárias dos Campos Gerais eram relativamente pobres. Em 1820, as casas de Castro eram de pau a pique. Na Lapa, as primeiras casas de alvenaria surgiram em 1824. Mas em 1844, algumas casas de Palmeira, Ponta Grossa e Castro já eram de pedra e cal.³⁷

Jayme Cardoso e Cecília Westphalen também dedicaram atenção ao estudo da formação do território e da sociedade que, em meados do século XIX, constituiriam a Província do Paraná. Para esses autores, “a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais”, sendo que a mais antiga, chamada de “Paraná Tradicional”, “estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva

³⁵ SOARES, Flávia dos Santos. **A Instrução Pública e o ensino de matemática no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI**. Disponível em: <http://limc.ufrj.br/hitem4/papers/37.pdf>. Acesso em: 01-07-2013. p. 1-3.

³⁶ PINTO, Elizabete Alves; GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983. p. 17.

³⁷ WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. 2ª edição. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. p. 99.

mate e da madeira”.³⁸ Esse “Paraná Tradicional” estende-se desde o litoral até os campos de Castro, Tibagi e Guarapuava.

O palco no qual se desenrola o cotidiano e a vida das pessoas que vamos estudar insere-se, assim, nas comunidades tidas como pertencentes ao “Paraná Tradicional” apontado por Cardoso e Westphalen. É importante salientar que desde o último quarto do século XVIII, até as décadas finais do século XIX, toda a região dos Campos Gerais esteve fortemente marcada pelo tropeirismo, atividade econômica surgida no início do Setecentos. Mas, devido à formação de campos naturais propícios à criação de gado, a atividade pecuária cresceu, assim como, talvez em menor grau, a agricultura.

Diversos pesquisadores nos ajudam com a reconstituição do início dessa história local, reafirmando a influência da atividade do tropeirismo no povoamento dos Campos Gerais.

Ligadas ao tropeirismo, ainda no século XVIII pequenas povoações começaram a surgir ao longo do Caminho das Tropas. Nos locais em que as tropas fixavam pouso, fazendo seus pequenos ranchos para descanso, trato e engorda do rebanho, ou esperando passar as chuvas e baixar o nível dos rios, logo surgia um ou outro morador, fundando casa de comércio, interessado em atender as necessidades dos tropeiros. Dessa forma, pequenas freguesias e vilas, como o Príncipe (Lapa), Palmeira, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Castro e Jaguariaíva, tiveram seu desenvolvimento inicial dependente das fazendas e do movimento das tropas.³⁹

Outro aspecto importante para o estudo da formação dessas povoações do segundo planalto paranaense é o da doação de terras e a formação das fazendas, além do uso de trabalho escravo. Conforme Bruna Marina Portela, também referindo-se ao contexto inicial do século XVIII,

Com a abertura do caminho do Viamão muitas povoações foram surgindo e prosperando ao longo da estrada, como foi o caso de Castro, que em 1730, ano de abertura de tal caminho, tinha a denominação de Pouso do Iapó. Porém, a ocupação desse território remonta ao início do século XVIII quando sesmarias foram distribuídas na região. As terras foram adquiridas principalmente por proprietários vindos de Paranaguá, Santos e São Paulo, sendo que

³⁸ CARDOSO, Jayme Antônio & WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. 2ª Edição. Curitiba: Editora Livraria do Chain, 1986. p. s/p.

³⁹ DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LAMB, Roberto Edgar. **A ocupação dos Campos Gerais**. Disponível em: http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/campos_gerais_ocupacao.htm. Acesso em: 18-05-2012.

uma boa parte deles não residia na sesmaria recebida, ou seja, eram proprietários absenteístas, que contavam apenas com um fazendeiro e escravos para fazer prosperar a terra.⁴⁰

Elemento importante para as atividades econômicas da região, a presença de escravos é abordada por Magnus Pereira:

Apenas durante o século XIX, haveria uma diferenciação significativa entre Paraná e São Paulo no que se refere aos escravos. Enquanto em território paulista a utilização do trabalho escravo se acentuaria devido á expansão cafeeira, na região paranaense ocorreria o inverso. O declínio econômico dos Campos Gerais e os altos preços alcançados pelos escravos na lavoura cafeeira, provocados pela proibição do tráfico, estimulariam a transferência de uma grande parcela de escravos para São Paulo, alterando o panorama demográfico paranaense.⁴¹

Assim, segundo o autor, até meados do século XIX, era comum a presença de escravos na região dos Campos Gerais, “onde predominavam as fazendas de criar ou invernar”, destacando que “a composição da população” de Castro mostra que “a sociedade ainda estava estruturada em torno de uma organização escravista de trabalho”.⁴² Para o período, a população local estava estimada em 5.899 habitantes, dos quais 3.618 seriam brancos, 1.295 pardos, 986 pretos e 796 escravos.⁴³

Quanto ao aspecto físico da povoação de Castro, podemos levar em conta o olhar do pintor Jean-Baptiste Debret, que mostra um ambiente urbano bastante rarefeito (mas também não muito diferente das demais cidades do Paraná e de inúmeras outras espalhadas pelo interior do território brasileiro).

⁴⁰ PORTELA, Bruna Marina. **Caminhos do cativo**: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830). Curitiba: Dissertação de Mestrado – UFPR, 2007. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/11749/Brunamarinaportela.pdf?sequence=1>
Acesso em: 10-12-2011. p. 9.

⁴¹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Dos escravos e outros não-morigerados. In: **Semeando iras rumo ao progresso**: (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829 – 1889). Curitiba: Ed. UFPR, 1996. p. 57, 58.

⁴² PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Op Cit. p. 60.

⁴³ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Op Cit. p. 59.



FIGURA 2. A “cidade de Castro”, de Jean Baptiste Debret (1829)
 FONTE: BANDEIRA, Julio e LAGO, Pedro Correia do. **Debret e o Brasil: Obra completa 1816-1831**. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2007. p. 284.

Até 1853, quando da emancipação política da província do Paraná, existiam as seguintes localidades: Paranaguá, a cidade mais antiga, Guaratuba, Guaraqueçaba, Antonina e Morretes ficavam no litoral; Curitiba e Lapa estavam no primeiro planalto paranaense; Castro e Ponta Grossa eram as vilas situadas nos Campos Gerais; e, mais a oeste, acima da Serra da Esperança, ficava a recém criada vila de Guarapuava.

A população da nova Província também era rarefeita; os pouco mais de 62 mil habitantes distribuíam-se irregularmente pelo território, conforme informação de Luiz Henrique Novacki em estudo sobre os libertos de uma freguesia situada na região dos Campos Gerais. A maior parte da população encontrava-se no litoral e no primeiro planalto, regiões com maior taxa de moradores urbanos e que concentravam atividades fabris (engenhos de beneficiamento do mate) e comerciais.⁴⁴

Conforme dados do Relatório do primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcellos, por ocasião da abertura da Assembléia

⁴⁴ NOVACKI, Luís Henrique. “**Como se liberto nascesse de ventre livre**”: escravos libertos na Freguesia da Palmeira/PR (1831-1848). Revista Vernáculo, nº 3, 2000. Documento em formato pdf. p. 71. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/vernaculo/article/viewArticle/18072>. Acesso em: 20-05-2012.

Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854, o município de Castro, então um dos mais populosos, contava, como apontamos acima, com 5.899 habitantes (cerca de 9,4% da população total).⁴⁵ Dezesesseis anos depois, o então presidente da Província, Antônio Luiz Affonso de Carvalho, informava, em seu Relatório do ano de 1870, que o Paraná possuía 108.324 habitantes, dos quais 15.140 eram moradores em Castro.⁴⁶ Ou seja, de acordo com as informações oficiais do governo paranaense, a população de Castro teria quase triplicado naquele período.

Esta população, como vimos indicando, ocupava-se prioritariamente, com atividades ligadas ao campo, à criação e à invernagem de animais para os mercados de São Paulo.

Entretanto, conforme Magnus Pereira, à medida que o século XIX avança, essa sociedade campeira vai assumir ares bacharelescos; os proprietários de escravos passam a demonstrar interesse com sua formação intelectual, buscando transformar-se em uma “burguesia letrada”.

É preciso ter em conta que a burguesia fundiária dos Campos Gerais e a burguesia industrial e comerciante do litoral e de Curitiba souberam transformar-se ao longo do século [XIX]. Transformaram-se, principalmente a primeira, em burguesias letradas. Com o correr do século, cada vez mais elas eram constituídas e politicamente representadas por bacharéis formados em São Paulo, Pernambuco ou até na Europa. Foram justamente os filhos instruídos de fazendeiros que monopolizaram os empregos públicos e os cargos de representação política da província. Por conseguinte, mesmo que a vivência de fazendeiro dos Campos Gerais ou de dono de engenho de mate seja crucial em sua percepção das coisas, não é possível desprezar a formação intelectual de perfil cosmopolita dessas pessoas.⁴⁷

O conceito de “burguesias letradas” utilizado por Magnus Pereira mostra-se importante para nós, na medida em que aponta para a existência de relações de uma parte mais abastada da população de Castro com a palavra impressa. Nesse

⁴⁵ VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. “Relatorio do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854”. In: **CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES**. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paran%C3%A1> Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/>. Acesso em: 16-10-2012.

⁴⁶ CARVALHO, Antônio Luiz Affonso de. “Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 1.a sessão da 9.a legislatura pelo presidente, o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1870. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1870”. In: **CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES**. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/632/>. Acesso em: 16-10-2012.

⁴⁷ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Op. Cit. p. 61.

sentido, e pensando na formação de leitores em potencial para a cidade de Castro, também se mostra relevante saber que, até 1820, “a instrução pública” era “absolutamente inexistente” e que somente “a partir de 1830 a cidade [de Castro] passou a contar com um professor para os meninos, sendo em 1846 ali estabelecida uma escola para meninas”.⁴⁸ Entendemos, portanto, que a presença de instituições voltadas à instrução dos “iapoenses”⁴⁹ nos ajuda na compreensão dessa sociedade e de sua aproximação com a história da palavra impressa.

1.2 – As bibliotecas nos inventários *post mortem*

A partir da existência de livros nos inventários de moradores daquela localidade, teremos certa dimensão das bibliotecas de seus possuidores.

Antes de explorarmos essa documentação, procuramos refletir um pouco sobre a noção de biblioteca, que pode ser entendida como um conjunto ou coleção de livros, reunidos ou não em um espaço físico específico. De certo modo, essa discussão apontará para o que poderíamos chamar da importância dos livros, especialmente em sua dimensão simbólica. Com isso, poderemos adentrar ao significado que os livros poderiam deter na sociedade que estamos estudando.

Em linhas gerais, a síntese produzida por Lília Schwarcz pode nos ajudar a compreender a importância das bibliotecas para as sociedades ocidentais.

A história das bibliotecas e do sonho de acumular todos os pensadores, obras e ciências em um espaço delimitado faz parte da própria história do Ocidente. Em nome dessa utopia idealizaram-se acervos – particulares, estatais, principescos ou eclesiásticos –, transformou-se a busca de edições raras ou de livros desaparecidos em “questão de segurança”, e ergueram-se majestosos edifícios que ostentavam em seu visual a força e a imponência que a empreitada pretendia representar.⁵⁰

Ainda conforme Lília Schwarcz, na França do século XVI, as bibliotecas do “poder monárquico” se constituíam especialmente “pelo confisco de guerra, pelos acervos de membros da família real, pela obrigação do depósito de exemplares por

⁴⁸ DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LAMB, Roberto Edgar. **A ocupação dos Campos Gerais**. Disponível em: http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/campos_gerais_ocupacao.htm. Acesso em: 18-05-2012.

⁴⁹ O termo “iapoense”, utilizado por Oney Barbosa Borba, faz referência à primeira designação da vila, N. S. de Santana do Iapó, e que se refere ao nome de um rio da região.

⁵⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos Reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 120.

parte de livreiros e impressores, por troca, por aquisição, ou ainda por doação”.⁵¹

Visando um contexto mais próximo de nós, Luiz Carlos Villalta afirma que “o quinhentos foi pobre em livros, bastante escassos na América portuguesa”, indicando que “os primeiros chegaram provavelmente com os jesuítas vindos com Tomé de Souza”, o primeiro governador geral, nomeado pelo rei português D. João III.⁵² Esta situação de escassez não parece sofrer alteração até o século XVII.

O mesmo Luiz Villalta, ao elaborar uma reflexão sobre as bibliotecas privadas do período colonial brasileiro, aponta que elas “continuaram a ser raras e a ter uma composição baseada em obras devocionais: catecismo, resumos de história santa, diretivas, (...) livros de novenas e de orações”. Contudo, a partir do século XVIII, teria ocorrido uma mudança, ainda que se verificasse uma continuidade no “predomínio de obras devocionais e, de resto, religiosas”: em algumas bibliotecas, especialmente naquelas “pertencentes a pessoas que tiveram acesso a uma educação mais esmerada, abriu-se espaço para as ciências e os saberes profanos, deixando-se contaminar pela ilustração”.⁵³

Ainda que a pesquisa de Villalta enfoque especificamente a região de Minas Gerais, suas reflexões são de grande importância para percebermos como se formaram bibliotecas particulares no Brasil do período colonial, muitas vezes refletindo as inclinações políticas, ideológicas e profissionais das pessoas; ou seja, as escolhas por determinadas obras não eram, de forma alguma, neutras. Assim, trabalhando com inventários e os autos da Devassa da Inconfidência, Villalta ressalta que, por exemplo, “as livrarias dos clérigos inconfidentes distinguiram-se das pertencentes aos outros padres, por se abrirem em maior grau às ciências profanas, mostrando que seus interesses ultrapassavam os limites imediatos do trabalho pastoral, valorizando os problemas mundanos”.⁵⁴

A composição das bibliotecas particulares do período estudado por Villalta se dava por diversos fatores, como o nível de instrução e de formação dos proprietários de livros. As escolhas pessoais por determinada literatura, no contexto do século XVIII, eram as obras consideradas “profanas”, livros escritos por filósofos como:

⁵¹ Idem. p. 132.

⁵² VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. & SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 360.

⁵³ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. Op. Cit. p. 361.

⁵⁴ Idem. p. 362 e 364. Segundo Villalta, a principal diferença entre os “clérigos inconfidentes” e os “outros padres”, era que os primeiros eram abertos aos textos dos livros considerados profanos. Os outros padres não conjurados eram mais conservadores, e presos à sua profissão.

Voltaire, Rousseau, Verney, e muitos outros homens das letras do período histórico conhecido por Iluminismo.

Conforme pesquisadores que têm se dedicado ao estudo das bibliotecas particulares e seus possuidores, verifica-se o entendimento de que a formação delas estava relacionada à busca por *status* dentro da sociedade. As bibliotecas foram, por exemplo, cenários para muitas poses para retratos, pois os livros e os ambientes de leitura representavam a intelectualidade e instrução das pessoas, referindo-se a certas pinturas do século XIX, afirma Márcia Abreu:

Os livros são parte importante na composição de retratos, indicando principalmente o poder social e a posição intelectual dos retratados, que, em geral, são homens. Inúmeras são as obras em que senhores bem vestidos posam diante de uma biblioteca ou estante. Também indicando seu interesse intelectual alguns são vistos lendo jornais, em suas casas ou em espaços públicos.⁵⁵

Ainda que possuir livros não signifique que tenham sido lidos, podemos inferir que a biblioteca de um indivíduo revela aspectos de sua vida cultural e social, de modo que podemos refletir sobre a posição em que estava inserido na sociedade. Seguindo esse raciocínio, Álvaro de Araújo Antunes afirma que “a posse de um livro, impresso ou manuscrito, é a condição primeira para a leitura, mas não prova a efetivação dessa prática”. Porém, propõe duas questões de grande interesse: por um lado, os livros relacionados nos inventários propiciariam “a simples constatação da posse” e, por outro, indicariam a “circulação de uma obra”.⁵⁶ Desta maneira, a presença de livros no rol dos bens inventariados também pode revelar elementos de uma cultura letrada, além de outros aspectos culturais da sociedade. Isso se torna mais perceptível quando somamos a presença dos livros a outras informações disponíveis sobre seus possuidores, sobre a região e época em que foram registrados.

Como observou Luiz Carlos Villalta, no período colonial brasileiro,

⁵⁵ ABREU, Márcia. **Diferentes formas de ler.** Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm>. Acesso em: 11 jan. 2008. Nota nº 1 do texto: “Originalmente apresentado na Mesa-redonda *Práticas de Leituras: história e modalidades*, no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Campo Grande, 2001.”

No referido artigo, encontramos imagens de leitores na Europa e no Brasil (identificadas ao longo do texto). Não há referência específica em baixo das imagens ou no fim do trabalho.

⁵⁶ ANTUNES, Álvaro de Araújo. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. (Orgs). **O Império por Escrito**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 256.

A posse de livros concentra-se entre os detentores da propriedade de terras e escravos, marcadamente entre aqueles que a conjugavam à dedicação à carreira sacerdotal, ao direito, à cirurgia e à farmácia, ou ainda ao comércio, à navegação, aos estudos e ao exercício de cargos públicos.⁵⁷

A partir destas considerações, podemos indicar que, preliminarmente, os indivíduos enfocados neste trabalho – moradores do município de Castro, no século XIX – eram, em sua generalidade, possuidores de escravos e terras e, em seus inventários, encontramos menções à presença de livros, junto a outros pertences. Nosso propósito, mais adiante, será o de, justamente, verificar como eles se inseriam naquela sociedade e que tipo de atividade exerciam, procurando entender o porquê dos livros em seus inventários.

Como apontamos na Introdução desta dissertação, de um total de 632 inventários, produzidos no período de 1800 a 1870, onze deles contêm o registro de livros no arrolamento dos bens. Cronologicamente, o primeiro inventário que aparece é o dos bens da Fazenda Pitangui⁵⁸, que pertenceu à Ordem dos Jesuítas.⁵⁹ Embora não se trate de um possuidor individual, estamos considerando este inventário, datado de 1806, por que ele nos permite construir uma percepção acerca dos valores monetários de alguns bens.

Segundo os avaliadores, os tenentes José Sutil de Oliveira e Jeremias de Lemos, os missais possuíam valor muito próximo ao de outros objetos, como imagem de santos e estantes: “um missal avaliado em 5\$000, um missal velho avaliado em \$320, uma estante avaliada em \$320, uma imagem de Santo Cristo de latão, avaliada em \$320, um livro de catecismo velho, sem valor”. A administração da fazenda também detinha a posse de escravos e de animais, bens que possuíam valores muito mais expressivos: “um escravo de nome Cornélio com 18 anos, avaliado em 100\$000, duzentas e quinze éguas de três anos, cada uma avaliada em dois mil réis, somando um valor de 430\$000”. O monte mor⁶⁰ da referida fazenda era

⁵⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. **Bibliotecas privadas e práticas de Leitura no Brasil Colonial**. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2008. p. 6.

⁵⁸ Consta na capa do inventário da Fazenda Pitangui que foi feito pelo “juiz ordinário Joaquim José de Ávila, por ordem do Príncipe Regente, expedida pelo Capitão General da capitania de São Paulo, em seis de maio de mil oitocentos e seis”. Fonte: FORUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DA FAZENDA PITANGUI. CAIXA: 1806. Castro, 1806.

⁵⁹ FORUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DA FAZENDA PITANGUI. CAIXA: 1806. Castro, 1806.

⁶⁰ “Por monte-mor entende-se todo o acervo hereditário, a totalidade dos bens deixados pelo autor da herança; é a denominada expressão econômica de todo o patrimônio do falecido, que dará o valor do

de 4:302\$510 (quatro contos, trezentos e dois mil, quinhentos e dez réis). Desse total, apenas 5\$320 (cinco mil, trezentos e vinte réis) correspondiam ao valor de dois missais.⁶¹ Esses dados servem apenas para indicar o valor relativo dos bens deste inventário, apontando, especialmente, para o valor que era atribuído aos animais, base daquela economia, e aos escravos.

Dentre os indivíduos possuidores de livros em Castro, o primeiro inventário encontrado é do ano de 1809, de Baltazar Luiz Rodrigues, natural da freguesia de Santa Maria de Ribeira de Pena, arcebispado de Braga, Portugal. Os avaliadores, Alferes José Manoel Ferreira e José Manoel de Almeida, listaram três livros no rol dos bens, atribuindo-lhes um valor total de 1\$000 (mil réis). O inventariado também possuía escravos – o mais valioso era um “mulato de nome Francisco avaliado em 180\$000” – e animais – “um cavalo manso avaliado em 6\$000, um boi de três anos avaliado em 1\$600”. O total de bens de Baltazar Luiz Rodrigues era de 1:110\$345 (um conto, cento e dez mil, trezentos e quarenta e cinco réis); deste valor, apenas 1\$000 (mil réis) correspondiam aos livros.⁶²

No ano seguinte, foi realizado o inventário dos bens de Manoel Lopes Branco e Silva, que havia sido ouvidor da comarca de Paranaguá. Segundo Bruna Marina Portela, o inventariado era “dono das fazendas de Boa Vista e Limoeiro”. Natural da vila de Alcácer do Sal, Portugal, casou-se com Maria Lúcia de Menezes, nascida em Santos. Embora Manoel Lopes Branco da Silva fosse possuidor de “cabedal não muito significativo”, seu cargo de ouvidor deve ter-lhe conferido “algum prestígio”.⁶³ Oney Barbosa Borba também faz referência ao ex-ouvidor de Paranaguá, contestando informação do genealogista Francisco Negrão, que afirma que Manoel Lopes Branco da Silva teria falecido em 1830; Oney Borba, porém, indica que o

Inventário; é representado pela totalidade dos bens sucessíveis, antes de deduzidas as despesas e encargos da herança; é sobre ele que incide o percentual correspondente ao recolhimento do imposto *causa mortis*.” Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/41923/2>. Acesso em: 01-07-2012.

⁶¹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DA FAZENDA PITANGUI. CAIXA: 1806. Castro, 1806.

⁶² FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. Inventário de Baltazar Luiz Rodrigues. Caixa: 1809. Castro, 1809. O inventário traz em anexo o testamento do inventariado; no capítulo 3, iremos analisar esse documento.

⁶³ PORTELA, Bruna Marina. **CAMINHOS DO CATIVEIRO: A CONFIGURAÇÃO DE UMA COMUNIDADE ESCRAVA (CASTRO, SÃO PAULO, 1800-1830)**. Dissertação de mestrado. Curitiba, 2007. p. 19.

testamento do ex-ouvidor foi “lavrado em 13/9/1810, na fazenda do Limoeiro”, um mês antes de seu falecimento.⁶⁴

Ao nos determos nas informações do inventário de Manoel Lopes Branco e Silva, percebemos que se tratava de um homem relativamente abastado, com um monte mor de 10:046\$844 (dez contos, quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro réis). Ele possuía muitas peças em ouro e prata: “Trinta e duas oitavas de ouro em uma corrente de relógio de ponto com dois pêndulos de pedras de topázio – 40\$960; um adereço[?]⁶⁵ de topázio – 36\$000; dois pares de pulseiras de pedras a dois mil réis, cada uma com seus encaixes de prata com pedras de topázio – 4\$000; dois anéis com pedra de topázio – \$640; uma medalha do Santo Ofício – 4\$000; um adereço de pedras de diamantes – 60\$000”.⁶⁶

A relação de livros constante no inventário de Manoel Lopes Branco e Silva é bastante extensa, e diversos títulos estão relacionados à sua formação em Direito e atividade profissional. Apesar da dificuldade de leitura do manuscrito, dado o estado de conservação do documento, foram listadas as seguintes obras, com a respectiva avaliação:

1. Uma Ordenação com seu repertório⁶⁷ – 12\$800.
2. Nove tombos⁶⁸ da obra de Guerreiro – 18\$000.
3. Um dito Rocha [?] – 1\$200.
4. Três tombos de coleções de leis – 4\$800.
5. Um dito terceira de mano [?] regis [?] – 1\$500.

⁶⁴ BORBA, Oney Barbosa. **Povoadores dos Campos Gerais do Paraná**. Curitiba: Editora Litéro-técnica, 1969. p. 22. Portanto, a data correta em que foi lavrado o inventário de Manoel Lopes Branco e Silva, com o qual trabalhamos, é 13-09-1810.

⁶⁵ Devido às dificuldades encontradas em ler o manuscrito de 1810, pois a escrita está borrada, utilizamos a transcrição feita por Bruna Marina Portela. Assim, no referido trabalho, foram adotados os seguintes critérios: As interrogações entre colchetes [?] indicam dúvida em relação ao texto transcrito, e o sinal [I] significa que o trecho estava ilegível no original.

⁶⁶ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE MANOEL LOPES BRANCO E SILVA. CAIXA: 1810. Castro, 1810. O inventário traz em anexo o testamento do inventariado; no capítulo 3, iremos analisar esse documento.

⁶⁷ Possivelmente se trata do “Repertorio das Ordenações, e Leis do Reino de Portugal”. O Tomo I foi publicado em 1749 e o Tomo II em 1786. [Este último está disponível para download no site “Ius Lusitaniae: Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal. Parte II. Da Legislação Moderna. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1785.” Trata-se de Fontes Históricas do Direito Português. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=72&id_obra=68&pagina=1.] Acesso em: 03-09-2012. O fato de Manoel Lopes Branco e Silva ser natural de Portugal e bacharel em direito, justifica a presença deste livro em sua biblioteca.

⁶⁸ Em alguns casos as palavras que indicam os tomos (volumes das obras) estão grafadas como “Tombos”.

6. Um dito Mendes de Castro - \$960.
7. França [?] em dois tomos – 3\$200.
8. Um dito Cardoras [?] - \$800.
9. Um dito caminha de libelos - \$960.
10. Um dito Peia [?] [I] - \$240.
11. Um dito Manoel Patrício - \$800.
12. Um dito Princípio de Direito Natural - \$640.
13. Um dito Barbosa – 1\$200.
14. Um dito Pegas [?] - \$560.
15. Um dito Companhia de Coimbra [?] - \$640.
16. Cícero em dois tomos - \$960.
17. Um [I] - \$960.
18. Um dito Veloso observações sobre várias matérias - \$800.
19. Outro dito do mesmo autor - \$800.
20. Outro dito - \$800.
21. [I] – 1\$600.
22. Um tomo [?] terceiro [?] de seleta [?] latina [?] - \$480.
23. História do Direito Cível de Portugal [I] entrada de Romanos em Espanha de mom [?] escrito - \$320.
24. Um dito Prática Literária - \$480.
25. Revolução e estado atual da França - \$240.
26. Uma paródia [?] latina – 3\$200.

Não obstante a quantidade de livros, o valor monetário a eles atribuído correspondia a cerca de 1,2% do patrimônio inventariado, alcançando a cifra de 119\$735 (cento e dezenove mil setecentos e trinta e cinco réis).

Em 1811, foi redigido o inventário de José Rodrigues Betim.⁶⁹ Segundo Oney Barbosa Borba, “Este capitão-mor, o primeiro da vila Nova de Castro, era natural de Itú, filho de Bento Rodrigues Bueno e Maria Araújo. Casado com Floriana Maria de Almeida”.⁷⁰ Bruna Marina Portela, em sua dissertação, traz mais informações sobre o inventariado, incluindo suas atividades econômicas: “Além de capitão-mor da vila de Castro, exerceu também o cargo de juiz de órfãos (...). Mas o que realmente

⁶⁹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ RODRIGUES BETIM. CAIXA: 1811. Castro, 1811. O inventário traz em anexo o testamento do inventariado; no capítulo 3, iremos analisar esse documento.

⁷⁰ BORBA, Oney Barbosa. **Povoadores dos Campos Gerais do Paraná**. Op. Cit. p. 28.

trazia lucros para Betim não eram os cargos públicos, mas sim a lida com os animais e com a venda de tecidos”.⁷¹

José Rodrigues Betim possuía muitos bens. Além de gado, cavalos, escravos e terras, também foi arrolado um conjunto de livros: “Um livro velho avaliado em \$320, três livros latinos velhos avaliados em \$240, um livro latino intitulado “Moral Político” avaliado em \$160, um livro novo avaliado em 2\$000”. Pensando em objetos ligados ao grau de instrução e/ou posição social, outro item interessante presente em seu inventário é “um tinteiro com caixa avaliado em 1\$000”. O total dos bens de José Rodrigues Betim somava 5:503\$790 (cinco contos, quinhentos e três mil, setecentos e noventa réis), e o total de livros era 2\$720 (dois mil, setecentos e vinte réis).⁷²

No ano de 1829, foi lavrado o inventário de José Manuel Ferreira, que possuía onze escravos avaliados, no total, em 2:158\$000 (dois contos, cento e cinquenta e oito mil réis). Com relação aos livros, foram relacionados “onze livros latinos avaliados em 7\$040, dois livros avaliados em 2\$560 e quatro livros pequenos avaliados em \$640”. Assim, somando seus livros temos o valor de 10\$240 (dez mil, duzentos e quarenta réis). O total de seu monte mor era de 12:683\$860 (doze contos, seiscentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta réis), sendo menos de 1% de livros, e cerca de 17% equivalente aos escravos.⁷³

Outro inventário em que foi detectada a presença de livros entre os bens do falecido foi lavrado em 1832. De fato, trata-se do inventário de um casal, Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa. O bem de maior valor correspondia a “uma morada de casas no pátio de Matriz, que de um lado confronta com o Reverendo Vigário, e de outro com Estevão Ribbeiro [sic], de três lanços, coberta de telha, com corredor, onze portas, duas janelas, duas portas, duas salas forradas e assoalhadas, um quarto com armação para loja, uma cozinha com forno, quintal cercado de madeira, avaliada em 400\$000”⁷⁴. O inventariante, Felisbino Eleutério dos Santos, arrolou, dentre os bens do casal, “dois livros intitulados ‘A filha dos

⁷¹ PORTELA, Bruna Marina. **Caminhos do cativo**: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação de mestrado. Curitiba, 2007. p. 24, 25.

⁷² FORUM DA COMARCA DE CASTRO. Inventário de José Rodrigues Betim. Caixa: 1811. Castro, 1811.

⁷³ FORUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MANOEL FERREIRA. CAIXA: 1829. Castro, 1829.

⁷⁴ FORUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE CIPRIANO ELEUTÉRIO DOS SANTOS E JOAQUINA LANHOZA. CAIXA: 1832. Castro, 1832.

desgostos”⁷⁵, os quais foram avaliados, pelo capitão Gerônimo José Vieira e pelo tenente João Evangelista de Souza, em 1\$000 (mil réis). O monte mor do casal era pequeno, 424\$110 (quatrocentos e vinte quatro mil, cento e dez réis) e os livros correspondiam a uma parcela ínfima do patrimônio; como mencionamos acima, o bem de maior valor era a casa de moradia, que equivalia a quase 95% do monte mor.⁷⁶

José Maria Lima foi um outro morador de Castro que também possuía muitos bens. Provavelmente, tratava-se de um negociante, pois muitos itens de seu inventário, lavrado em 1836, apontam nesse sentido: “trinta e quatro côvados e meio de chita cor-de-rosa em morim ordinário avaliados em 8\$280, cento e setenta e oito côvados de chita em pedaços finos, vários padrões avaliados em 53\$400, oitenta e oito jardas de algodão largo avaliadas em 17\$600”. Seguem muitas outras referências a significativas quantidades de tecidos e objetos, como: “meia resma de papel avaliado em 2\$000, quatorze baralhos franceses avaliados em 2\$240, dez baralhos portugueses avaliados em 1\$330.”⁷⁷

No que concerne a livros, no rol dos bens de José Maria Lima encontramos: “Sete volumes intitulados **Mil e uma noites**, avaliados em 7\$000, um livro do cozinheiro moderno avaliado em 2\$000,⁷⁸ um livro de nota política avaliado em \$640, dois volumes de Retórica avaliados em 1\$280”. O inventário também arrola imóveis, e a descrição de alguns deles faz referência às instalações de uma loja, ou de ambiente propício para tal:

Uma morada de casas na rua do fogo, com dois lanços, paredes de pilão, coberta de telha com arrumação de loja, quintal todo cercado avaliada em 600\$000. Uma morada de casas anexa a outra casa, com dois lanços, paredes de pilão, coberta de telhas, com dois quartos forrados e um deles tem uma armação de venda, um

⁷⁵ Provavelmente, trata-se do livro **Emma, ou a filha do desgosto**. “Tradução Portuguesa. Typografia Rollandiana. Lisboa.1807. 2 tomos encadernados em 1 vol. In-8º peq. de 227 e 264 págs”. Disponível em: <http://www.livrariacandelabro.com/ctemasle.htm> Acesso em: 14-08-2011. LIVRARIA CANDELABRO. Encontra-se na lista de Literatura Estrangeira. Preço: €40,00 <http://www.livrariacandelabro.com/index.html>.

⁷⁶ FORUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE CIPRIANO ELEUTÉRIO DOS SANTOS E JOAQUINA LANHOZA. CAIXA: 1832. Castro, 1832.

⁷⁷ FORUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MARIA LIMA. CAIXA: 1836. Castro, 1836.

⁷⁸ O livro identificado como “do cozinheiro moderno” possivelmente era um exemplar da obra de Lucas Rigaud, **Cozinheiro moderno ou nova arte de cozinhar**, publicado desde, pelo menos, 1780. RIGAUD, Lucas. **Cozinheiro moderno ou nova arte de cozinhar**. 4ª ed. Lisboa : Typ. Lacerdina, 1807. 2v. Disponível para download em: <http://purl.pt/14538/2/>. Tomo I e II em formato pdf. Site da Biblioteca Nacional Digital (Portugal).

pequeno quintal, avaliada em 400\$000. (...) Uma morada de casas com paredes de mão, cobertas de telha com um quarto forrado e com uma armação para loja, a mesma situada na esquina e se limita de um lado com a casa de Ignácio Ferreira, avaliada em 300\$000.

O monte mor de José Maria Lima totalizava 8:531\$576 (oito contos, quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e seis réis), as dívidas do monte eram de 6:287\$711 (seis contos, duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e onze réis), o monte menor, assim, ficava em 2:243\$865 (dois contos, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e cinco réis). Os livros, somados, totalizavam 10\$920 (dez mil, novecentos e vinte réis), menos de 1% do monte mor.⁷⁹ Como havia referência às “dívidas do monte mor”, (pois a compra das mercadorias era feita a crédito), e uma lista de bens intitulada “Armazém”, temos indícios de que José Maria Lima era comerciante.

Os livros se encontram com os outros objetos da lista “Armazém”. Neste caso, talvez os livros arrolados no inventário de José Maria Lima, ou parte deles, não pertencessem à sua biblioteca particular, mas fossem mercadorias, como os tecidos e outros objetos que aparecem descritos em quantidades compatíveis para tal. Nesse sentido, podemos considerar a hipótese da existência de um comércio de livros, apontando para a circulação da palavra impressa em Castro.

Dentre os inventários também encontramos o do reverendo José Loureiro da Silva, pároco da vila.⁸⁰ Natural da freguesia de Cotia, o reverendo deixou um testamento datado de 28 de janeiro de 1839, e seu inventário foi lavrado em 1841, sendo inventariante Francisco Rufino da Silva e avaliadores Francisco Antônio de Oliveira e Manoel Antônio Machado. O padre José Loureiro da Silva deixou muitos bens com valores significativos, como casas e terras: “uma morada de casas onde morava o dito Reverendo avaliada em 400\$000, (...) uma morada de casas cobertas de telhas com cozinha, curral e mais bem feitorias no Bairro do Rio Abaixo avaliada em 110\$000, uma parte de campos no mesmo bairro avaliado em 700\$000”. Sobre os livros, encontramos menção a “trinta e um livros de diferentes qualidades avaliados em 12\$800”, ao lado de “um missal avaliado em 6\$400” e de “quatro breviários avaliados em 6\$400”. Outro objeto importante, ligado a hábitos de leitura,

⁷⁹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MARIA LIMA. CAIXA: 1836. Castro, 1836.

⁸⁰ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ LOUREIRO DA SILVA. CAIXA: 1841. Castro, 1841. O inventário traz em anexo o testamento do inventariado; no capítulo 3, iremos analisar esse documento.

era “uma estante para livros avaliada em 2\$000”. Seus bens somavam um total de 16:642\$425 (dezesesseis contos, seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco réis), e os livros somavam 25\$600 (vinte e cinco mil e seiscentos réis).⁸¹ Interessante notar que “trinta e um livros de diferentes qualidades” receberam a mesma avaliação que “um missal” e “quatro breviários” somados. O que estaria em jogo aqui: o conteúdo dessas obras, o estado de conservação, o aspecto físico (encadernações e impressão), ou um apego religioso por parte dos avaliadores?

No conjunto dos inventários que analisamos, encontramos o caso de um cidadão de naturalidade francesa que faleceu em Castro, sem herdeiros conhecidos.

Incluso remeto à Vossa Senhoria o arrolamento dos objetos deixados por Pedro de tal, francês que fora achado morto na manhã de 11 de corrente em cujo cadáver procedeu-se auto de corpo de delito do qual nenhum indício se pode colher que fosse matado. Foi tirado da quantia que ficou 20\$080 para pagar-se os dispêndios como verá Vossa Senhoria pela conta junta. Deus Guarde a Vossa Senhoria. Subdelegacia da Vila de Ponta Grossa, 15 de setembro de 1856.⁸²

Os avaliadores, João Moreira Garcez e Francisco de Paula Saldanha, listaram os poucos objetos deixados pelo defunto, mas que possuía “dois dicionários em francês avaliados em 2\$000, cinco livros dominicanos avaliados em 4\$000, dois livros de metalógica avaliados em 3\$000, dois manuais avaliados em 1\$000”.⁸³ O total dos bens somava 54\$240 (cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta réis) e os livros, especificamente, 10\$000 (dez mil réis) correspondendo, portanto, a cerca de 18,5% de seus bens. Um caso ímpar em relação aos demais inventariados; em parte, esse percentual explica-se pelo fato de o mesmo não possuir bens de raiz ou escravos; o francês, “Pedro de tal”, conservava em sua posse, além dos livros, apenas algumas ferramentas.

Os bens do inventariado, inclusive a “colessão de livros em francês”, foram arrematados em pregão público, no ano seguinte ao de sua morte.

Auto de arrematação. Anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1857 aos vinte e dois dias do dito anno nesta cidade de Castro em casa do doutor juiz de orfaos ausentes Sebastiao José Pereira Junior comigo escrivao de seu cargo audiante nomeado e sendo ai por ele juiz foi ordenado ao preegoeiro José Maria de Lima

⁸¹ Idem.

⁸² FORUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE “PEDRO DE TAL”, FRANCÊS. CAIXA: 1856. Castro, 1856.

⁸³ Idem.

que metesse em pregão de venda em praça pública uma colessao de livros em frances que forão avaliados por dez mil réis pertencentes ao espolio de Pedro de Tal Frances o que o pregoeiro o fez e depois deu sua fe que tendo deitado os pregoes do estilo o maior lanço era de quinhentos réis acima da avaliação oferecidos pelo doutor Feliciano Nepomuceno Prates⁸⁴ e vendo o juiz que não havia quem mais preço desse mandou o pregoeiro que afrontasse e arrematasse praticando todos os actos e solenidades da lei e do estilo logo pelo arrematante foi apresentado o conhecimento da coletoria de haver pago os direitos a Fazenda Nacional e ordenou o juiz que se juntasse o conhecimento nos respectivos autos. E para constar lavrouse este auto em que assina o juiz o arrematante e eu Thomaz Nunes Barbosa escrivão que escrivi.⁸⁵

Pedro “de Tal”, o mais pobre dos inventariados, possuía cerca de 18,5% do valor de seus bens em livros, e o bacharel Manoel Lopes Branco e Silva (1810) também ultrapassou 1% em livros do total dos bens. Na maioria dos casos o valor atribuído aos livros ficou abaixo de 0,05 % do total.

Outro morador de Castro possuidor de livros foi José Joaquim Marques e Souza. Seu inventário, de 1864, mostra-o como outra pessoa possuidora de muitos bens: escravos, animais, terras, além de outros, como “drogas existentes na botica e nos pertences e vidros avaliados em 500\$000, uma morada de casas na rua do Rosário com dois lanços e lugar para loja avaliada em 4:000\$000”. O inventariado também possuía diversas obras portuguesas e francesas, avaliadas em 60\$000. Seu monte mor alcançou 62:181\$317 (sessenta e dois contos, cento e oitenta e um mil, trezentos e dezessete réis); os livros representavam, aproximadamente, apenas a milésima parte de seu patrimônio.⁸⁶

Em 1866, foi lavrado o inventário de Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel.

⁸⁴ Encontramos referência ao senhor Feliciano Prates em uma nota no jornal “Dezenove de Dezembro” de 1856: “O snr. Feliciano Nepomuceno Prates, delegado e director geral das terras públicas nesta província, pediu e obteve do governo imperial a demissão desse cargo”. Ano III. Nº 1. Quarta-feira, 2 de abril de 1856. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=nOGF6QSu4NAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 07-08-2012. p. 2.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ JOAQUIM MARQUES E SOUZA. CAIXA: 1864. Castro, 1864.

Inventario Castro 10 de Jan. de 1866
Martins de Araujo.
Diz D. Anna Casimira de Espirito Santo Pimentel, viuva do Portuguez, negociante Matriculado desta Praça Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel, que, havendo este fallecido a 29 de Dezembro do anno findo, deixando de seu matrimonio cinco filhos: tres menores puberes e duas filhas casadas, um d'aquelles auzente em estudos no Rio de Janeiro, e todos os mais presentes, para que cesse o prejuizo porque esta passando a casa Commercial da Supl. p. interdicta em suas operaçoẽs pela falta de arrolamento do espolio

FIGURA 3. FONTE: FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. Inventário de **Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel (1866)**. Data da imagem: 14-04-2012.

[...] Inventario Castro 10 de Jan. de 1866

Martins de Araujo.

Diz D. Anna Casimira de Espirito Santo Pimentel, viuva do Portuguez, negociante matriculado desta Praça Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel, que, havendo esse fallecido a 29 de dezembro do anno findo, deixando de seu matrimonio cinco filhos: tres menores puberes e duas filhas casadas, um d'aquelles auzente em estudos no Rio de Janeiro, e todos os mais presentes, para que cesse o prejuizo porque está passando a casa commercial da Supl. [suplicante], interdicta em suas operações pela falta de arrolamento do espólio [...]

Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel foi um negociante português, e também o homem mais abastado dentre aqueles que tiveram livros arrolados em seus inventários. Possuía inúmeros bens e, possivelmente, muitos daqueles que faziam parte do universo da cultura escrita eram parte de seu negócio, como “cinco livros em branco avaliados em 5\$000, três livros de duzentas folhas avaliados em 6\$000, três livros de quatrocentas folhas avaliados em 7\$500, cento e dezoito papéis

avaliados em 11\$800, cinqüenta cadernos em capa de livros avaliados em 4\$000”.⁸⁷ Nota-se, por esta informação, que havia um mercado – digamos assim – para produtos ligados à escrita (e à sua difusão), ainda que fossem voltados ao registro manuscrito.

Seus bens somavam um total de 198:852\$702 (cento e noventa e oito contos, oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos réis), e os livros, mesmo sendo considerados como mercadorias, somavam 63\$000 (sessenta e três mil réis).

1. Um livro linhas orfanológicas⁸⁸ avaliado em 6\$000
2. Um livro júzos divisórios avaliado em 4\$000
3. Um manual de apelações avaliado em 6\$000
4. Um livro de ações comerciais avaliado em 6\$000
5. Um médico do povo avaliado em 3\$000
6. Um livro de cozinheiro avaliado em 2\$000
7. Dois códigos comerciais avaliados em 12\$000
8. Um livro Lei das Terras avaliado em 4\$000
9. Um livro de Guarda Nacional avaliado em 2\$000
10. Um livro Advogado do Povo avaliado em 3\$000
11. Um livro Paulo Batista avaliado em 3\$000
12. Um livro Praxe Forense⁸⁹ avaliado em 6\$000
13. Um dito Lobão avaliado em 6\$000.

Dos inventários citados (excetuando-se o primeiro, o da Fazenda Pitangui), encontramos, com relação à atividade profissional das pessoas, um indivíduo ligado à igreja, o reverendo José Loureiro da Silva (1841), um bacharel, o Dr. Manoel Lopes Branco e Silva (1810), um dono de botica, e também possível negociante,

⁸⁷ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866.

⁸⁸ Possivelmente se trata do livro de José Pereira de Carvalho: “Primeiras linhas sobre o processo orfanológico, por José Pereira de Carvalho. 4ª edição corrigida, melhorada e aumentada com a legislação orfanológica do Brasil. Rio de Janeiro, RJ -1840, in-8.º. Nas edições anteriores, a primeira das quais é feita no Rio de Janeiro em 1815 e as outras em Lisboa, não teve parte Souza Pinto. A sexta edição com a legislação brasileira é de 1851; a oitava adaptada ao fôro do Brasil por Souza Pinto, aumentada pelo Dr. J.J. Pereira da Silva Ramos, é de 1864-1865, 3 partes em 1 vol., in-8.º”. BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **A Primeira Administração do Instituto da Ordem dos Advogados (1843)**. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/inst-da-ordem-dos-advogados.pdf>. Acesso em: 23-04-2013. p. 9, 10.

⁸⁹ A obra citada possivelmente era: CARVALHO, Alberto Antônio de Moraes. **Praxe Forense ou Directorio Prático do processo civil brasileiro**. Tomo I. Eduardo e Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, 1850. Disponível para download em: <http://books.google.com.br/books?id=YxYFAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20-04-2013.

José Joaquim Marques e Souza (1864). Dois negociantes: sobre um deles, José Maria Lima (1836), não encontramos referência explícita à profissão no documento, mas a partir dos seus bens (como a grande quantidade de tecidos) consideramos como tal; o outro, Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel (1866), tem a sua atividade profissional declarada no próprio documento. José Rodrigues Betim (1811), além de capitão mor, “foi juiz de órfãos (mas sua principal atividade era a lida com os animais e venda de tecidos)”.⁹⁰ Cipriano Eleutério dos Santos e sua esposa Joaquina Lanhoza (1832) tinham “armação para loja” em uma das casas, o que indica possível atividade comercial. O francês “Pedro de Tal” (1856) poderia ser um marceneiro, pois possuía “um lote de ferrinhos de marcenaria e junto a estes, um polvarinho de folha, três escalas e uma régua”.⁹¹ As profissões e escolaridade dos demais inventariados não são mencionadas nos inventários; por outro lado, todos, com exceção de “Pedro de Tal”, possuíam ao menos algum escravo e animal.

Observando os títulos (ou temas) que encontramos nas bibliotecas descritas nos inventários analisados, podemos classificá-los da seguinte forma: o ex-ouvidor de Paranaguá, Manoel Lopes Branco e Silva, possuía obras de literatura, história e direito, sendo estas últimas ligadas à sua atividade profissional; na coleção de José Rodrigues Betim havia um livro de política; no acervo do casal Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhoza encontramos um livro de literatura estrangeira (traduzido para o português); a biblioteca de José Maria Lima tinha um livro de receitas culinárias e de literatura; o reverendo José Loureiro da Silva possuía obras de cunho religioso; Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel possuía obras de direito, medicina, literatura; e “Pedro de tal” possuía livros de religião, metalógica e dicionários em francês.

Desse conjunto, todos os proprietários de livros, com exceção de dona Joaquina Lanhoza, eram homens, justificando em parte, a presença de obras técnicas ligadas às profissões. Nota-se também um número pouco expressivo de livros de ficção, ainda que nem todos tenham sido identificados pelos avaliadores, como é o caso dos 31 livros de “diferentes qualidades” do reverendo. Apesar do pouco cuidado com a descrição dos títulos dos livros nos inventários, o que torna difícil a identificação das obras, destaca-se a presença de obras de medicina, direito,

⁹⁰ PORTELA, Bruna Marina. **Caminhos do Cativo**: A configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830). Curitiba: Dissertação de mestrado UFPR, 2007. p. 24, 25.

⁹¹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE PEDRO DE TAL, FRANCÊS. CAIXA: 1856. Castro, 1856.

religião, política e história. Estes temas demonstram certas afinidades literárias dos proprietários de livros.

1.3– Os livros no século XIX

A história da palavra impressa está atrelada à produção de autores em contextos diversos, ao impacto/recepção das obras, ao público e ao entendimento que faz da leitura. E foi assim no século XIX, com a produção de uma literatura e com a existência de um mercado de livros, os quais podiam ser comprados por críticos literários, por leitores que apreciavam o conteúdo de um bom livro, ou ainda por curiosos em saber o que era discutido nos impressos. O fato a considerar é que por haver essa produção intelectual, havia motivos para as pessoas possuírem um impresso. Mais do que isso, ao final da quarta década daquele século, segunda década do Império, fora criada a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, que trazia, no primeiro ensaio do primeiro tomo da revista, uma apologia à cultura escrita:

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o grão de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros.⁹²

É claro que, como parte da “proposta” da Revista do IHGB, o texto acima alude em especial aos escritores, fossem poetas, romancistas ou intelectuais, que escreveriam sobre história, geografia e outras ciências na própria revista; mas sem dúvida o texto reflete também o pensamento, por parte dos intelectuais e das autoridades, de incentivo à produção e ao consumo de diversas formas de literatura, fomentando a criação de uma cultura brasileira ligada às letras.

Ao mesmo tempo em que o trabalho intelectual era formalizado através do IHGB, e circulavam por aqui livros europeus de temas diversos, (como observamos

⁹² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. Tomo I, 1. 3ª edição, 1839. p. 5.

nos inventários anteriormente descritos), desenvolvia-se a poesia e a novela romântica através de autores que hoje integram o cânone literário nacional. Para citar alguns exemplos, temos: **Suspiros Poéticos e Saudades** de Gonçalves de Magalhães (1811-1882)⁹³, **Espumas Flutuantes** de Castro Alves (1847-1871)⁹⁴, além da produção de Casimiro de Abreu (1839-1860)⁹⁵, Álvares de Azevedo (1831-1852)⁹⁶; e com relação à segunda metade do século XIX, especialmente, a obra de Machado de Assis (1839-1908),⁹⁷ primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897.

No entanto, como vimos ao final da seção anterior, a maior parte dos títulos *mais ou menos* identificados nos inventários eram de não-ficção: dicionários, livros de receitas, religião e livros técnicos em geral. Essa literatura informativa, seja científica ou mais popular, sem dúvida teve sua importância para a sociedade do século XIX. Assim, a partir das considerações precedentes, iremos abordar, nesta seção, as questões de acesso à palavra escrita, como a educação, os gêneros literários e sua relação com o possuidor do livro, a influência da censura e, especialmente, algumas maneiras pelas quais os livros usualmente chegariam às mãos de seus leitores e/ou possuidores.

Conforme Roger Chartier,

A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem (...). As perseguições são como que o reverso das proteções, privilégios, recompensas ou pensões concedidas pelos poderes eclesiásticos e pelos príncipes. O espetáculo público do castigo

⁹³ A obra **Suspiros Poéticos e Saudades** foi publicada em 1836. O autor “nasceu no Rio de Janeiro, formado em medicina. Faleceu em Roma. Deixou poesias; A confederação dos Tamoios; Urânia; Cânticos fúnebres; etc.” **ANTOLOGIA DE POETAS BRASILEIROS**. São Paulo: Logos Ltda, s/d. p. 27.

⁹⁴ O autor “nasceu e morreu na Bahia. Deixou publicado apenas um volume de versos: **Espumas Flutuantes** [em 1870]. Em 1876 foram publicados Os Escravos e, mais tarde, Vozes d’África, Navio Negreiro, etc. Patrono da Academia Brasileira de Letras”. **ANTOLOGIA DE POETAS BRASILEIROS**. São Paulo: Logos Ltda, s/d. p. 84.

⁹⁵ “Nasceu no Estado do Rio, na cidade de Barra de São João. Em 1859 editou as suas poesias sob o título de Primavera. Faleceu em sua cidade natal. Patrono da Academia Brasileira de Letras. **ANTOLOGIA DE POETAS BRASILEIROS**. São Paulo: Logos Ltda, s/d. p.58.

⁹⁶ “Nasceu em São Paulo. Não chegou a concluir o curso de Direito, pois adoeceu de tuberculose pulmonar, vindo a morrer no Rio, com 21 anos incompletos. Deixou: Poesias diversas; Ira dos vinte anos; Poema do Frade; Macário; A noite na Taverna”. **ANTOLOGIA DE POETAS BRASILEIROS**. São Paulo: Logos Ltda, s/d. p.50.

⁹⁷ “Nasce, a 21 de junho, no Rio de Janeiro, no morro do Livramento (situada na zona portuária), filho do brasileiro (mulato) Francisco José de Assis e da portuguesa (açoreana) Maria Leopoldina Machado da Câmara, que provavelmente prestavam serviços de costura e pintura e douração na Quinta do Livramento; é batizado com o nome de Joaquim Maria em homenagem aos padrinhos, que foram a dona da quinta e seu genro”. Disponível em: <http://www.machadodeassis.net/biografia.htm>. Acesso em: 15-07-2012.

inverte a cena da dedicatória. A fogueira em que são lançados os maus livros constitui a figura invertida da biblioteca encarregada de proteger e preservar o patrimônio textual. Dos autos-de-fé da Inquisição às obras queimadas pelos nazis, a pulsão de destruição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo os livros e, com frequência, seus autores, pensavam erradicar para sempre suas idéias. A força do escrito é de ter tornado tragicamente derrisória esta negra vontade.⁹⁸

Quer dizer, ainda que olhada pelo viés do inquisidor, a cultura escrita aparece como valorizada: a “força do escrito” prepondera sobre os esforços para a erradicação das ideias que ele transmite. De acordo com Chartier, a “cultura escrita” sobreviveu às várias tentativas de destruição que sofreu, e queimar livros não significou necessariamente acabar com as ideias de uma sociedade que muitas vezes burlava o momento autoritário que vivia. Livros e sociedade são, assim, inseparáveis: conhecer uns possibilita conhecer a outra.

Assim como a censura nos mostra uma das possibilidades de analisar a importância do livro para a sociedade luso-brasileira, o processo de alfabetização, considerando a leitura como o primeiro passo para o acesso e interpretação da palavra escrita, mostra-se também como um aspecto importante para avaliarmos a presença e o valor atribuído aos impressos no contexto que estamos estudando.

Luiz Carlos Villalta destaca, nesse sentido, as reformas educacionais ocorridas na segunda metade do século XVIII, nos territórios portugueses. Para além do Estado português assumir “diretamente a responsabilidade sobre a instrução escolar, cobrando um imposto, o subsídio literário, e introduzindo as aulas régias”, ocorreu uma mudança na orientação dos estudos, na medida em que o governo pombalino,

movido por uma visão pragmática do conhecimento científico, tomou uma série de medidas culturais e educacionais a fim de dinamizar a produção de matérias-primas na Colônia em benefício da Metrópole, entre as quais o apoio à constituição de academias científicas e literárias, e a criação de instituições educacionais e aulas voltadas para estudos práticos e científicos.⁹⁹

⁹⁸ CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 23.

⁹⁹ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. & SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 348, 349.

A criação das “aulas régias” em 1759 – as quais adentraram o século XIX –, garantiu o ensino das “primeiras letras” em diversas cidades brasileiras,¹⁰⁰ e as mesmas reformas educacionais da segunda metade do século XVIII também incentivaram o estudo de brasileiros na Universidade de Coimbra. Alguns anos mais tarde, a vinda da corte para o Rio de Janeiro foi outro fator importante para o desenvolvimento de uma cultura letrada no Brasil.¹⁰¹

Márcia Abreu, ao pesquisar quem eram os leitores no Brasil, “entre meados do século XVIII e início do XIX”, aponta que estes “deixaram poucas pistas não só de suas práticas de leitura, sempre dificilmente rastreáveis, mas de sua própria existência física”¹⁰². Entretanto, ressalta que:

É possível inferir que eles tenham existido quando se sabe que livros eram importados com regularidade e em quantidades relativamente grandes, mas esses leitores não se deixam surpreender facilmente. (...) Na tentativa de localizar os leitores dos livros que aqui chegavam regularmente, busquei os inventários *post mortem* de moradores do Rio de Janeiro (...). O recurso aos inventários – prática comum em pesquisas sobre livro e leitura – justifica-se mais por ser esta uma das poucas vias trilháveis na busca ao leitor do passado do que pela abrangência do material.¹⁰³

Luiz Carlos Villalta também utilizou inventários *post mortem* como fontes de pesquisa para escrever uma história do livro no Brasil colonial. Segundo ele, “a distribuição da posse de livros diferenciava-se conforme a categoria profissional e a posição social dos inventariados”,¹⁰⁴ tornando possível elaborar um perfil dos que possuíam livros naquele contexto. Aliás, como ele salienta, “as bibliotecas da Colônia foram poucas, tendo a propriedade de livros se concentrado nas mãos de um reduzido número de pessoas e se limitado a uns poucos títulos,

¹⁰⁰ Ver CARDOSO, Tereza Maria R. F. L. **As Luzes da educação** : fundamentos, raízes históricas e prática das Aulas Régias no Rio de Janeiro, 1759-1834. Bragança Paulista : Ed. da Universidade São Francisco, 2002.

¹⁰¹ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. & SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 349.

¹⁰² ABREU, Márcia. **Quem lia no Brasil Colonial?** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4ABREU.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande/MS – setembro 2001. p. 1, 2.

¹⁰³ ABREU, Márcia. **Quem lia no Brasil Colonial?** Op. Cit. p. 1, 2.

¹⁰⁴ VILLALTA, Luiz Carlos. **Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil Colonial**. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2008. p. 6.

preponderantemente de cunho devocional”.¹⁰⁵ Márcia Abreu e Villalta concordam sobre o número limitado de leitores, ou melhor, de registros de leitores e de bibliotecas no período colonial brasileiro. Igualmente, também indicam que muitos dos livros estavam ligados às profissões dos inventariados.

Encontramos elementos parecidos aos apontados por Márcia Abreu e Luiz Carlos Villalta para a região e contexto que estamos estudando: uma pequena povoação do interior do Império brasileiro. Como vimos, foram poucos os registros de livros entre os bens inventariados, além de, no geral, verificar-se uma ausência de informações sobre autores, títulos ou gênero literário. Ou essas informações eram desimportantes para os avaliadores e inventariantes, ou eram obras reconhecidas e que dispensavam maiores comentários. Bastava, por exemplo, referir-se a “um livro Paulo Batista”, que os interessados no inventário saberiam se o valor a ele atribuído era correto ou não (e chamamos a atenção para a importância da função do avaliador naquele contexto). Também percebemos que as maiores bibliotecas de particulares estavam entre as pessoas relativamente mais abastadas da cidade, ainda que se considere, é claro, que os sujeitos com que trabalhamos representam apenas uma pequena parcela da população de Castro, durante o período de 1800 a 1870.

Esse pequeno número de possuidores de livros – identificados por intermédio dos seus inventários *post mortem* – não é uma particularidade da região que pesquisamos, ainda que Eufrásia Carlita de Castro, em estudo sobre “a difusão do livro” em São João Del Rei, aponte que, naquela vila mineira, na década de 1830, em “288 inventários pesquisados foram encontrados livros em 17”.¹⁰⁶ Entendemos que esta situação decorre do ambiente social da região das Minas Gerais, onde, desde o século XVIII, eram numerosas as escolas, principalmente se comparado à situação de São Paulo.¹⁰⁷ Outro aspecto a ser considerado, para a explicação destes números encontrados naquela região de Minas Gerais, refere-se à

¹⁰⁵ Idem. p. 18.

¹⁰⁶ CASTRO, Eufrásia Carlita. **A difusão do livro através de bibliotecas particulares em São João Del Rei (1830-1840)**. Monografia de pós graduação *latu sensu*. Universidade federal de São João Del Rei, 2003. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/pghis/monografias/difusao.pdf> Acesso em: 22-06-2011. p. 16.

¹⁰⁷ FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Na década de 1770, Minas Gerais contava com 08 professores régios, sendo 04 de primeiras letras; a capitania de São Paulo, por sua vez, tinha apenas 03 professores, um deles de primeiras letras. (Cf. p. 72).

quantidade de jovens mineiros que foram estudar na Universidade de Coimbra nas décadas finais do século XVIII. Virgínia Trindade Valadares informa que

Após 1772 [e até 1800], apesar de apenas 103, ou seja, 32% de Mineiros, se haverem formado nos vários cursos em Coimbra, uma parte desses retornou à capitania, produzindo e/ou reproduzindo a mentalidade metropolitana (...). Parece-me também importante salientar que uma outra parte dos estudantes, ainda que tenha regressado, não vieram assim que se formaram, principalmente legistas e canonistas que se candidataram à magistratura.¹⁰⁸

Quer dizer, entendemos pertinente considerar que o fato de serem encontrados 17 inventários em uma década (dentre 288) que apresentavam livros relacionados entre os bens do falecido, deve-se a características próprias da região de Minas Gerais.

Eufrásia Carlita de Castro, além de ressaltar que “os resultados a respeito da posse de livros requerem prudência”, também faz referência à falta de títulos nos livros arrolados nos inventários, apontando para as possíveis causas da omissão:

Acreditamos então que não houve omissão de títulos nos inventários que pesquisamos por temor à censura. A omissão de títulos, nos inventários pesquisados, provavelmente se deu por outros motivos, como tomos de coleções incompletas, e por isto de pouco valor (...). Também podem ter sido omitidos nos registros documentais livros de pouco valor.¹⁰⁹

Para além da posse de livros, precisamos considerar que existiam outras formas de contato com a palavra impressa, como as leituras em voz alta para um determinado público. Ademais, o fato de se ter poucas referências de livros em inventários, não significa que outras pessoas não lessem (ou que tivessem contato com a palavra impressa por meio da leitura por terceiros). Certamente, o grau de instrução das pessoas influenciava em seu contato com determinada literatura. Contudo, em relação à leitura, propriamente dita, Eufrásia de Castro afirma que “é necessário antes levar em consideração que os livros não eram a única forma de se ter acesso ao impresso, havia também panfletos políticos, jornais, folhetos, etc.”.¹¹⁰

Uma situação diversa da que encontramos em Castro, no que se refere às informações dos livros, foi reportada por Maria Lúcia Viveiros Araújo, ao pesquisar

¹⁰⁸ VALADARES, Virgínia Trindade. **Elites mineiras setecentistas**: conjugação de dois mundos. Lisboa: Colibri, 2004. p. 349.

¹⁰⁹ CASTRO, Eufrásia Carlita. Op. Cit. p. 16 e 18.

¹¹⁰ Idem. p. 16.

bibliotecas nos inventários de negociantes de São Paulo, entre 1800 e 1860. Nesse caso, “os inventários *post mortem* forneceram-nos a relação de livros disponíveis nas casas de morada dos falecidos (autor, título, língua, volumes, estado de conservação e valor) e dos livros à venda nas lojas e armazéns da cidade na primeira metade do século XIX”.¹¹¹ Maria Lúcia Araújo considera que o fato de se tratar com livros que eram vistos como mercadoria pode ter contribuído para que os avaliadores os descrevessem com mais minúcia. Com isso, ela pôde obter uma informação mais exata sobre os livros que circulavam na cidade de São Paulo, naquele período.

No início do século, os livros circulavam de forma muito lenta, pois a importação de livros passava por censura régia e sua comercialização, pela fiscalização do Senado da Câmara. (...) Após a Independência, a oferta de livros foi ampliada, várias casas comerciais divulgavam novas publicações pela imprensa, muitos desses negociantes declaravam-se representantes das livrarias instaladas na Corte. Os novos livros oferecidos tratavam especialmente de temas políticos, teóricos do direito e do Estado, em língua nacional ou francês. Grandes livrarias e editoras.¹¹²

Esta situação em particular mostra como os livros estão em dependência do “valor” (monetário ou simbólico) que uma sociedade lhes atribui. É essa relação entre homens e livros que permite compreender as tensões que envolveram os impressos ao longo da história, como anteriormente descrito por Roger Chartier. O século XIX não foi diferente.

No capítulo que segue vamos entrar nas moradas de alguns antigos habitantes de Castro, e essa pequena intromissão será nosso fio condutor para compreender o estrato social a que pertenciam nossos inventariados possuidores de livros. Investigar os demais bens arrolados nos inventários permitirá apreender parte da vida material daquela sociedade e com isso, acercarmos-nos do “valor” atribuído a este objeto – o livro – naquela sociedade.

¹¹¹ ARAÚJO, Maria Lúcia Viveiros. **Circulação de livros em São Paulo, 1800-1860**. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Maria%20Lucilia%20Viveiros%20Araujo.pdf> Acesso em: 22-06-2011. p. 4. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

¹¹² ARAÚJO, Maria Lúcia Viveiros. Op. Cit. p. 7, 8.

CAPÍTULO II – AS PESSOAS E AS COISAS

No capítulo que segue, apresentaremos as informações encontradas nos inventários que pesquisamos que apontam para a “cultura material” da sociedade estudada, de forma que pudemos compreendê-la (em parte) naquele contexto. Constatamos a significativa presença de escravos, terras e animais na descrição dos bens arrolados, e com isso apreendemos de certa forma o perfil da sociedade em que estavam inseridos os possuidores de livros.

2.1 – Trastes de casa¹¹³, ferramentas, roupas, escravos, animais

Os objetos presentes no cotidiano das pessoas em uma dada época estão diretamente relacionados com a cultura material dessa sociedade.

Os «Annales», que tanto alargaram o campo do historiador, introduziram também no seu horizonte a cultura material. (...) Lucien Febvre pôs a história em contacto com a etnografia, um dos caminhos mais seguros para chegar à cultura material. (...) Fernand Braudel propôs temas, instigou a pesquisa, recolheu informações e é, afinal de contas, o autor da primeira verdadeira síntese: *Civilisation matérielle et capitalisme* [1967]. Este livro serve de referência a uma investigação sobre o que é a cultura material e o que pode ser o seu estudo.¹¹⁴

Assim, o estudo da cultura material foi proposto pelo mesmo movimento historiográfico que trouxe novas fontes de pesquisa e o diálogo interdisciplinar entre as ciências do homem, na medida em que se entendeu que, se o objetivo da história é “capturar os homens do passado”¹¹⁵, os objetos que esses homens possuíam eram de fundamental importância para essa captura e sua compreensão.

Nesta consideração, entendemos que, a partir dos bens descritos nos inventários, torna-se possível expor as condições em que viviam as pessoas que

¹¹³ Trastes: peças de uso e serviço; v. g. bancas, cadeiras, camas, espada, jóias, etc. Fonte: SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1%2C2%2C3%2C4/traste>. Acesso em: 19-07-2013.

¹¹⁴ BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. **Cultura Material**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16 - Homo — Domesticação — Cultura Material, p.11-47. Disponível em: <http://jmir3.no.sapo.pt/Ebook2/Cultura.Material.Einaudi.pdf>. Acesso em: 15-08-2012. p. 21.

¹¹⁵ BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 54.

habitavam a região de Castro, entre os anos de 1800 e 1870, permitindo visualizar a que parcela daquela sociedade pertenciam as pessoas que estamos enfocando neste trabalho.

Olhando para o conjunto de inventários elaborados entre os anos apontados acima, encontramos moradores com maior poder aquisitivo e outros com menores condições financeiras (ao menos dentre aqueles que tinham algum patrimônio material que pudesse ser transmitido a herdeiros). Nossa intenção é focar nas especificidades da vida material dessas pessoas, a fim de compreender parte de sua dinâmica de vida em sociedade.

A partir da listagem dos bens que os inventariantes e avaliadores produziam, torna-se possível adentrarmos nas propriedades de alguns moradores castrenses do oitocentos. Neste movimento de aproximação encontramos, por exemplo, o caso de Dona Leonor Alves Araújo¹¹⁶. Com o seu falecimento, foi aberto inventário, no ano de 1800.¹¹⁷ O inventariante, Pedro de Quadros, informou ser ela a possuidora de

Um rincão de campo $\frac{1}{4}$ de légua de comprimento, com uma casa velha avaliado em quarenta mil réis; vinte e seis éguas, avaliadas em setenta e oito mil réis; um cavalo manso avaliado em seis mil réis; um dito velho avaliado em dois mil réis; um potro avaliado em três mil réis; quatro vacas avaliadas em cinco mil cento e vinte réis; três machados velhos e duas enxadas velhas, duas foices, tudo avaliado em dois mil e quatrocentos réis; uma novilha avaliada em mil réis; duas armas de fogo avaliadas em cinco mil réis; um par de fivelas de prata avaliadas em mil e setecentos réis. O monte mor totalizava 144#420 (cento e quarenta e quatro mil quatrocentos e vinte réis).¹¹⁸

Este inventário, considerado em relação aos demais¹¹⁹, já aponta para uma das características da região com que estamos trabalhando. Como indicamos no

¹¹⁶ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. Inventariada: Leonor Alves Araújo; inventariante: Pedro de Quadros. Ano: 1800. CAIXA: 1800. Castro, 1800.

¹¹⁷ Convém reiterar a informação que também utilizamos transcrições dos documentos realizadas por funcionários do Museu do Tropeiro de Castro. Os mesmos adotaram os seguintes símbolos: “quadrado” ou “jogo da velha” #, para indicar a moeda da época. É o mesmo símbolo encontrado no manuscrito. Mas há transcrições em que foi atualizado e utilizado o cifrão \$, para indicar a moeda. Nesta transcrição, não consta o nome dos avaliadores do inventário de Leonor Alves Araújo.

¹¹⁸ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. Ano 1800 a 1810. Organização e transcrição de VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano: 1800. Castro, 2003. p. 4.

¹¹⁹ Os doze inventários trabalhados nesta Seção foram: Inventário de Leonor Alves Araújo (1800); Inventário de Ignácio Pereira da Silva (1800); Inventário de Antônia Ribeira (1812); Inventário de Luciana das Dores (1820); Inventário de Felícia Maria de Jesus (1822); Inventário de Dona Rosa do Espírito Santo (1827); Inventário de Ana Gertrudes do Sacramento (1831); Inventário de Francisco João Batista (1832); Inventário de Manoel Francisco de Lima (1841); Inventário de João Carneiro

primeiro capítulo, as atividades econômicas ligadas ao campo, como a criação de animais, são as mais presentes e as responsáveis pela riqueza desta sociedade. Por outro lado, também é possível apontarmos que dona Leonor Alves Araújo não era uma pessoa das mais abastadas. Comparando seu inventário com outro do mesmo ano, do senhor Ignácio Pereira da Silva,¹²⁰ identificamos neste um morador com maior poder aquisitivo, considerando que seus bens incluíam escravos. Seu inventário menciona um casal de cativos, três crianças, e um escravo com “45 anos”, sendo os homens adultos descritos como naturais de Benguela, ou “Banguela”, região localizada no oeste de Angola:

Um negro de nome Miguel de nação Banguela com 40 anos avaliado em cento e trinta mil réis; uma negra de nome Rita, mulher do dito Miguel com 25 anos avaliada em cento e dez mil réis; uma crioulinha de nome Leonarda com 7 anos avaliada em sessenta e quatro mil réis; uma crioulinha de nome Luiza com 5 anos avaliada em cinqüenta e oito mil réis; um crioulinho de nome Francisco com 1 ano e meio avaliado em trinta e dois mil réis; um escravo de nome Manoel de nação Banguela com 45 anos avaliado em cem mil réis¹²¹.

A lista dos chamados “trastes de casa”, descrita no inventário de Ignácio Pereira da Silva, era vasta: encontramos espingardas, ferramentas, roupas e imagens de santos. A citação, embora longa, permite visualizar melhor, a partir dos objetos, o cenário de uma casa no interior da então Vila de Castro:

Uma espingarda avaliada em seis mil e quatrocentos réis; uma espingarda curta avaliada em dois mil réis; um traçado avaliado em mil e seiscentos réis; três pratos fundos de estanho avaliados em setecentos e vinte réis; quatro colheres e um garfo de metal avaliados em seiscentos e sessenta réis; um frasco avaliado em quatrocentos réis; uma espingarda avaliada em três mil réis; um tacho de cobre avaliado em três mil trezentos e sessenta réis; um garrafão grande avaliado em quatro mil réis. As ferramentas eram: uma enxó chata avaliada em seiscentos e quarenta réis; uma balança avaliada em mil quatrocentos e quarenta réis; três foices avaliadas em mil e oitenta réis; duas enxadas velhas avaliadas em oitocentos réis; uma enxada nova avaliada em oitocentos réis; dois machados avaliados em oitocentos réis; um capote velho azul forrado com baeta avaliado em mil e seiscentos réis; um poncho já

Lobo (1844); Inventário de Maria Marques da Silva (1852); Inventário de Francisca Barbosa de Macedo (1861).

¹²⁰ Inventário: Ignácio Pereira da Silva, inventariante: Ana Maria Teixeira. Avaliadores: Gabriel da Silva Sampaio e Antônio Gonçalves dos Santos. Ano 1800.

¹²¹ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos**: Cartório Cível de Castro. Ano 1800 a 1810. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano: 1800. Castro, 2003. p. 5.

usado avaliado em dois mil réis; uma vestia de calção de pano azul avaliado em dois mil réis; uma sela velha com estribos e freio de ferro avaliada em dois mil réis; três cangalhas velhas avaliadas em mil e duzentos réis; dois catres velhos avaliados em oitocentos réis; um crucifixo de latão avaliado em mil e seiscentos réis; duas imagens de São João avaliadas em mil duzentos e oitenta réis; uma imagem de Nossa Senhora Santa Ana avaliada em duzentos réis; uma imagem de São Gonçalo com seu cajado de prata avaliado em quatrocentos réis; um bombilho usado com estribos de ferro avaliado em dois mil réis.¹²²

Também constavam do inventário os chamados animais “cavalares: um cavalo pastor colorado avaliado em nove mil réis; um cavalo colorado velho avaliado em quatro mil réis; um cavalo avaliado em seis mil réis; e mais gado vacum e éguas”. O conjunto dos bens perfazia um monte mor de 729#295 (setecentos e vinte e nove mil duzentos e noventa e cinco réis).¹²³ Note-se que a pequena escravaria (apenas 03 adultos) estava avaliada em trezentos e quatro mil réis, cerca de 41,6% do monte mor, o que mostra o peso relativo desse tipo de bem nos níveis de riqueza daquela sociedade. A aquisição de escravos certamente comprometia uma grande parte dos recursos monetários disponíveis.

Os bens destes dois antigos moradores de Castro mostram uma diferença significativa entre os valores de patrimônio: a primeira com 144\$420 (naquele ocasião, mais ou menos o valor atribuído a um escravo adulto) e o mais abastado com 729\$295. Apesar da diferença de patrimônio, havia em comum a posse de animais, de ferramentas e de armas de fogo. Levando em consideração que esta sociedade trabalhava com a terra, justifica-se a sua dependência de muitos dos bens descritos: as ferramentas eram usadas para roçar, plantar, cortar lenha etc.; as vacas forneciam o leite e os cavalos eram o meio de transporte; os demais animais certamente poderiam ser comercializados. Quanto à posse de armas de fogo, estas serviriam para a caça e/ou para a segurança da família e da propriedade.

Os indícios caracterizadores das atividades econômicas da região irão se manter em inventários dos anos de 1812 e 1820. Dona Antônia Ribeira era, podemos dizer, uma rica proprietária, com um monte mor de 3:781\$540 (três contos, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta réis).¹²⁴ A relação de seus bens apresentava uma quantidade significativa de animais, que somavam

¹²² Idem.

¹²³ Idem. p. 5, 6 e 7.

¹²⁴ Inventariada: Antônia Ribeira. Inventariante: José Leite Azevedo. Avaliadores: José Ferreira Pinto e Ignácio dos Santos Palhano. Ano 1812.

1:025\$000, onde os mais valiosos eram as “cento e setenta e quatro éguas de ventre, cada uma avaliada em 360#800.”¹²⁵ No interior da casa foram descritos objetos de cozinha, como “oito pratos de estanho, avaliados em 3#200; vinte e um pratos de louça avaliados em 4#200.”¹²⁶ Entre as ferramentas, que incluíam foices, machados, tachos e “uma alavanca”, as mais baratas eram as enxadas que valiam em média trezentos réis cada; a mais cara era um tacho grande avaliado em doze mil réis.

Quanto às terras e outros imóveis, seus bens se compunham de “uma casa coberta de telhas com forro, portas, janelas, bancos, bofete e catres, carro, monjolo, um quintal cercado, tudo avaliado em 300#000; um potreiro de criar fechado avaliado em 128#000; um campo de criar com um capão de mato que faz divisa com os campos de Bento Manoel avaliado em 450#000”. Além dessa descrição quase detalhada da casa, ao somarmos estes imóveis temos oitocentos e setenta e oito mil réis, mais de vinte vezes o valor da “casa velha” e do “rincão de campo...” de dona Leonor Araújo.

Em relação à escravaria, apesar de não termos a indicação das idades, os valores de avaliação indicam que a maior parte deles, com valores estimados acima de cem mil réis, era provavelmente constituída de adultos (alguns mais jovens que outros). Cinco eram do sexo masculino, e três do sexo feminino, sendo que as duas últimas escravas mencionadas no inventário (citação abaixo) poderiam ser anciãs, ou crianças muito jovens, devido ao baixo valor em comparação aos demais¹²⁷.

Um escravo de nome Manoel avaliado em 179#200; um escravo de nome Domingos avaliado em 179#200; um escravo de nome Joaquim avaliado em 115#200; um escravo de nome Pedro avaliado em 153#600; um escravo de nome Benedito avaliado em 102#400; uma escrava de nome Madalena avaliada em 153#200; uma escrava de nome Maria avaliada em 32#000; uma escrava de nome Benedita avaliada em 32#000.¹²⁸

Diferentemente da situação de Ignácio Pereira da Silva, o valor relativo da escravaria de Dona Antonia Ribeira tem menor peso na formação de seu monte mor,

¹²⁵ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. Ano 1811 a 1820. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano 1812. Castro, 2003. p. 15.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Esta conjectura leva em conta informações constantes em outros inventários, em que aparecem idades e preços dos escravos.

¹²⁸ Idem. p. 15 e 16.

ainda que ela possuísse um maior número de escravos adultos avaliados com preços superiores aos anteriormente indicados. Dona Antonia Ribeira tinha nos animais e terras as maiores fontes de riqueza, e seu inventário apresenta as principais características das pessoas mais abastadas da região de Castro: possuidoras de terras, escravos e de um número significativo de animais. Tratava-se, de fato, de uma sociedade latifundiária e escravista.

Em contraste à situação dessa última inventariada, encontramos a de dona Luciana das Dores, cujo inventário foi lavrado em 1820.¹²⁹ Esta senhora, ainda que possuísse animais e escravos, não parece que exercesse algum tipo de atividade ligada à terra. O total de seus bens perfazia 745\$940 (setecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta réis), e os de maior valor eram três escravas: “uma escrava de nome Jacinta avaliada em 133#760; uma escrava preta de nome Luiza com 10 anos avaliada em 140#000; uma mulata de nome Elena com 15 anos avaliada em 180#000”, a mais valiosa, certamente em virtude de sua idade, jovem e já propícia ao trabalho; a senhora também possuía “um mulato de nome Nicolau com 1 ano avaliado em 40#000”.¹³⁰

A lista dos chamados “trastes de casa” era bastante extensa, destacando-se a presença de várias peças de tecidos; bens possivelmente ligados à sua atividade profissional (uma costureira, talvez; o que também explicaria os valores atribuídos às jovens escravas, possíveis aprendizes do ofício).

uma peça de paninho avaliada em 6#000; três peças de canga avaliadas em 5#760; um maço de linhas finas avaliadas em 3#600; um maço de linhas grossas avaliadas em 3#000; duas peças de chitas avaliadas em 3#840; treze e meio côvados de baeta azul avaliada em 8#100; (...) trinta e oito côvados de chita inglesa avaliada em 12#320; duas varas de renda larga avaliadas em 1#600; (...) em dinheiro a falecida tinha 31#140.¹³¹

Outros bens completavam seu patrimônio, como os animais entre bestas (asininos), éguas, vacas, bois, que somados valiam 85\$500. Não consta entre os bens arrolados de Dona Luciana das Dores nenhuma referência a terras, ou imóveis, justificando o valor modesto de seu monte mor.

¹²⁹ Inventariada: Luciana das Dores. Inventariante: José Leite. Avaliadores: Tenente Antônio José Pereira Branco e Manoel de Lima Pereira. Ano 1820.

¹³⁰ Idem. p. 81.

¹³¹ Idem. p. 81, 82.

Dona Felícia Maria de Jesus, inventariada no ano de 1822,¹³² possuía terras, como “um sítio com casas cobertas de palha, com arvoredos, tudo avaliado em 16#000; um campo pertencente ao mesmo sítio, com terras lavradas avaliado em 210#000”. Sua escravaria contava com sete escravos, a escrava Maria, crioula, era a mais velha com 38 anos, avaliada em 128\$000, e o mais jovem era o crioulo de nome Manoel, com 4 anos, avaliado em 76\$800; o mais valioso era o crioulo de nome Simão com 17 anos, avaliado em 166\$400¹³³. No total de escravos descritos havia três crianças, que certamente por ainda não estarem em idade produtiva, tinham menor valor que os adultos. Contudo, sua escravaria representava 75,5% do total de seu patrimônio, que alcançava 1:117\$680 (um conto, cento e dezessete mil, seiscentos e oitenta réis).¹³⁴

Outra moradora, Dona Rosa do Espírito Santo, cujo inventário foi lavrado em 1827,¹³⁵ aparentava ser uma mulher rica, possuindo animais, escravos e terras:

Uma morada de casas com paredes de taipa cobertas de telha com seis portas e duas janelas avaliada em 80#000; um rincão de campos que se divide ao Sul com os campos e matos do Baçoiral, pelo norte com o campo do Capão Alto, pelo leste com o campo da viúva de José Rodrigues por um arroio, pelo oeste com campo de Joaquim Antônio de Magalhães, avaliado em 51#200; um rincão de campos da casa com fundos ao norte e frente ao sul, por este lado se divide com campos e matos do Baçoiral, pelo norte e leste com campos do Capão Alto, pelo oeste com campos de Joaquim Antônio avaliado em 128#000; um rincão de campo com matos e terras lavradas que se divide a oeste com os campos do Furriel Antônio Rodrigues, a leste com as terras de Ana Castanha, a norte com o dito Furriel Antônio Rodrigues, avaliado em 20#000; uns matos e terras lavradas avaliadas em 38#400; uma morada de casas coberta de telhas na rua do porto avaliada em 8#000.¹³⁶

¹³² MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. Ano 1821 a 1830. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano 1822. Castro, 2004. p. 20.

Inventariada: Felícia Maria de Jesus. Inventariante: Maria Domingues. Avaliadores: José João Palhano e Bento Galvão. Ano 1822.

¹³³ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. Ano 1821 a 1830. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano 1822. Castro, 2004. p. 20.

¹³⁴ Idem. p. 20.

¹³⁵ Inventariada: Dona Rosa do Espírito Santo. Inventariante: Alferes Luiz Castanho de Araújo. Avaliadores: Salvador Luis e Manoel Alves Teixeira. Ano 1827.

¹³⁶ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. Ano 1821 a 1830. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano de 1827. Castro, 2004. p. 64 e 65.

Dos treze escravos descritos no rol dos bens, com idades entre 60 e 6 anos, 8 eram do sexo feminino e somavam 5:063\$200; os cinco homens valiam 8:070\$400, e entre estes, os mais valiosos eram um mulato de nome Lino com 28 anos, avaliado em 256#000 e “o escravo cabra” de nome Damázio, com 29 anos, avaliado em 230#400.¹³⁷ Quando lemos a lista com os referidos escravos, percebemos que os cativos homens maiores de doze anos e menores de trinta anos, tinham maior valor monetário. Dona Rosa do Espírito Santo, ao morrer, deixou um monte mor que correspondia a 3:098\$200 (três contos, noventa e oito mil e duzentos réis).¹³⁸

As duas moradoras acima mencionadas possuíam quantidade significativa de escravos, terras e animais, como cavalos, meio de transporte comum na época. Entretanto, o percentual de terras, 10,5%, e de escravos, cerca de 46,2% do total dos bens descritos no inventário de 1827, reforça o perfil dos proprietários mais abastados da região.

Confirmamos, com as listas de pertences destes moradores, a predominância da propriedade de terras e de escravos na região. A posse de escravos por parte de diversos inventariados permite que se corrobore a posição historiográfica que informa sobre a quantidade expressiva de mão de obra escrava em Castro desse período.

Conforme estudo de Ilton Cesar Martins, sobre a presença de escravos no território paranaense, no século XIX, percebe-se que o seu percentual, em relação ao total da população, decai (ainda que os números absolutos apresentem um expressivo incremento).¹³⁹ É o que se vê na tabela abaixo:

¹³⁷ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. Ano 1821 a 1830. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano de 1827. Castro, 2004. p. 64 e 65.

¹³⁸ Idem. p. 65.

¹³⁹ MARTINS, Ilton Cesar. **E eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério:** crime e escravidão na Comarca de Castro (1853-1888). Tese de doutorado UFPR. CURITIBA. 2011. p. 61.

Anos	Escravos	%	Total da População
1798	4.273	20,3	20.999
1804	5.077	19,3	26.370
1810	5.135	18,6	27.589
1811	6.840	19,6	34.940
1816	5.010	17,6	28.470
1819	10.191	17,0	59.442
1824	5.855	17,8	32.887
1830	6.260	17,1	36.701
1836	7.873	18,4	42.890
1854	10.189	16,4	62.258
1858	8.493	12,2	69.380
1866	11.596	11,7	99.087
1868	10.000	10,0	100.000
1872	10.715 ^(a)	8,5	126.722 ^(b)
1874	11.249	8,8	127.411

TABELA 1: “**Notas:** (a) – dado proveniente da matrícula especial de escravos. (b) – dado proveniente do recenseamento geral da população”.¹⁴⁰

A tabela mostra a quantidade significativa de mão de obra escrava, sendo que em 1830 havia em território paranaense 4.270 pessoas (3.120 livres e 1.150 escravos). Castro, naquela ocasião, tinha cerca de 18% de toda a escravaria do território paranaense (mais do que Curitiba; só perdia para Paranaguá).¹⁴¹ Segundo a tabela acima, ainda que o percentual de escravos diminuísse, a quantidade desta mão de obra permanece expressiva na região estudada.

Brasil Pinheiro Machado observa que a estrutura social gerada no sistema escravocrata é arraigada durante a colonização do litoral e dos campos do Paraná, permanecendo inflexível durante o oitocentos:

¹⁴⁰ FONTE: MARTINS, Ilton Cesar. **E eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na comarca de Castro (1853-1888)**. Tese de doutorado UFPR. Curitiba. 2011 p. 61.

¹⁴¹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Dos escravos e outros não-morigerados. In: **Semeando iras rumo ao progresso: (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829 – 1889)**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996. p. 57, 58.

Desde os primeiros povoadores da faixa litorânea até o final do século XIX, em que se completou a expansão fazendeira sobre a totalidade dos campos do Paraná, a sociedade apresentou a mesma estrutura social que caracterizou toda a formação brasileira, marcada por uma rígida estratificação dominada pela relação senhor-escravo. Nem o objeto da exploração econômica, nem o ambiente geográfico, nem fator qualquer, afetou a estrutura tradicional, até o final do século XIX.¹⁴²

Os senhores de escravos eram, portanto, figura comum na região que hoje conhecemos como os Campos Gerais do Paraná, que apresentava suas características próprias “e um predomínio de uma classe senhorial de famílias patriarcais”.¹⁴³

Obviamente, além das famílias abastadas, a região também contava com uma população de trabalhadores pobres, descritos por Brasil Pinheiro Machado nos seguintes termos:

Em 1836, o número de fazendas nos distritos de Castro, Curitiba e Lapa, era de 88. Ao lado desses latifúndios surgiram inúmeros pequenos sítios. Situavam-se em terras das fazendas, ao lado destas, ao longo das estradas, nas proximidades das vilas. Eram propriedades de gente pobre. Alguns desses sítios eram também trabalhados por escravos, e seus proprietários eram agregados das fazendas, capatazes, libertos, gente de trabalho manual. Criavam alguns cavalos e vacas, plantavam milho e feijão, que negociavam com os tropeiros que vinham do sul.¹⁴⁴

Com relação às pessoas menos abastadas, o inventário de Leonor Alves de Araújo, lavrado no ano de 1800, mostra que ela não possuía escravos, mas alguns animais. No ano de 1820, os bens de Luciana das Dores compunham-se de, além do “dinheiro deixado pela falecida”, animais e escravos em pequena quantidade, podendo fazer parte de uma camada social, descrita por Brasil Pinheiro Machado, como situada à margem das grandes fazendas. O mesmo vale para Dona Felícia Maria de Jesus, inventariada no ano de 1822, em que a finada deixa como herança um sítio, com animais e escravos.

¹⁴² MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais.** Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História, nº 3, jun. 1963. p. 11.

¹⁴³ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais.** Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História, nº 3, jun. 1963. p. 11.

¹⁴⁴ Idem. p. 10, 11.

Dona Ana Gertrudes do Sacramento possuía poucos bens arrolados em inventário lavrado no ano de 1831.¹⁴⁵ Não tinha terras, nem imóveis; todo seu patrimônio era constituído de:

Uma escrava crioula de nome Rita, com 50 anos, avaliada em 100#000; duas vacas com cria, cada uma avaliada em 2#500, somando 5#000; uma vaca velha avaliada em 2#000; um par de canastras velhas avaliadas em 2#000; um catre tecido de couro avaliado em #800; uma mesa valha avaliada em #400; um caldeirão de cobre avaliado em 1#280; um tacho pequeno avaliado em 2#500.¹⁴⁶

A única escrava era o seu bem de maior valor, cerca de 90% do total de seu patrimônio, sendo este, portanto, 111\$480 (cento e onze mil, quatrocentos e oitenta).¹⁴⁷

Vemos uma situação diferente com a relação dos bens descritos no inventário do senhor Francisco João Batista, lavrado no ano de 1832.¹⁴⁸ As terras e os animais chamam a atenção: “uma sesmaria de campos na freguesia de Guarapuava, com três léguas de campo, com casa, currais, mangueiras, tudo avaliado em 500#000; (...) cento e noventa éguas, cada uma avaliada em 6#000, somando 1:140#000”. Todos os bens alcançaram o valor de 5:280\$300 (cinco contos, duzentos e oitenta mil, e trezentos réis).¹⁴⁹ A quantidade de animais descritos era cerca de 21,6% de seu patrimônio, o que a princípio nos dá a ideia de que ele poderia ser um criador de animais; curiosamente, porém, encontramos apenas dois escravos relacionados: um descrito como velho e doente, avaliado em 80\$000, e a outra, uma escrava de nome Maria, avaliada em 450\$000. Somados, valiam 530\$000, cerca de 10% do valor de seu patrimônio.

Datado do ano de 1841, encontramos o inventário do senhor Manoel Francisco de Lima, cujo monte mor era de 464\$800 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, e oitocentos réis), já descontadas dívidas passivas no valor de

¹⁴⁵ Inventariada: Ana Gertrudes do Sacramento. Inventariante: Umbelina Maria do Sacramento. Avaliadores: Domiciano Ramalho da Costa e Antônio Domingues Garcia. Ano 1831.

¹⁴⁶ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. Ano 1831 a 1840. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano de 1831. Castro, 2004. p. 6.

¹⁴⁷ Idem. p. 6.

¹⁴⁸ Inventariado: Francisco João Batista. Inventariante: Generoso Alexandre Vieira. Avaliadores: Manoel José Moreira e Francisco Martins. Ano 1832.

¹⁴⁹ Idem. p. 31, 32.

215\$800.¹⁵⁰ Neste modesto inventário, não havia referência à posse de escravos, mas destacava-se a posse de animais e de duas casas com valores pouco expressivos: “Dezenove bestas xucras avaliadas em 475#000; quatro cavalos mansos, avaliados em 36#000; um cavalo avaliado em 20#000; um cavalo tordilho marchador avaliado em 25#000; uma casa velha na rua do Porto avaliada em 35#000; uma casa com cozinha e forro avaliada em 50#000”.¹⁵¹

João Carneiro Lobo foi outro morador castrense, e seu inventário foi lavrado em 1844.¹⁵² Pertencia a uma abastada família da região. Dentre muitos bens, havia terras e casas que somavam cerca de 2:550\$000; por exemplo: “uma sorte de campos denominada Invernada do Barreiro nos fundos dos campos de Jaguariaíva avaliada em 12:000#000; uma sorte de terras lavradas com paiol nas costas do Sertão anexa ao dito campo ou invernada acima dita avaliada em 1:000#000”.¹⁵³ Muitos eram os animais “vacum”, como as “cento e quarenta e três vacas soltas, avaliadas em 1:573#000”; e as “oitenta e uma vacas com cria, avaliadas em 1:036#800”; totalizavam a quantia de 3:489\$800.¹⁵⁴

Encontramos também indicações da presença de famílias escravas nas terras deste proprietário, pois além do nome e idade do escravo, informação comum nesse tipo de documentação, há menção sobre o ofício de alguns e, especialmente, o parentesco entre diversos escravos, com idades entre um mês de vida e 45 anos. Sobre o parentesco, havíamos encontrado anteriormente esse dado apenas no inventário de dona Leonor Alves Araújo, lavrado em 1800,¹⁵⁵ em que foi mencionado um casal de cativos. Nos outros documentos selecionados não havia estas informações, talvez por se tratar de propriedades menores, ou simplesmente porque não havia interesse por parte do inventariante e/ou dos avaliadores em especificar esses dados.

¹⁵⁰ Inventariado: Manoel Francisco de Lima. Inventariante: dona Gertrudes Maria de Freitas. Avaliadores: Joaquim José Marques e Souza e Francisco Antônio de Oliveira. Ano 1841.

¹⁵¹ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. Ano 1841 a 1850. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano 1841. Castro, 2008. p. 6.

¹⁵² Inventariado: João Carneiro Lobo. Inventariante: Dona Ana Estevão Carneiro. Avaliadores: Manoel Ignácio do Canto e Silva e Antônio José de Sampaio. Ano 1844.

¹⁵³ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. Ano 1841 a 1850. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano 1844. Castro, 2008. p. 108.

¹⁵⁴ Idem. p. 109.

¹⁵⁵ Inventariada: Leonor Alves Araújo; inventariante: Pedro de Quadros. Ano: 1800.

Mariano, crioulo com 25 anos, carpinteiro, avaliado em 800#000; Salvador de nação, alfaiate com 30 anos avaliado em 800#000; Caetana, crioula, mulher do dito Salvador com 30 anos avaliada em 500#000; Agostinho de nação com 30 anos avaliado em 550#000; Eufrásia de nação com 25 anos, mulher do dito Agostinho avaliada em 500#000; Francisco Ignácio crioulo com 20 anos, domador avaliado em 600#000; Maria crioula com 30 anos, mulher do dito Francisco Ignácio avaliada em 500#000; Félix crioulo com 40 anos avaliado em 400#000; Vicencia crioula com 45 anos mulher do dito Félix avaliada em 400#000; José de nação mombojé com 40 anos avaliado em 400#000; Ana de nação, com 30 anos, mulher do dito José avaliada em 500#000; (...) Manoel de nação com 40 anos avaliado em 450#000; Joaquina de nação com 45 anos mulher do dito Manoel avaliada em 350#000 (...) Barbara, crioula com 5 anos avaliada em 250#000; Meliana, crioula com 5 anos avaliada em 250#000; Severina, crioula com 18 meses, filha da escrava Eufrásia avaliada em 100#000; Januário com 1 mês, filho de Joaquina, avaliado em 50#000; Maria com 2 meses, filha de Ana, avaliada em 50#000.¹⁵⁶

Os escravos somavam 7:450\$000 (sete contos, quatrocentos e cinqüenta mil réis). Objetos em ouro e prata também compunham os bens do inventariado, como “Um cordão de ouro avaliado em 22#500; um relicário avaliado em 19#500; um cordão de lantejoulas avaliado em 55#500. (...) Quatorze cabos de facas para mesa avaliados em 50\$400; doze garfos de prata avaliados em 60\$480; doze colheres de prata avaliadas em 47\$520...”¹⁵⁷

O inventariado João Carneiro Lobo, possuía outras propriedades que também foram avaliadas, como a Fazenda Vorá, a Invernada da Cruz e a Fazenda São Tomé, todas com escravos e animais. O monte mor do inventário era de 156:395\$460 (cento e cinquenta e seis contos, trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta réis).¹⁵⁸

A diferença entre os inventários lavrados nos anos de 1841 e 1844 é significativa: 464\$800 e 156:395\$460, respectivamente; destaca-se o predomínio de escravos, terras e animais do último em relação ao primeiro. Podemos dizer que eles representam, dentro dos limites da documentação com que trabalhamos, os extremos sociais encontrados dentro de uma mesma década, e que se pode estender para todo o período (1800-1870), observadas as condições mais específicas dos contextos. Assim, dentre aqueles que lograram deixar bens para

¹⁵⁶ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos:** Cartório Cível de Castro. Ano 1841 a 1850. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano 1844. Castro, 2008. p. 109, 110.

¹⁵⁷ Idem. p. 110.

¹⁵⁸ Idem. p. 111-115.

serem inventariados, alguns tinham pouco, como Manoel Francisco de Lima, e outros detinham grandes riquezas invertidas em terras, animais e escravos.

O inventário de dona Maria Marques da Silva foi lavrado em 1852,¹⁵⁹ e constava entre seus bens, desde escravos e terras, até objetos pessoais peculiares, como “um roupão velho avaliado em 7#000; (...) uma chocolateira de ferro velha avaliada em #640”,¹⁶⁰ entre outros. Esta senhora possuía apenas três escravos, sendo dois menores: “uma escrava crioula de nome Eva, com 40 anos avaliada em 500#000; um escravo crioulo de nome Cipriano, com 10 anos avaliado em 450#000; um escravo crioulo de nome Miguel, com 22 meses, avaliado em 150#000”.¹⁶¹ Com relação à posse de terras, a inventariada deixou “uma morada de casas, com quintal e arvoredos, no bairro de São José avaliada em 250#000; um pedaço de campo no mesmo bairro avaliado em 230#000; oito alqueires de capoeira no sertão de Bitumirim avaliados em 70#000”.

Os escravos eram os bens de maior valor, seguindo-se os de raiz, reafirmando a característica econômica da região. Os escravos somavam 1:100\$000 (um conto e cem mil réis) e os bens de raiz, 550\$000 (quinhentos e cinqüenta mil réis). O monte partível era de 2:069\$410 (dois contos, sessenta e nove mil, quatrocentos e dez réis).¹⁶²

Para construir este painel socioeconômico dos habitantes de Castro, no período considerado, também selecionamos o inventário de dona Francisca Barbosa de Macedo, redigido no ano de 1861.¹⁶³ Provavelmente, tratava-se de uma pessoa de nível social intermediário, pois os seus bens mais valiosos eram suas terras:

Uma chácara no rocio da freguesia de Tibagi, coberta de telhas com quintal e algumas benfeitorias avaliada em 500#000; umas terras lavradas com 18 alqueires entre matos altos e capoeiras que por um lado divide com Bento Rupo de Gouveia e por outro com Floriana de Almeida avaliadas em 200#000.¹⁶⁴

¹⁵⁹ Inventariada: Maria Marques da Silva. Inventariante: José Antônio de Matos. Avaliadores: Procópio do Carmo Ribas e Manoel Joaquim Alves. Ano 1852.

¹⁶⁰ MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos**: Cartório Cível de Castro. Ano 1841 a 1850. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano 1852. Castro, 2008. p. 44.

¹⁶¹ Idem. p. 45.

¹⁶² Idem. p. 45.

¹⁶³ Inventariada: Francisca Barbosa de Macedo. Inventariante: Joaquim José Barbosa. Avaliadores: Amantino José Borges e José Rufino Correia Leite. Ano 1861.

¹⁶⁴ Idem. p. 10.

Os animais, bestas e éguas, foram avaliados em 160\$000, dentre os quais encontrava-se “uma besta mansa pangaré, renga, avaliada em 25#000”.¹⁶⁵ Estas descrições, porventura minuciosas, para justificar as avaliações, hoje nos parecem curiosas, pejorativas e até engraçadas. Dona Francisca possuía apenas “uma escrava de nome Thereza, com 50 anos, de nação avaliada em 350#000”.¹⁶⁶ Seu monte mor totalizava 1:512\$070 (um conto, quinhentos e doze mil, e setenta réis).¹⁶⁷

Assim, a partir da listagem dos bens que os inventariantes e avaliadores produziam, constituía-se a herança material do finado, que, depois, era partilhada entre os herdeiros. Com relação à sociedade de Castro, a descrição dos bens dos inventariados confirma tratar-se de uma região marcada pela criação de animais e pela presença escrava, cujos valores vão aumentando à medida que o século XIX avança. As terras, animais e escravos estavam concentrados “nas mãos” de um grupo de pessoas abastadas que, por sua vez, possuíam agregados que também podiam possuir algum animal e/ou escravo.

Contudo, para além de senhores de escravos e de latifundiários, os inventariados compartilhavam de uma dinâmica social na qual estavam inseridos nossos proprietários de livros. Situá-los dentro dessa dinâmica será trabalho para o próximo tópico dessa dissertação.

2.2 – O perfil dos proprietários de livros através de seus pertences

O comerciante Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel, cujo inventário foi lavrado no ano de 1866, era um dos homens mais abastados dentre aqueles que tiveram livros registrados no rol de seus bens, assim informado: “bens móveis: 741\$500; raiz: 3:750\$000; escravos: 7:550\$000; dívidas por crédito: 129:553\$000; semoventes: 268\$000; dívidas de livros: 13:039\$149; dinheiro em caixa: 15:894\$952; gênero de negócios: 24:781\$017; dinheiro recebido: 3:274\$414; monte mor: 198:852\$702 (cento e noventa e oito contos, oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois réis)”.¹⁶⁸ Outra pessoa que mostrou ser possuidora de diversos

¹⁶⁵ Idem. p. 9.

¹⁶⁶ Idem. p. 9.

¹⁶⁷ Idem. p. 10.

¹⁶⁸ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866. O documento não traz informações sobre os avaliadores, pois o inventário foi de “balanço da casa comercial”, procedimento jurídico que faz o levantamento e apresenta a situação do estabelecimento.

bens foi José Joaquim Marques de Souza (possível boticário). A relação de seus bens, no inventário lavrado em 1864, era a seguinte: móveis: 2:379\$980; semoventes: 18:415\$000; raiz: 20:620\$000; monte mor: 62:181\$317 (sessenta e dois contos, cento e oitenta e um mil, trezentos e dezessete réis).¹⁶⁹

A maioria de nossos inventariados, proprietários de livros, também possuía algum escravo, como mostra a situação do negociante Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel, proprietário de oito escravos do sexo masculino que valiam 4:400\$000 e cinco do sexo feminino avaliados em 3:150\$000. Certamente este morador, dono de armazém, era também um senhor de escravos, com treze cativos, que valiam mais de sete contos de réis no mercado.

Entretanto, se observarmos, através dos vários objetos descritos no inventário de Joaquim Pimentel, visualizamos no interior de seu armazém, a quantidade e variedade de produtos: fazendas (tecidos), ferramentas, roupas, louças, objetos variados, livros em branco, cadernos, papéis, tudo à disposição das pessoas que frequentavam o armazém na época. Além disso, esses objetos constituem a cultura material da região, e caracterizam aquela sociedade rural com suas ferramentas para a lida na terra, por exemplo. No quadro abaixo, a partir do que foi relacionado no inventário, apresentamos alguns dos objetos que o armazém oferecia:

¹⁶⁹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ JOAQUIM MARQUES E SOUZA. CAIXA: 1864. Castro, 1864.

Fazendas (tecidos)	Ferramentas	Roupas	Louças	Outros objetos	Livros, cadernos, papéis
Noventa e duas peças de algodão a meia largura, quinze jardas avaliadas em 496#800	Seis martelos de ferrador avaliados em 2#600	Seis dúzias de camisas brancas avaliadas em 141#537	Três dúzias de colheres de metal branco avaliadas em 18#000	Dezessete espingardas sortidas avaliadas em 85#000	Cinco livros em branco avaliados em 5#000
Doze cobertores espanhóis avaliados em 69#600	Quarenta pás de fazer valos avaliadas em 60#000	Cento e sessenta e oito chapéus de pano sortidos avaliados em 379#680	Quatro dúzias de garfos de metal branco avaliadas em 24#000	Dois dúzias e sete óculos com aro de aço avaliadas em 15#500	Três livros de duzentas folhas avaliados em 6#000
Vinte cobertores franceses avaliados em 140#000	Setenta e nove enxadas avaliadas em 44#240	Quatorze bonés de pano avaliados em 28#000	Quatro dúzias de pratos de folhas avaliadas em 11#200	Noventa e três alfabetos avaliados em 3#534	Três livros de quatrocentas folhas avaliados em 7#500
Doze peças de morim fino avaliadas em 144#000	Cinco machados avaliados em 8#000	Três dúzias de gravatas de cor avaliadas em 36#000	Sessenta copos para água avaliados em 30#000	Dez vidros de água-de-colônia avaliados em 5#400	Cento e dezoito papéis avaliados em 11#800
Quatrocentos e cinquenta e quatro côvados de brim mineiro sortido avaliados em 217#920	Meia dúzia de martelos para sapateiros avaliados em 5#000	Quatro pares de suspensórios avaliados em 1#600	Vinte e cinco dúzias e meia de xícaras brancas e pintadas avaliadas em 38#250	Noventa e cinco urinóis sortidos avaliados em 114#00	Treze resmas de papel avaliadas em 46#800
Quatorze côvados e uma quarta de merino francês avaliados em 61#630	Quatro enxós avaliadas em 4#800	Cento e quarenta e sete chapéus de palha avaliados em 17#640	Seis casais de xícaras de porcelana avaliadas em 3#000	Três dúzias e meia caixa de lamparinas avaliadas em 5#600	Cinco resmas de papel almaço avaliadas em 18#000
Duzentas jardas de merino avaliadas em 320#200	Dez martelos grandes avaliados em 2#000	Onze chapéus de pano para senhora avaliados em 55#000	Cinco açucareiros brancos avaliados em 3#200	Um maço de rosário avaliado em #800	Um par de tinteiro de cristal avaliado em 5#000
Seis ceroulas de lã avaliadas em 18#000	Dois dúzias de alicates de ferro avaliadas em 8#000	Uma dúzia e nove mantas de seda de cor avaliadas em 13#994	Vinte pratinhos avaliados em 4#000	Setenta e sete garrafas de licor grosso avaliadas em 38#500	Cinquenta cadernos em capa de livros avaliados em 4#000

TABELA 2: FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866.

Como o armazém era um local com mercadorias diversas, certamente as pessoas que iam até o estabelecimento, poderiam encontrar desde “tecidos de merino francês” até “ceroulas de lã”. Chama atenção também os livros e cadernos em branco que possivelmente eram usados como livros de registros ou para anotações em geral (poder-se-ia pensar, até mesmo, em usos mais íntimos, como os diários pessoais). O “rosário” descrito nos faz pensar numa sociedade cristã, que frequentava a Igreja. Já as “lamparinas” nos remetem a um cenário íntimo social iluminado pelas chamas desses artefatos então indispensáveis; e os urinóis eram objetos comuns e necessários nas casas das pessoas que constituíam aquela sociedade.

Entre os bens do senhor José Joaquim Marques e Souza, destacavam-se os escravos e os bens de raiz, como propriedades, terrenos e casa. Possuía trinta e três escravos avaliados, por Amantino José Borges e Silvano Jayme de Proença, em 16:570\$000. Os escravos somados à posse de terras alcançavam um valor de 20:620\$000, mostrando uma predominância de escravos e terras entre os bens do finado, comparando-se com os demais bens. Entre os escravos melhor avaliados naquela ocasião (1864), havia um de nome Vicente, carpinteiro com quarenta anos; outro de nome Biscaia, mulato, crioulo com 36 anos; outro de nome Candido, crioulo pardo com dezesseis anos; outro de nome Firmino com quatorze anos, pardo; outro de nome Castor, crioulo com trinta anos; e um de nome Manoel, crioulo com vinte anos, todos estes avaliados em 1:000\$000 cada um. Ainda um pouco mais valiosos eram um escravo de nome Virgílio, mulato, crioulo com vinte e dois anos avaliado em 1:200\$000, e um de nome Marciano, crioulo com vinte e oito anos avaliado em 1:100\$000”.¹⁷⁰ Eram escravos jovens, em idade produtiva para o trabalho, sendo só um deles com o ofício definido (carpinteiro).

Quanto à posse de terras, havia “uma morada de casas na Rua do Rosário com dois lanços e lugar para loja avaliada em 4:000\$000; uma parte de campos na fazenda de Carambeí, como consta do inventário do finado Major Francisco Teixeira de Azevedo avaliada em 4:500\$000; um sítio grande na Ribeira com todas as mais partes e divisas constantes dos títulos, casa, engenho, plantações, móveis e todas as benfeitorias avaliado em 5:000\$000.”¹⁷¹

¹⁷⁰ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ JOAQUIM MARQUES E SOUZA. CAIXA: 1864. Castro, 1864.

¹⁷¹ Idem. p. 115 e 116.

Para além destes dois inventariados mais abastados, encontramos sete outros indivíduos cujos montes mores situavam-se entre 16 contos de réis e um conto de réis. O Reverendo José Loureiro da Silva, cujos bens foram inventariados em 1841, possuía um monte mor de 16:642\$425 (dezesseis contos, seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco réis)¹⁷². José Loureiro possuía quinze escravos, oito homens e sete mulheres; os homens valiam 2:510\$000 e as mulheres 2:700\$000, a maior parte de herança deixada correspondia as terras.

José Manuel Ferreira deixou testamento “onde declarava ser natural da Vila de Curitiba, sendo filho legítimo do falecido Sargento mor Antônio José Ferreira e Beatriz Ana de Oliveira Rosa, declarou ser casado com dona Iria Balbina da Piedade de cujo matrimônio nasceram nove filhos”;¹⁷³ com inventário lavrado em 1829 e o total de bens avaliado em 12:683\$860 (doze contos, seiscentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta réis). Outra informação pertinente no testamento de José Manuel Ferreira, é que o mesmo “declara também que o escravo Nazário ficou encarregado de servir a sua mulher até a morte da mesma, e se ele o escravo cumprisse com cuidado esta ordem, o mesmo ficaria livre depois da morte de dona Iria Balbina”.¹⁷⁴

Não temos a referência à idade do referido escravo, por isso torna-se difícil inferir se a concessão da liberdade foi um ato de benevolência do testador; o que fica claro é que se tratava de um escravo de confiança da família, tanto que ele ficou com a responsabilidade de cuidar da senhora e, aparentemente, seria recompensado com a liberdade depois da morte dos proprietários. Por esse lado, não podemos negar certa afeição que o senhor tinha pelo escravo Nazário, o único que teria sua liberdade garantida, e também o mais valioso escravo no arrolamento dos bens:

Um escravo de nome Nazario avaliado em 260\$000; um escravo de nome José com o ofício de barbeiro avaliado em 250\$000; um escravo de nome Manoel avaliado em 220\$000; um escravo de nome Camilo avaliado em 220\$000; um escravo de nome Lourenço avaliado em 200\$000; um escravo mulato de nome Benedito avaliado em 210\$000; uma escrava de nome Maria avaliada em 220\$000; uma escrava de nome Benedita, doente, avaliada em

¹⁷² FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ LOUREIRO DA SILVA. CAIXA: 1841. Castro, 1841.

¹⁷³ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MANUEL FERREIRA. CAIXA: 1829. Castro, 1829.

¹⁷⁴ Idem.

128\$000; uma escrava de nome Thomázia avaliada em 200\$000; uma escrava de nome Thereza avaliada em 200\$000; uma escrava de nome Francisca, muito velha, avaliada em 50\$000.¹⁷⁵

Os escravos totalizavam 2:158\$000, cerca de 17% do total do patrimônio do inventariado, percentual que se encontra dentro da média, comparando com outros proprietários.

O Doutor Manoel Lopes Branco e Silva teve testamento e inventário datados de 1810, deixando monte mor que totalizava 10:046\$844 (dez contos, quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro réis).¹⁷⁶ Deste total, “10% correspondia aos escravos que valiam: 1:031\$800; 47% correspondia aos animais avaliados em 4:693\$500; e 15% eram os bens de raiz avaliados em 1:500\$000”.¹⁷⁷

O senhor José Maria Lima, aquele negociante de tecidos cujo inventário foi lavrado no ano de 1836, teve seus bens avaliados em 8:531\$576 (oito contos, quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e seis réis). Possuía cinco escravos; quatro eram adultos entre vinte e trinta e seis anos, e cada um deles foi avaliado em 450\$000, e “uma escrava crioula de nome Felicidade, com 6 anos avaliada em 200\$000”.¹⁷⁸ A quantidade de peças ligadas ao seu ofício correspondia a 6,2% dos seus bens; eram tecidos, peças de algodão e roupas em quantidades significativas como, “vinte e cinco lenços avaliados em 11\$000; sete chales franceses avaliados em 7\$040; sessenta e três côvados e meio de riscados azuis, vários padrões avaliados em 11\$430”. São vários os objetos descritos que remetem ao cenário vivido por José Maria Lima, dentro de uma loja de tecidos: “três quartos de libra de retrós sortidos avaliados em 7\$500; quatro carretéis de fios dourados avaliados em 1\$280; cinco maços de miçangas avaliados em 3\$200; quatro dedais de estanho avaliados em \$040, duas tesouras ordinárias avaliadas em \$400”.¹⁷⁹ As dívidas (por crédito) do monte eram 6:287\$711 e o monte menor 2:243\$865.

Também encontramos o capitão mor José Rodrigues Betim, natural da vila de Iту, com inventário lavrado em 1811. Os bens do referido capitão totalizavam 5:503\$790 (cinco contos, quinhentos e três mil, setecentos e noventa réis). Dentre

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE MANOEL LOPES BRANCO E SILVA. CAIXA: 1810. Castro, 1810.

¹⁷⁷ PORTELA, Bruna Marina. **CAMINHOS DO CATIVEIRO: A CONFIGURAÇÃO DE UMA COMUNIDADE ESCRAVA (CASTRO, SÃO PAULO, 1800-1830)**. Dissertação de mestrado. Curitiba, 2007. p. 14.

¹⁷⁸ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MARIA LIMA. CAIXA: 1836. Castro, 1836.

¹⁷⁹ Idem.

muitos bens, ele possuía escravos, animais e propriedades. Os escravos correspondiam a “24% do seu patrimônio; os animais valiam 44% e as terras representavam 25% de seu patrimônio”¹⁸⁰. Objetos de uso pessoal de Betim também foram listados nos bens, como “um punhal com ponteira de prata avaliado em 2\$000; uma farda de pano azul e um colete de cetim avaliados em 30\$000; um chapéu fino avaliado em 3\$000; um estojo inglês com duas navalhas avaliadas em \$960”.¹⁸¹

Baltazar Luiz Rodrigues, outro proprietário de livros de nossa lista, inventariado em 1809, possuía um monte mor relativamente pequeno, se comparado aos demais, com 1:110\$345 (um conto, cento e dez mil, trezentos e quarenta e cinco réis). Foram listados, no arrolamento de seus bens, três escravos: “um escravo mulato de nome Francisco avaliado em 180\$000; um escravo pequeno de nome Antônio avaliado em 100\$000; um moleque de nome Domingos avaliado em 128\$000”.¹⁸² Seus escravos correspondiam a mais de 30% de seus bens. Com relação aos animais, encontramos: “quatro mulas avaliadas em 40\$000; duas mulas mansas avaliadas em 20\$000; um cavalo manso avaliado em 6\$000; uma junta de bois avaliada em 11\$000; uma vaca com cria avaliada em 2\$560; um boi de ano, avaliado em \$500; um boi de três anos avaliado em 1\$600; quatro bois avaliados em 8\$000”.¹⁸³; no total, correspondiam a menos de 1% de seu patrimônio.

Alguns outros inventariados possuidores de livros tiveram indicados montes-mores com valores abaixo de um conto de réis. Nessa situação, encontramos Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa (sua mulher), com inventário datado de 1832, e o total do monte mor de 424\$110 (quatrocentos e vinte quatro mil, cento e dez réis). Houve também o caso de “Pedro de tal”, aquele francês que veio a morrer em Castro e que teve seu inventário lavrado em 1856. Era o mais humilde dentre os inventariados selecionados, com monte mor correspondente a 54\$240 (cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta réis).

Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa não possuíam escravos, e apenas um animal, “um cavalo alazão avaliado em 16\$000”. O patrimônio maior do

¹⁸⁰ PORTELA, Bruna Marina. **CAMINHOS DO CATIVEIRO: A CONFIGURAÇÃO DE UMA COMUNIDADE ESCRAVA (CASTRO, SÃO PAULO, 1800-1830)**. Dissertação de mestrado. Curitiba, 2007. p. 14.

¹⁸¹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ RODRIGUES BETIM. CAIXA: 1811. Castro, 1811.

¹⁸² FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE BALTAZAR LUIZ RODRIGUES. CAIXA: 1809. Castro, 1809.

¹⁸³ Idem.

casal era a casa, no interior da vila, avaliada em 400\$000, ou seja, 95% do total de seu patrimônio. Os outros objetos descritos são peças pequenas de uso da família, como “um bule avaliado em \$800; oito pratos de louça avaliados em \$800; uma panela de ferro avaliada em 1\$280”.¹⁸⁴ O francês, como já apontamos no primeiro capítulo, possuía apenas ferramentas e livros, não tinha escravos, animais ou terras;¹⁸⁵ toda sua fortuna caberia em um único cômodo. Voltaremos a falar dele depois de uma breve análise do perfil socioeconômico de outro imigrante.

O senhor Joaquim Pimentel foi um negociante, proprietário de um armazém de secos e molhados, de escravos, de terras, e também de uma biblioteca. No dia 29 de dezembro de 1865, ele faleceu, deixando viúva, Dona Anna Casimira Pimentel, e cinco filhos: Marcelina, casada com Miguel da Silva Pompeu, Joana, casada com Francisco das Chagas e Silva Pompeu, Rafael, solteiro, com 20 anos, Salvador, solteiro, com 19 anos, e Domingos, solteiro, com 17 anos. Seu inventário foi lavrado em 13 de janeiro de 1866, e coube a Thomaz Nunes Barbosa avaliar todos os bens do finado.¹⁸⁶ Joaquim Pimentel era de naturalidade portuguesa, um imigrante que estabeleceu casa comercial em Castro, e fez sua fortuna nessa região da província do Paraná.

Trata-se do homem mais abastado dentre os indivíduos com que estamos trabalhando, e sua maior riqueza não eram escravos, terras e animais: a principal característica no arrolamento dos seus bens está nas dívidas por créditos, que somavam 129:553\$000 (cento e vinte e nove contos, quinhentos e cinquenta e três mil réis), cerca de 65% do total de seu patrimônio, o qual correspondia a 198:852\$702 (cento e noventa e oito contos, oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois réis). O inventário traz uma extensa lista, intitulada “dívidas por crédito”, com os nomes de diversas pessoas que compravam no estabelecimento comercial do falecido. A partir dessa informação, podemos refletir sobre a existência de um espaço de sociabilidades no armazém, para além da circulação de pessoas e mercadorias. Dentre os 723 nomes listados no inventário, 49 são de mulheres, ou seja, elas eram cerca de 7% das pessoas que compravam por crédito no estabelecimento de Joaquim Pimentel.

¹⁸⁴ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE CIPRIANO ELEUTÉRIO DOS SANTOS E JOAQUINA LANHOZA. CAIXA: 1832. Castro, 1832.

¹⁸⁵ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE PEDRO DE TAL, FRANCÊS. CAIXA: 1856. Castro, 1856.

¹⁸⁶ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866.

Sobre os nomes de mulheres que aparecem na lista, chamou nossa atenção a referência a “Dona Izabel Branco e Silva, que devia três créditos na quantia de 10:695\$242 (dez contos, seiscentos e noventa e cinco mil, duzentos e quarenta e dois réis).”¹⁸⁷ Essa senhora era filha do ex-ouvidor Manoel Lopes Branco e Silva, um possuidor de livros, que já mencionamos neste trabalho.

Em 1810, aos dezesseis anos de idade, Isabel Branco e Silva contraiu núpcias com o coronel Luciano Carneiro Lobo que já contava com cinquenta anos. Devido enfermidades o Coronel Luciano faleceu em 1842. A partir de então, a senhora Isabel Branco prosseguiu na obra de elevar e engrandecer Jaguariaíva. Entre obras realizadas por ela se encontra a construção de uma capela que mais tarde passaria ser a igreja matriz da cidade.¹⁸⁸

Quando lemos o inventário de Manoel Lopes Branco e Silva, datado de 1810, além da referência a Isabel como uma de suas herdeiras, encontramos também a informação que o testamenteiro foi o Coronel Luciano Carneiro Lobo, genro do falecido. Isabel Branco e Silva faleceu em 17 de agosto de 1870.

Outro nome que consta na lista dos devedores de Joaquim Pimentel era o de Dona Emília Erichsen¹⁸⁹, que devia a quantia de 22\$440 (vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta réis).

Em 1855, chegaram a Castro os membros da família Erichsen, composta do dinamarquês Conrado Erichsen, sua esposa, Emília e filhos, vindos de São Paulo; no ano de 1862, faleceu Conrado Erichsen. Para dar sustento aos seus filhos menores, Emília Erichsen, senhora de aprimorada cultura, montou um estabelecimento de ensino para meninas, que se tornou o primeiro Jardim de Infância do Brasil.¹⁹⁰

Para além de famílias bem estabelecidas, ou de pessoas medianamente situadas nos estratos sociais de Castro, o estabelecimento comercial de Joaquim Pimentel também atendia a pessoas menos favorecidas, como foram os casos de “Clemencia, escrava que devia 14\$120” (catorze mil, cento e vinte réis) e de

¹⁸⁷ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866.

¹⁸⁸ SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>. Acesso em: 15-08-2012.

¹⁸⁹ Emília Erichsen faleceu em 28 de setembro de 1907. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=99>. Acesso em: 15-08-2012.

¹⁹⁰ Idem.

“Madalena, crioula que devia 1\$040” (mil e quarenta réis).¹⁹¹ O tal francês, outro imigrante, não teve a mesma sorte de fortuna que o referido negociante de armazém de secos e molhados. Pedro foi achado morto no dia 11 de setembro de 1856, como consta em seu inventário. Não se sabe se deixou esposa e filhos, nem outros herdeiros; à falta deles, seus bens foram leiloados. A pequena lista dos bens foi avaliada por João Moreira Garcêz e Francisco de Paula Saldanha e seu patrimônio alcançou a quantia de 54\$240 (cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta réis). Além de livros, seus bens mais valiosos eram “duas tendas avaliadas em 12\$000”, e o mais modesto era “um pito de louça avaliado \$160”, sem contar “uma carteira com papéis que não foi avaliada”. Alguns desses papéis “sem valor” foram provavelmente escritos à mão pelo próprio Pedro, porque ele também possuía “um maço de penas para lápis avaliado em \$400”.¹⁹²

Dez anos separam os inventários destes dois moradores de Castro (PR), em meados do século XIX: o estrangeiro sem sobrenome e o comerciante bem sucedido. Esses dois proprietários de livros representam os extremos sociais presentes na documentação. De um lado, a vida abastada de Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel, de outro, a vida humilde de “Pedro de Tal, francês”. Comparando os bens deixados no contexto da morte do português Joaquim Pimentel e do francês Pedro, visualizamos o primeiro e bem sucedido comerciante, com uma significativa clientela, e seus herdeiros. Teve uma vida social ativa, pois mais de setecentas pessoas passaram por seu estabelecimento e deixaram seus nomes registrados no caderno de contas.

Pedro não foi tão famoso e, segundo seu inventário, não era sequer bem conhecido, como também não devia possuir registros/documentos contendo seu nome completo. Obviamente, um documento jurídico não traz a vida de uma pessoa “por completo”, nem poderia, mas torna-se o único meio de conhecermos parte da vida de um homem que deixou poucas pistas de sua existência, e infelizmente nunca saberemos ao certo o motivo que trouxe Pedro para Castro. Talvez as respostas estivessem naqueles “papéis” que não foram nem avaliados pelas autoridades.

¹⁹¹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866.

¹⁹² FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE PEDRO DE TAL, FRANCÊS. CAIXA: 1856. Castro, 1856.

Quando utilizamos inventários *post mortem* como fonte de pesquisa, se torna difícil não comparar a vida das pessoas em termos monetários, visto que esta é uma das finalidades do referido documento, ou seja, listar, avaliar, pagar as dívidas e dividir os bens entre os herdeiros. A partir dos bens descritos na documentação, fica evidente a discrepância social entre esses dois homens apontados acima. Contudo, eles se aproximam por serem proprietários de livros e por estarem inseridos num contexto específico do século XIX.

Consideramos que os casos de Joaquim Pimentel e “Pedro de tal” demonstram parte da trajetória da história da palavra impressa: os livros, através da sociedade que os manuseiam, fazem parte das histórias de vida das pessoas e estavam presentes no arrolamento dos bens dos homens citados acima, independentemente do nível de suas posses. Tentar entender qual era o significado do livro para a sociedade de Castro será trabalho para o terceiro capítulo da dissertação.

2.3 – Objetos no interior da casa dos inventariados, possuidores de livros.

Os objetos que compõem a cultural material das pessoas inventariadas no século XIX revelam em parte algumas características daquela sociedade, com seus lampiões e rosários. O fato a considerar é que essas pessoas, com diferentes condições financeiras e, possivelmente, distinta instrução escolar, eram proprietários também de livros, estes que se misturaram aos demais “trastes” que estavam no interior das casas, quando feito inventário dos bens.

Mesmo se tratando de inventário atípico, como vimos apontando, as informações registradas no inventário da Fazenda Pitangui¹⁹³ nos revelam parte dos objetos materiais que compunham o cotidiano dos antigos moradores jesuítas naquela propriedade, como:

Uma toalha de bertanha velha do altar avaliada em #640; uma toalha rendada avaliada em 1#280; uma cortina velha cheia de buracos avaliada em #160; uma cortina de veludo velha avaliada em 1#440; duas caixinhas com seus vidrinhos dos Santos óleos avaliadas em #480; um presépio do Menino Deus avaliado em #400; um cálice de

¹⁹³ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DA FAZENDA PITANGUI. CAIXA: 1806. Castro, 1806.

prata avaliado em 11#450; dois castiçais de latão avaliados em #480.¹⁹⁴

É curioso que o adjetivo “velho” repete-se algumas vezes nas descrições dos objetos “dois véus velhos avaliados em \$240”, mas compreensível: os jesuítas haviam saído da fazenda em 1759, quando os carmelitas passaram a geri-la. Estes, por sua vez, retiraram-se em 1772, e então as atividades religiosas na capela parecem ter cessado¹⁹⁵. O inventário foi lavrado em 1806.

Muitas imagens de santos também foram arrolados neste inventário, e a mais valiosa entre elas foi a “imagem de Santa Bárbara, com três palmos de altura, avaliada em 20\$000”, e a imagem de São Gonçalo, porque estava quebrada, recebeu o menor valor: \$40.¹⁹⁶

Baltazar Luiz Rodrigues¹⁹⁷ foi um homem de vida simples; através da lista de seus bens, constatamos que suas roupas eram: “três ceroulas de algodão avaliadas em \$640, um calção de veludo avaliado em 1\$000, um par de meias avaliadas em \$160, um suspensório avaliado em \$240, um chapéu fino avaliado em 2\$000, um cinto de veludo avaliado em 1\$620”.¹⁹⁸ Um dos objetos que caracteriza aquela sociedade cristã, e que fazia parte dos bens de Baltazar Rodrigues era “um crucifixo de ouro avaliado em 4\$800”.¹⁹⁹

Um ano depois, no inventário de Manoel Lopes Branco e Silva,²⁰⁰ foram arrolados também as louças, algumas em prata:

Um bule de prata avaliado em 38\$475, um açucareiro de prata avaliado em 30\$000 (...) 17 colheres de chá e uma escumadeira – 5\$550. Doze colheres, doze garfos, doze cabos de facas, doze colheres de chá, uma escumadeira, uma colher grande de sopa, dois cabos, um de garfo de trinchar e um de faca de trinchar, tudo avaliado em 87\$250. Doze folhas de facas de mesa avaliado em 2\$880, uma folha de faca de trinchar avaliado em \$320, um copo grande de prata avaliado em 15\$600, duas chocolateiras avaliadas em 2\$240, uma caldeira de fazer café avaliada em 1\$900.²⁰¹

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ LANGE, Francisco Lothar Paulo. **Os Campos Gerais e sua Princesa**. Curitiba: COPEL/F. L.P. Lange, 1998. p. 101.

¹⁹⁶ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DA FAZENDA PITANGUI. CAIXA: 1806. Castro, 1806.

¹⁹⁷ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE BALTAZAR LUIZ RODRIGUES. CAIXA: 1809. Castro, 1809.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE MANOEL LOPES BRANCO E SILVA. CAIXA: 1810. Castro, 1810.

²⁰¹ Idem.

Os objetos que compunham a cozinha da casa de José Rodrigues Betim,²⁰² também eram em alguns casos de prata, e toalhas de mesa: “duas toalhas de mesa de algodão avaliadas em 1\$280, um copo de prata avaliado em 6\$400, um talher de prata avaliado em 3\$500, seis talheres de prata novos avaliados em 20\$950”.²⁰³

Certamente objetos comuns no cotidiano das pessoas do século XIX, o lampião (de metal) e o rosário (de ouro) com crucifixo, foram arrolados nos bens do senhor José Manoel Ferreira,²⁰⁴ e tiveram os valores de 2\$000 e 16\$000 respectivamente. E encontramos mais objetos ligados à vida religiosa no inventário lavrado em 1832 de Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhosa:²⁰⁵ “um relicário de ouro com corrente avaliado em 18\$000, um rosário de ouro com crucifixo avaliado em 21\$000, uma cruz de ouro avaliada em 2\$560, um crucifixo de ouro pequeno avaliado em 3\$200”.²⁰⁶

No inventário de José Maria de Lima,²⁰⁷ foram descritos vários objetos em prata e também peças que caracterizam um costume regional do sul do país, adaptado da cultura indígena, que já os tropeiros utilizavam – a bomba e a cuia de chimarrão:

Doze talheres de prata avaliados em 85\$520, doze colheres de chá e uma de açúcar avaliadas em 14\$880, uma colher de sopa avaliada em 13\$200, um copo de prata avaliado em 16\$800, uma salva de prata avaliada em 20\$640; seis facas com cabo de prata avaliadas em 12\$000, uma faca de prata aparelhada avaliada em 12\$000, uma faca, um bocal e uma ponteira de prata avaliados em 6\$000, uma bomba de mate avaliada em 2\$400, uma cuia de mate aparelhada em 6\$000.²⁰⁸

O reverendo José Loureiro da Silva²⁰⁹ possuía também essas roupas que foram avaliadas em seu inventário: “uma casaca avaliada em 18\$000, duas calças

²⁰² FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ RODRIGUES BETIM. CAIXA: 1811. Castro, 1811.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MANOEL FERREIRA. CAIXA: 1829. Castro, 1829.

²⁰⁵ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE CIPRIANO ELEUTÉRIO DOS SANTOS E JOAQUINA LANHOSA. CAIXA: 1832. Castro, 1832.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MARIA DE LIMA. CAIXA: 1836. Castro, 1836.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ LOUREIRO DA SILVA. CAIXA: 1841. Castro, 1841.

brancas avaliadas em 4\$000, um colete de seda avaliado em 3\$000, um colete de fustão avaliado em 2\$000, uma vestia de chita avaliada em 2\$000”.²¹⁰ Estão na lista dos bens, entre outros objetos, panelas em ferro e utensílios em prata: “uma colher de chá de prata avaliada em 1\$200, um copo de prata avaliado em 16\$600, uma salva de prata avaliada em 8\$000, um cálice de prata avaliado em 31\$200”²¹¹.

Já o francês “Pedro de Tal” possuía no seu modesto inventário:²¹² “um par de botas usadas avaliadas em \$320, um chapéu de sol avaliado em \$320, um chapéu velho avaliado em \$320, dois pares de calças velhas avaliadas em 2\$000, duas sobrecasacas usadas avaliadas em 3\$000, uma coleção de roupas estragadas avaliadas em 2\$000. Um relógio velho com cordão de prata avaliado em 6\$000, um colchão avaliado em 2\$000”.²¹³

No inventário do senhor José Joaquim Marques e Souza,²¹⁴ encontramos a descrição dos bens da mobília da casa: “uma mobília para sala contendo trinta e quatro peças avaliadas em 230\$000, uma mobília para sala pequena com quinze peças avaliadas em 50\$000, uma mesa de jantar avaliada em 8\$000, três mesas pequenas avaliadas em 7\$500, um estrado grande avaliado em 4\$000, um armário de louça avaliado em 25\$000”²¹⁵. E entre os objetos como lampião e lanternas, foi avaliado por 300\$000 um piano;²¹⁶ este último, ao relacionarmos com as mobílias das salas, uma delas bastante valorizada, nos faz pensar em reuniões de pessoas no interior das residências, contemplando o som do piano.

Refletindo sobre as informações dos inventariados que possuíam livros, a partir da relação de seus bens e soma do monte mor, podemos inferir que alguns deles fizeram parte de uma “burguesia letrada” descrita por Magnus Pereira; outros não, como percebemos ao analisar esses dados. E com isso, corroboramos a ideia de que a palavra impressa atinge diferentes camadas sociais da população.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Idem.

²¹² FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE PEDRO DE TAL, FRANCÊS. CAIXA: 1856. Castro, 1856.

²¹³ Idem.

²¹⁴ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ JOAQUIM MARQUES E SOUZA, FRANCÊS. CAIXA: 1864. Castro, 1864.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

Capítulo III – Heranças de histórias?

Como já apontamos, a sociedade de Castro, no período estudado, tinha sua economia baseada na posse de terras e na criação de animais, com significativa quantidade de escravos: para o ano de 1850, de uma população local estimada em 5.899 habitantes, 986 eram pretos, e 796 eram escravos.²¹⁷ No entanto, segundo Magnus Pereira, a maioria dos habitantes eram brancos e mestiços pobres, e embora toda a região seja definida com o rótulo de “sociedade escravocrata” ou “escravista”, era uma cidade onde a porcentagem de escravos era menor do que outros municípios da região, especialmente Ponta Grossa, onde 92% da população não branca (incluindo pardos, mestiços) era escrava.²¹⁸

Brasil Pinheiro Machado, em seu já mencionado estudo sobre a “estrutura agrária” dos Campos Gerais paranaenses, aponta para a força das atividades agropastoris na região, movimentando, em consequência, a atividade comercial, como fica entrevisto nos inventários dos móveis e objetos pertencentes às casas dos fazendeiros castrenses.²¹⁹ Com isso, os comerciantes também exerciam influência e detinham forte presença econômica no quadro social castrense. Entretanto, para uma melhor compreensão daquela sociedade, buscamos nos aproximar da dinâmica social daquelas pessoas e de parte do seu cotidiano. Assim, neste capítulo, procuramos aproximar os indivíduos cujos inventários, com livros arrolados nos bens, foram trabalhados em nossa pesquisa, destacando os livros deixados como herança, para podermos, com isso, inferir sobre o papel do impresso naquele contexto social.

O foco sobre a posse de livros no interior de uma sociedade inevitavelmente nos conduz às práticas culturais das pessoas. Nesse sentido, sabemos que, a partir da década de 1870, um grupo de homens criou uma biblioteca em Castro, na forma de sociedade, e que trabalharam para mantê-la, fomentando o acesso e a leitura dos livros pelos frequentadores do local. Esse grupo de homens também demonstrou

²¹⁷ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Dos escravos e outros não-morigerados. In: **Semeando iras rumo ao progresso: (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829 – 1889)**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996. p. 59.

²¹⁸ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Op. Cit. 60.

²¹⁹ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais**. Boletim da Universidade do Paraná, nº 3, jun. 1963.

interesse em ampliar o acervo daquela biblioteca através de compra e/ou de doações de livros que recebiam.

Ainda neste capítulo também apresentamos algumas informações sobre a instrução em Castro, naquele período, na medida em que esta atividade envolvia pessoas que trabalharam para o desenvolvimento de uma cultura escrita na região, lecionando, fundando e lutando pela manutenção das primeiras escolas ou defendendo, por outros meios, o processo educacional. Neste âmbito, abordamos também o surgimento dos primeiros jornais em Castro, outro veículo da palavra impressa, que representou, em parte, a cultura daquela sociedade. Embora diferenciado dos livros quanto ao seu suporte, o jornal era também uma alternativa para os leitores se aproximarem do escrito. A partir da década de 1880, os castrenses tiveram também acesso a estas publicações, que para além das notícias cotidianas, faziam circular ideias.

Dentre os onze inventários, que continham livros em seus levantamentos de bens, estudados nos capítulos anteriores, cinco trazem testamentos anexados. Deixamos para discuti-los neste capítulo²²⁰, que trata de heranças, ainda que estas heranças não sejam apenas os objetos e posses materiais, mas também parte da cultura, da história daquelas pessoas. Finalizamos o capítulo refletindo sobre como as informações que buscamos ao longo da pesquisa podem colaborar na construção da história cultural da região.

3.1 – Livros, símbolo de diferenciação

A partir de nossa leitura dos inventários redigidos em Castro, constatamos que apareceram livros em cada década entre 1800 e 1870, embora poucos em alguns períodos, como no caso da biblioteca da fazenda Pitangui, inventariada em 1806, e coleções numericamente importantes em outros, como a de Manoel Lopez Branco e Silva, inventariada em 1810 com 38 volumes. Na categoria “livros”, estamos considerando o conjunto que abrange manuais, dicionários, missais e breviários, além de literatura acadêmica e ficcional. Estas obras são as representantes da palavra impressa em Castro na referida documentação.

²²⁰ O testamento de José Manuel Ferreira, inventariado em 1829, foi apresentado ao leitor na Seção 2.2 – O perfil dos proprietários de livros através de seus pertences.

Mas por que os livros aparecem nesses inventários?

Genericamente, a razão é porque faziam parte do acervo de bens daqueles homens, que os adquiriram ainda em vida, por meios e motivos que desconhecemos. Em alguns casos, os livros podem ter ido parar naqueles acervos por acaso ou por conveniência; mas, é provável, que na maioria dos casos, fosse porque os seus possuidores tiveram interesse em possuí-los. Interesse nos assuntos de que cada obra tratava, interesse em ter alguma literatura em mãos naquela sociedade campeira. De qualquer forma, tiveram sua importância naquele contexto, podendo servir para instrução, como no caso dos livros acadêmicos (descritos na seção 1.2) do bacharel em direito Manoel Lopes Branco e Silva,²²¹ ou ainda, os dicionários em francês que “Pedro de Tal”²²² possuía, e que para ele representariam, também, uma forma de manter o contato com sua língua materna, com sua cultura. O livro de Lei de Terras poderia ser de grande valia para o senhor Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel,²²³ um comerciante abastado que também possuía terras; não sabemos, porém, se os livros (ou quais) estavam em seu acervo pessoal; o assunto deste título, em especial, poderia interessar a outros daquela sociedade rural.

A maneira pela qual os livros chegaram às mãos de seus donos infelizmente nos escapa, mas as informações contidas no arrolamento dos bens, que representam parte da vida daquelas pessoas, incluem, na mesma lista, livros, escravos e animais, e tudo era avaliado nos inventários. Mas, para além dos valores em réis, o que nos interessa é que tudo estava descrito no inventário como herança, e entendemos que os livros vão além do valor da moeda que circulava; eles possuem um valor simbólico. Ao incluir livros no arrolamento dos bens, os inventariantes reconhecem seu valor, ainda que a avaliação monetária fosse irrisória, quando comparada com certos objetos, como os talheres e utensílios de prata, lampiões, e até mesmo a cuia de chimarrão do negociante José Maria de Lima.

Quando investigamos o destino dos livros arrolados nos inventários, encontramos algumas menções importantes, embora pouco detalhadas. Veremos

²²¹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE MANOEL LOPES BRANCO E SILVA. CAIXA: 1810. Castro, 1810.

²²² FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE “PEDRO DE TAL”, FRANCÊS. CAIXA: 1856. Castro, 1856.

²²³ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866.

que em alguns casos os livros permaneceram como herança na família, noutros não. O primeiro registro, na ordem cronológica da documentação, quanto ao destino dos bens e, especialmente dos livros, aparece no inventário de Baltazar Luiz Rodrigues, lavrado em 1809. Como era solteiro e não havia a indicação de filhos, seus livros, junto com os demais bens, foram a pregão público, em 10 de fevereiro de 1810.

No dia de hoje trazido em pregão público pelas ruas públicas desta villa todos os bens lançados neste inventário que foram do falecido Baltazar Luis Rodrigues morador que foi desta villa que são escravos bestas cavalos bois de carro gado vacum e mais trastes e tudo se continha do bilhete de praça.²²⁴

O mesmo ocorreu, posteriormente, com os bens inventariados do francês Pedro de Tal,²²⁵ como não havia herdeiros localizados, os bens foram a pregão público. A sua coleção de livros em francês foi leiloada e arrematada por 500\$000 (quinhentos mil réis) por Feliciano Nepomuceno Prates, “delegado e diretor geral das terras públicas” da Província do Paraná.²²⁶ A informação de quem arrematou os livros e os outros bens de Baltazar Rodrigues nos escapa. Mas os livros são denominados como “trastes”, ou seja, possuem a mesma importância que os demais objetos do interior da casa, arrolados no inventário.

Os casos acima são uma exceção, como confirmamos nas informações de outros três inventários que registram os destinos dos livros como herança familiar. É o caso de José Manoel Ferreira, cujo inventário foi lavrado em 1829. Seus herdeiros nomeados foram:

Francisca casada com Antonio José; Alda casada com José Antonio de Quadros; Pacífica casada com Generoso Pinto Leal; Beatriz casada com Francisco de Assis Barbosa; Anna casada com Francisco José de Oliveira; Maria solteira; Ignácio solteiro; José solteiro e Francis solteiro.²²⁷

²²⁴ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE BALTAZAR LUIZ RODRIGUES. CAIXA: 1809. CASTRO, 1809.

²²⁵ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE “PEDRO DE TAL”, FRANCÊS. CAIXA: 1856. Castro, 1856.

²²⁶ Encontramos referência ao senhor Feliciano Prates em uma nota no jornal “Dezenove de Dezembro” de 1856: “O snr. Feliciano Nepomuceno Prates, delegado e director geral das terras públicas nesta província, pediu e obteve do governo imperial a demissão desse cargo”. Ano III. Nº 1. Quarta-feira, 2 de abril de 1856. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=nOGF6QSu4NAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 07-08-2012. p. 2.

²²⁷ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MANOEL FERREIRA. CAIXA: 1829. Castro, 1829.

Na partilha, coube ao herdeiro Ignácio Manoel “onze livros latinos pequenos avaliados em 7\$040 (sete mil e quarenta réis)”.²²⁸ O valor total da herança foi de 400\$000 (quatrocentos mil réis), e além dos livros, Ignácio Manoel herdou: “uma parte do campo Bitumirim avaliada em 325\$000”, e vários objetos como “um par de lençóis que valiam 2\$000, uma bacia que valia \$160, uma toalha de linho avaliada em 1\$000, um cavalo avaliado em 5\$000”.²²⁹ Podemos comparar o valor atribuído aos livros com outro objeto de valor próximo, que foi “uma casaca de pano azul avaliada em 6\$400”.

Também há registro de livros como herança no inventário do casal Cipriano Eleoterio dos Santos e Joaquina Lanhosa, lavrado em 1832, que traz a relação dos “filhos do falecido: Felisbino Eleoterio dos Santos, Joaquim Eleoterio, Dina Prudência, Barbara, Maria. Filhos da falecida: Manoel, Ignácio, Antonio”.²³⁰ Na partilha, os dois volumes do livro intitulado “A filha dos Desgostos”, avaliados em 1\$000 (mil réis), ficaram com o herdeiro Joaquim Eleotério dos Santos.²³¹ O valor da herança foi de 51\$733 (cinquenta e um mil, setecentos e trinta e três réis), e além dos dois volumes, coube ao herdeiro por exemplo: “um vestido de seda avaliado em 5\$000, dois lençóis de pano avaliados em 2\$560, um bule branco avaliado em \$640, o valor de 14\$100 seria recebido em dinheiro”.²³²

Encontramos, ainda, indicação na documentação do reverendo José Loureiro da Silva, que teve seu inventário lavrado em 1841. Na partilha dos bens, os trinta e um livros, avaliados em 12\$800 (doze mil e oitocentos réis), ficaram com Paulino José de Araújo, o genro do reverendo, casado com a herdeira Oristella Maria de Almeida.²³³ O total da herança foi de 2:377\$489 (dois contos, trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove). Além dos livros, Paulino Araújo herdou “uma escrava de nome Leocádia avaliada em 300\$000, um freio de prata que valia 21\$000, e um selim, que valia a mesma quantia dos livros, 12\$800”²³⁴.

²²⁸ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ MANOEL FERREIRA. CAIXA: 1829. Castro, 1829. Com monte mor de 12:683\$860.

²²⁹ Idem.

²³⁰ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE CIPRIANO ELEUTÉRIO DOS SANTOS E JOAQUINA LANHOZA. CAIXA: 1832. Castro, 1832. Com monte mor de 424\$110.

²³¹ Idem.

²³² Idem.

²³³ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ LOUREIRO DA SILVA. CAIXA: 1841. Castro, 1841. Com monte mor de 16:642\$425.

²³⁴ Idem.

Parte dos livros arrolados nos inventários, portanto, também é mencionada no momento da partilha dos bens. O registro de livros recebidos como herança é mais um indicador da circulação do objeto desta pesquisa no interior daquela sociedade e, mais especificamente, no núcleo familiar.

Certamente, os critérios de valor não seriam exatamente os mesmos para todos os avaliadores, até mesmo pelo fato de que o livro ainda não era muito popular numa sociedade do interior no século XIX. Não sabemos, por exemplo, se determinado objeto foi descrito apenas como “um livro velho” porque ele realmente parecia ser muito velho, talvez sem sua capa, ou se a postura do avaliador o tenha, de alguma forma, desmerecido aquele objeto devido ao pouco conhecimento que ele dispunha sobre o livro.

O Museu do Tropeiro serve de guarda, conservação e exposição das peças ligadas ao tropeirismo e ao desenvolvimento da região, muitas delas legadas por herança. Independentemente destas peças terem sido legadas através de inventários *post mortem* ou não, o fato a considerar é que os descendentes cuidaram destes objetos, pertences dos antigos moradores, e os doaram para o acervo, compreendendo que deveriam ficar sob a guarda do Museu. Atualmente, o acervo do Museu do Tropeiro possui “543 livros sobre Tropeirismo, 400 sobre História do Brasil e Paraná e 597 sobre assuntos variados”²³⁵. Representando o século XIX, se encontram no acervo os seguintes livros doados por um Clube local (União):

²³⁵ Informações das funcionárias do Museu do Tropeiro: Fabiana Hey Pinto e Milena Mayer. 2013.

Livro	Autor	Ano
Bíblia Sacra	--	MDCCCXLVI - 1846
Selecta Latini Sermonis	--	1866
Opera	Puirgilli Maronis	1893
Passeio a minha terra	Salvador José Correia Coelho	1860
O dever: coragem paciência e resignação	Samuel Smiles	1880
Sainte Bible/ Vieauxet/ Nouveau Testament	--	1886

TABELA 3: Museu do Tropeiro.

E outros livros:

Livro	Autor	Ano/ Local
O mundo no fim do século XX (Ideal Socialista)	Claude Sylvane	1895 – São Paulo
Novo Tratado de Arithmetica Commercial ou Desenvolvimento Simplificado	Paulo Perestrello da Câmara	1846 – Rio de Janeiro
Nouveau Dictionnaire Portugais-Français	Jose Ignácio Roquete	1856 – Paris
Die Bibel	--	1898 – German
Elements de Botanique	PH. Van Tieghem	1886 – Paris
Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias	Pedro Luiz Napoleão Chernoviz	1870 – Paris – V. 1

TABELA 4: Fonte: Museu do Tropeiro.

Esses livros raros são os exemplares da palavra impressa que sobreviveram ao tempo, demonstrando a força do impresso. Convém destacar a importância de locais de guarda e preservação em condições adequadas a esses documentos.

3.2 – As bibliotecas e o início da produção literária na região

Em 1870, o então presidente da Província, Antônio Luiz Affonso de Carvalho, informava a situação geral da administração aos membros da Assembléia Provincial paranaense. Dentre os vários assuntos abordados em seu Relatório, ele fazia explícita menção à biblioteca pública instalada em Curitiba, mencionando que, continuamente, foram destinadas verbas para a aquisição de livros, e que a biblioteca chegou a contar com muitos exemplares em seu acervo. Contudo, Antonio

Luiz de Carvalho, também informava que o expressivo número de obras sob guarda da biblioteca havia sofrido uma significativa redução, e que uma das causas para isso eram os empréstimos, que contribuíam para a má conservação dos livros. Assim, segundo ele,

Este estabelecimento instalado a 25 de fevereiro de 1859 teve começo com grande aceitação da idéia, promovendo-se uma subscrição que subiu á 4:311\$640 réis: depois continuado pelas verbas votadas para aquisição de livros em alguns orçamentos provinciais, chegou a ter um número elevado de volumes: hoje está reduzido á 1072 e algumas obras acham-se inutilizadas por lhes faltarem tomos e outras mui estragadas. Os empréstimos concorreram muito para deplorável estado.²³⁶

Não obstante o tom negativo expressado por Antonio Luiz de Carvalho, é importante destacar que a criação daquela biblioteca, na capital da Província, havia sido recebida com “grande aceitação”, o que mostra a disposição da população curitibana (ou de uma parte dela) para a leitura. Ainda segundo o presidente da Província, a biblioteca revestia-se de um caráter especial, pois nela os interessados tinham livre acesso às obras ali depositadas: “a leitura é gratuita, quem precisa do livro, vai consultá-lo no estabelecimento”. Ao contrário do que acontecia nos “gabinetes de leitura”, como fez questão de frisar, destacando o funcionamento deles: os gabinetes de leitura “alugam livros, ou os dão a seus sócios mediante mensalidades adiantadas; podem emprestá-los porque tem um empregado incumbido de procurá-los nos prazos estipulados e se há estrago ou falta, o leitor paga o livro ou a encadernação”.²³⁷

O “deplorável estado” da biblioteca pública de Curitiba parece indicar que, não obstante os poucos cuidados com a conservação das obras, que sofriam deterioração e extravios, os exemplares do acervo eram constante e continuamente emprestados por leitores, demonstrando o interesse que a população curitibana tinha pela leitura.²³⁸

Rocha Pombo descreve esse momento, a partir da década de 1870, como o começo de um período de desenvolvimento da cultura paranaense:

²³⁶ CARVALHO, Antônio Luiz Affonso de. Bibliotheca Publica. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/632/000017.html>. Acesso em: 16-10-2012.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Infelizmente, não dispomos de informações que nos permitam mensurar essa população de leitores e, certamente, consideramos os limites da prática da leitura para o período.

Um fenômeno bem característico que, de 1875 em diante, revelou entre os paranaenses uma grande tendência para alargamento dos horizontes intelectuais da população, foi sem dúvida o afã extraordinário com que em todas as localidades da antiga província se foram organizando clubes e sociedades literárias, cada qual com a sua biblioteca.²³⁹

José Augusto Leandro, por sua vez, vai destacar um espaço de “lazer cultural” instalado na cidade de Castro, em 1874: uma Biblioteca que, “em 1878 já contava em seu acervo [1.201] volumes para um total de 247 leitores cadastrados”.²⁴⁰ Luiza Dorfmond também registra este significativo número de obras, na mesma data, e acrescenta que, para aquela época, “o livro ainda era objeto de luxo”²⁴¹. Esta avaliação da autora parece indicar que, em sua opinião, os livros não eram muito comuns.

Castro teve, portanto, sua primeira biblioteca formalmente instalada em 1874 – quinze anos depois da instalação da Biblioteca Pública de Curitiba – como uma sociedade particular onde inicialmente 21 sócios contribuíram e partilhavam as 36 ações da instituição.²⁴² De acordo com Relatório da Diretoria da Biblioteca de Castro, aquela instituição contava com um presidente, Antônio José de Madureira, um vice-presidente, Olegário Rodrigues Macedo, um secretário, Domingos Teixeira Cardoso Pimentel, um tesoureiro e procurador, Cypriano Marques e Sousa, e um bibliotecário, Manoel da Cunha Lopes Vasconcellos, além dos demais sócios. Naquele ano de 1878, a Biblioteca de Castro contava com um total de “552 obras com 1201 volumes”, sendo que “252 obras com 592 volumes foraõ adquiridos por compra, tendo-se empregado para esse fim, até hoje, a quantia de 1:315\$108. As restantes 302 obras com 609 volumes foraõ oferecidas pelos seguintes senhores:²⁴³

²³⁹ POMBO, José F. R. Instrução Popular. Belas Artes: a música, a pintura. Sociedades Literárias. In: **O Paraná do Centenário**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980. p. 124.

²⁴⁰ LEANDRO, José Augusto. **Palco e tela na modernização de Castro**. Dissertação de Mestrado – UFPR. Curitiba: UFPR, 1995. p. 15, 16.

²⁴¹ DORFMUND, Luiza Pereira. **Exaltação à Professora Emília Erichsen, Fundadora do 1º Jardim de Infância no Brasil**. São Paulo: FTD, 1966. p. 13.

²⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro**, 31 de junho de 1878., AP 544, 1878, v.II. p. 6. O Relatório redigido pelo presidente da Biblioteca, Antônio José Madureira, possui oito páginas, informando, de maneira geral, sobre a compra de livros, doadores e a quantidade de livros que a biblioteca comportava. O manuscrito está sob a guarda do Arquivo Público do Paraná e disponível ao pesquisador para consulta direta, no local, ou por email, solicitando uma reprodução digital.

²⁴³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro**, 31 de junho de 1878., AP 544, 1878, v.II. p. 6.

	Nº de obras	Nº de volumes
B. L. Garnier ²⁴⁴	37	156
Olegário Rodrigues de Macedo	65	85
President ^o e secretaria da Comarca dos Deputados	22	60
Antônio José de Madureira	45	52
Diretoria Geral da Estatística do Império	3	41
D ^{or} Laurindo Abelardo de Brito	13	37
Rafael Teixeira Cardoso Pimentel	19	27
D ^{or} Joaquim Xavier Garcia de Almeida	19	26
Jorge Marcondes de Albuquerque	16	23
Joaquim Anacleto da Fonseca	10	22
Júlio Victor de Asambuja Cidade	7	20
Sebastião José de Madureira	13	18
Emiliano Agostinho de Oliveira	9	10
Constante José Borges	6	6
D. Anna Placidina de Asevedo	1	6
Domingos Teixeira Cardoso Pimentel	2	5
D ^{or} Araldo Manoel Erichsen	4	4
Tent. Cel. Amantino José Borges	3	3
D ^{or} Francisco Xavier da Silva	1	1
Cláudio José de Madureira	1	1
D. Balbina Teixeira de Asevedo Marques ²⁴⁵	1	1
José Felipe Novaes do Canto	1	1
Luis Gonzaga Pinto da Gama	1	1
Cypriano Marques de Sousa	1	1
D ^{or} Manoel da Cunha Lopes Vasconcellos	1	1
D ^{or} José de Sousa Ribas	1	1

TABELA 5: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro, 31 de junho de 1878., AP 544, 1878, v.II. p. 6 e 7.

Encontramos entre os doadores um sobrenome já conhecido por nós, do herdeiro do negociante português inventariado em 1866, Joaquim Pimentel, Rafael Teixeira Cardoso Pimentel (e de Domingos Teixeira Cardoso Pimentel, secretário da biblioteca, que não conseguimos comprovar se era parente de ambos). A equipe de responsáveis pela biblioteca também doou livros ao acervo. Em seu Relatório datado de 31 de maio de 1878, que traz um breve resumo acerca da fundação e evolução da instituição, o presidente Antonio José de Madureira fala da diminuição do número de sócios, de 21 para 15, e reclama da falta de recursos:

²⁴⁴ No topo da lista, com maior número de volumes doados, temos a editora e livraria B. L. Garnier, fundada no Rio de Janeiro em 1844 por Batpiste Louis Garnier, funcionaria até 1934.

²⁴⁵ A senhora Balbina Teixeira de Azevedo Marques foi inventariante do marido, no ano de 1864, o senhor José Joaquim Marques e Souza, também estudado por nós por ser proprietário de livros.

Apesar de fundada há 4 anos, se não tem prodigiosamente progredido, ao menos não se tem conservado estacionária; e de certo maior seria o seu crescimento se não tivesse de lutar com a falta de meios pecuniários, proveniente do pequeno numero de sócios contribuintes que tem.²⁴⁶

A última parte do relatório é datada de janeiro de 1879, e destinada ao então presidente da Província do Paraná Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, onde foram acrescentadas informações acerca de uma reforma nos estatutos, da conquista de novos assinantes e de uma sensível ampliação do acervo, que passava a contar com 794 obras e 1.750 volumes. Este relatório ainda menciona obras oferecidas, porém não recebidas até aquela data, especialmente as “Memorias do Instituto Historico e Geographico do Rio de Jan^o”, e apresenta o movimento da biblioteca durante o ano de 1878, quando teve 247 leitores e 1033 volumes consultados.²⁴⁷

Movimento da Bibliotheca durante o anno findo foi o seguinte:

N.º de leitores	247	Litteratura	442 obr.	917 vols.
„ obras consultadas	507	Hist. geogr. e viag.	42 obr.	66 vols.
„ volumes „	1.033.	Periodicos.	3 obr.	26 vols.
_____		Sciencias	5 obr.	7 vols.
Em portuguez	498 obr.	Jurisprudencia	6 obr.	8 vols.
Em francez	9 obr.	Miscellanea	5 obr.	5 vols.
_____		Diccionarios	4 obr.	6 vols.

FIGURA 4 – Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro**, 31 de junho de 1878., AP 544, 1878, v.II. p. 5.

Do lado direito do texto (imagem acima) estão especificados os gêneros das publicações. Como podemos constatar, as obras mais consultadas eram de Literatura, com 442 obras em 917 volumes. Mas o acervo da Biblioteca de Castro também contava com publicações nas áreas de: história, geografia, viagens (42

²⁴⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro**, 31 de junho de 1878., AP 544, 1878, v.II. p. 6.

²⁴⁷ Idem. p. 6.

obras em 66 volumes; periódicos (3 obras em 26 volumes); ciências (5 obras em 7 volumes); jurisprudência (6 obras em 6 volumes); miscelânea (5 obras em 5 volumes); dicionários (4 obras em 6 volumes).

De acordo com Roger Chartier, “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado”²⁴⁸ e, nesse sentido, as informações prestadas pelo Diretor da Biblioteca de Castro revelam a existência de uma “comunidade de leitores” na cidade. Ora, esses leitores existiram e foram registrados, mas, infelizmente, não sabemos como essas leituras foram apropriadas por eles.

Considerando a criação e a manutenção desta biblioteca no interior da província do Paraná, no século XIX, com o registro de leitores, e as informações sobre a presença de livros em nossos inventários, no seio da mesma sociedade de Castro, reunimos vestígios da aproximação daquelas pessoas com a palavra impressa. Todos os dados que examinamos até aqui certamente tiveram grande valia na formação dos leitores na região, tanto que a partir da década de 1880 constatamos o surgimento de outro importante fator para a cultura local: os primeiros jornais, o “Echo dos Campos”, que funcionaria de maneira breve em 1883, e posteriormente, nos anos de 1895 e 1896, seria a vez de circular “A Campanha”. Segundo Ronie Cardoso Filho,

Echo dos Campos, lançado em 1883, dirigido por Rocha Pombo, que se notabilizaria como professor e historiador na capital da República. Este órgão, entretanto, foi efêmero, e não era impresso em Castro. A Campanha, diferentemente, surgiu no adensamento de duas ordens de causas ou condicionantes ao desenvolvimento da cidade, que favoreceram não só o aparecimento deste jornal, mas também, nos anos seguintes, de uma série de outros órgãos de imprensa, jornais e revistas, editados ao longo do século XX.²⁴⁹

Cardoso Filho revela que “na quarta e última página [d’A Campanha] vinham impressos os anúncios dos comerciantes, cuja presença era necessária à sustentação da edição do jornal”. Assim, “entre as mercadorias oferecidas regularmente estavam fazendas, armarinhos, vinhos, cervejas, conhaques, doces em calda, querosene, fósforos, papel de embrulho, couros, móveis, livros, artigos

²⁴⁸ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 11.

²⁴⁹ CARDOSO FILHO, Ronie. **O Semanário A Campanha (1895-1896): aspectos ideológicos, midiáticos e históricos de um órgão de imprensa no interior do Paraná**. Disponível em: <http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/O%20Semanario%20A%20Campanha%20-1895-1896.pdf>. Acesso em: 20-10-2012. p. 1.

para escritório”.²⁵⁰ Livros aparecem anunciados como mercadoria, o que pode corroborar a venda de livros pelo negociante Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel, que teve seus bens inventariados em 1866²⁵¹.

Perseguindo os rastros dos livros, e considerando as informações contidas nos inventários que mostram os livros como bens pessoais, a biblioteca local fundada em 1874 e também as reflexões do presidente da província Antônio Luiz de Carvalho, em 1870, com relação à conservação dos livros em Curitiba, eventos que ocorreram ao longo do século XIX, nos fazem pensar, além da prática da leitura, na intelectualidade paranaense do período: havia uma produção regional literária no período? Que pessoas iriam consumir a literatura produzida na Província? Como era o acesso das pessoas ao material impresso?

Segundo Rocha Pombo, na passagem do século XIX para o século XX, era “vasto” o “movimento literário dos nossos dias”:

Ali [em Curitiba] se publica livros de merecimento real, obras dignas das estantes dos mais finos, pois que não ficariam mal colocadas a par do que de mais excelente temos nós e Portugal. Só entre fins de 1898 e princípios de 1899 foram publicados em Curitiba nada menos de uns dez livros. Mas livros, sem contar panfletos de propaganda ou de polêmica, almanaques com larga seção literária etc. E isto – atenda-se – numa terra onde não há grande público leitor para obras literárias e onde não é fácil encontrar-se editores.²⁵²

No que concerne à relação entre homens e livros, Rocha Pombo destaca a região como uma “terra onde não há grande público leitor”, e denuncia certa carência com relação à leitura de obras literárias, além de mencionar a dificuldade de se encontrar editores, ou seja, de publicar as obras. Não obstante, bons livros foram publicados, e em número significativo, cerca de dez em poucos meses; com essa asserção ele destaca a presença de pessoas cultas, intelectuais em princípio, que ajudaram a promover a literatura e a leitura no Paraná.

²⁵⁰ Idem. p. 5.

²⁵¹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL. CAIXA: 1866. Castro, 1866.

²⁵² POMBO, José F. R. Ecloração intelectual. O vasto movimento literário dos nossos dias. In: **O Paraná do Centenário**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980. p. 127.

3.3 – Escolas: símbolos de emancipação

Nos trabalhos de José Pedro Novaes Rosas e Rocha Pombo²⁵³, percebemos certa apologia às letras no Paraná. Mas também houve dificuldades, e podemos dizer que, com relação à alfabetização, necessária à formação de leitores e escritores, começamos aos tropeços, com escolas que funcionavam de maneira efêmera e fechavam suas portas por falta de estrutura financeira. De qualquer forma, a educação formal existiu nessa Castro aparentemente rústica e campeira do século XIX, como verificamos através de alguns registros.

Segundo José Pedro Novaes Rosas, após a Câmara da Vila de Castro reconhecer a necessidade de uma escola na região e também de um professor que ministrasse o ensino primário, e tendo obtido informações “sobre a conduta, capacidade e morigeração do candidato”, ocorreu a nomeação do professor Antônio Luiz Ferreira, “e a 9 de junho de 1789, a Vila de Castro possuiu a sua primeira escola pública, sem subvenção e nem auxílio do professor”.²⁵⁴ Infelizmente, com essas condições de trabalho, ou a falta delas, o professor lecionou por algum tempo, mas “reconhecendo a inutilidade dos seus esforços e a falta de auxílio, que permitisse a sua manutenção, desistiu da ideia, encaminhando-se para outros afazeres que facilitassem a sua subsistência.”²⁵⁵

Esse quadro não mudou no correr dos anos seguintes, pois encontramos em 1854, já no contexto do Império, carta de um professor de primeiras letras em Castro, Ignácio Moreira Vilella, que escreveu para o Presidente da Província, Zacarias de Goes e Vasconcellos, um texto muito educado onde pede algum emprego cujo ordenado “dê para subsistência de um homem com família”, e continua:

(...) com ordenado de 360#000, o qual não chega para minha subsistência, e como o nosso Governo sempre tem tido contemplação com os empregados que tem prestado serviços à nação o motivo que me anima a importunar a V. Ex^a, caso seja

²⁵³ ROSAS, José Pedro Novaes. **A Fundação da Cidade de Castro**: apontamentos históricos. Castro: S/ed., S/d. POMBO, José F. R. **O Paraná do Centenário**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

²⁵⁴ ROSAS, José Pedro Novaes. Instruções Públicas. In: **A Fundação da Cidade de Castro**: apontamentos históricos. Castro: S/ed., S/d. p. 107.

²⁵⁵ Idem. p. 107.

admissível, e V. Ex^a como sábio Governador, desculpará e perdoará, ter distraído a V. Ex^a em coisa de pouca importância.²⁵⁶

A atitude do professor demonstra, de certa maneira, o quadro precário dos professores de primeiras letras em Castro, não obstante nos deparamos com os argumentos de um profissional que questionava seu lugar dentro da sociedade, pois lecionou por nove anos na Vila e almejava melhores condições. Infelizmente, não temos a resposta do Presidente da Província, mas o teor da carta de Ignácio Vilella demonstra sua participação e cobrança por uma atitude da maior autoridade da Província.

Como apontamos anteriormente, houve certa apologia na defesa de uma cultura leitora e literária paranaense, e mesmo as dificuldades apresentadas nos auxiliam na compreensão da história cultural do Paraná. A falta de recursos e a baixa remuneração dos professores não resignou os entusiastas da época, e felizmente, vemos uma significativa mudança quando adentramos a segunda metade do século XIX; uma das responsáveis por esta transformação foi Emília de Faria Erichsen²⁵⁷.

Luiza Pereira Dorfmund, em sua **Exaltação à Professora Emília Erichsen, Fundadora do 1º Jardim de Infância no Brasil**, conta que sua bisavó Emília Erichsen chegou em Castro em 1856, e logo fundou uma escola onde aboliu o uso da palmatória; sua fluência em alemão fez com que ela se aproximasse de Frederik Froebel e seu método de ensino.²⁵⁸

Segundo Dorfmund, Emília Erichsen transformou sua casa “num pequeno internato”.

A escola era particular, e podemos afirmar que apesar de sua situação precária era quase gratuita, pois as contribuições dos mais abastados eram em material para a própria escola, em benefício daqueles que não podiam pagar, ou era uma pequena pensão

²⁵⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Coleção de correspondência AP0005, pg: 373. Ano: 1854. VILELLA, Ignácio Moreira. Professor de 1^{as} letras, Vila de Castro, 18.06., ao Presidente da Província do Paraná, comunica não estar satisfeito com seu ordenado.

²⁵⁷ O sobrenome aparece bibliograficamente com duas grafias, Erichsen e Ericksen. Adotamos a primeira, como foi escrito por Luiza Pereira Dorfmund em seu trabalho sobre sua bisavó.

²⁵⁸ Conforme o método de Froebel, o professor deveria “dirigir o aluno, deixando o progresso conforme a capacidade de cada um. Froebel dedicava especial cuidado à educação pré-escolar. Sua concepção baseava-se em que os primeiros anos da infância [eram] decisivos na personalidade”. DORFMUND, Luiza Pereira. **Exaltação à Professora Emília Erichsen, Fundadora do 1º Jardim de Infância no Brasil**. São Paulo: FTD, 1966. p. 6 e 7.

alimentar, paga pelos internos, não raro em livros, – livros, o presente que Dona Emília mais valorizava.²⁵⁹

Segundo este documento, que faz uma apologia ao trabalho da bisavó da autora, a escola era bastante acessível, e estudavam juntos, “o filho do fazendeiro, do político, do padeiro, do imigrante, e também o filho da preta sua cozinheira”.²⁶⁰ A aceitar o relato de Dorfmund, seria possível perceber, através das atitudes de Emília Erichsen, mudanças significativas em Castro, pois além do método educacional diferenciado, paradigmas estavam sendo quebrados ao reunir crianças de diferenciadas classes e origens. O ensino e a cultura estavam mudando o cenário das relações sociais e políticas na região.

Emília Erichsen inicia, de fato, seu trabalho com o ensino de crianças, na década de 1860, após haver falecido seu marido Conrado Erichsen.²⁶¹ Nesse período, a instrução infantil se tornava mais popular, com um significativo aumento de escolas privadas registradas, ao mesmo tempo em que havia maior procura pelas escolas oficiais ou públicas, como aponta Rocha Pombo:

Uma prova ainda de como o ensino, entre os paranaenses, andava como questão de primeira ordem nos sentimentos gerais dos povos, é o grande número de escolas privadas mantidas pelos pais mais favorecidos de fortuna. Em 1865, contra 46 escolas públicas havia 89 particulares! E a freqüência infinitamente superior das escolas oficiais – gratuitas – nos indica irrecusavelmente que o desejo de instruir a infância não era mais imperioso e geral entre os abastados. Enquanto as 89 escolas particulares eram freqüentadas por 898 alunos contribuintes de ambos os sexos, as 46 escolas públicas tinham uma freqüência de 1.532!²⁶²

Acompanhando esse entusiasmo, os moradores de Castro também se articularam para o desenvolvimento da instrução popular. Poucos anos depois, na década de 1880, o professor Joaquim Serapião do Nascimento, com o apoio de Antônio José de Madureira e Sizenando da Cruz Dias, estabeleceria na cidade o

²⁵⁹ DORFMUND, Luiza Pereira. Op. Cit. p. 7 e 8.

²⁶⁰ Idem. p. 10.

²⁶¹ CARDOSO FILHO, Ronie. **SÃO JOSÉ, O COLÉGIO DE CASTRO. 1904-1994**. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09_filho.pdf. Acesso em: 01-11-2012. p. 48, 49.

²⁶² POMBO, José F. R. Instrução Popular. Belas Artes: a música, a pintura. Sociedades Literárias. In: **O Paraná no Centenário**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980. p. 121.

O autor utiliza como fonte documentos oficiais como a 1ª Legislatura Paranaense, relatórios do Presidente da Província e do secretário de Instrução Pública. Nesse caso, faltou a referência específica.

Colégio Sant'Ana do Iapó.²⁶³ Antes, porém, Antônio José de Madureira foi presidente da Biblioteca de Castro, para a qual doou quarenta e cinco obras para ampliação do acervo.²⁶⁴

3.4 – O testamento como forma de redenção

Certamente, é possível perceber parte das mudanças sociais e culturais de dada sociedade por intermédio da leitura de testamentos de uma dada época. Conforme as Ordenações Filipinas, antigo código de leis de Portugal, cuja parte civil vigorou até o início do período republicano brasileiro, não era permitido “que determinadas pessoas fizessem testamento: os homens menores de 14 anos; as mulheres abaixo de 12 anos; os “furiosos”, ou loucos; os mentecaptos, ou “idiotas”; os hereges; (...) os mudos; os surdos de nascença”.²⁶⁵ No entanto, para além das formalidades jurídicas, os testamentos “constituem alguns dos mais complexos registros históricos,”²⁶⁶ ricos em informações para a historiografia e, “nas mãos do historiador, podem se transformar em testemunhos sobre a morte, mas acima de tudo sobre a vida, em suas dimensões material e espiritual”.²⁶⁷

José Loureiro da Silva, reverendo na Comarca de Castro, escreveu seu testamento em 28 de janeiro de 1839, dois anos antes de morrer. Juntamente com suas últimas vontades, o padre declarava ser “natural da freguesia da Cutia do bispado de São Paulo, filho legítimo dos falecidos Sargento mor Francisco Loureiro de Almeida e de Dona Gertrudes Maria Machada”.²⁶⁸ Manifestou o desejo de que,

²⁶³ POMBO, José F. R. Instrução Popular. Belas Artes: a música, a pintura. Sociedades Literárias. Op. Cit. p. 122.

Seria instalado em Castro no ano de 1904, o Grupo escolar Dr. Vicente Machado e o Instituto Castrense. Em 1910 o Colégio São José seria fundado na cidade.

²⁶⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro**, 31 de junho de 1878., AP 544, 1878, v.II. p. 6 e 7.

²⁶⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 96, 97.

²⁶⁶ SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Silveira. **História e documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 93.

²⁶⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93.

²⁶⁸ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ LOUREIRO DA SILVA. CAIXA: 1841. Castro, 1841.

falecendo na vila de Castro, queria “ser sepultado na capela da irmandade da Senhora [do] Rosário”.²⁶⁹

Ao expor suas vontades, informando sobre o destino de seus bens, o pároco, à guisa de confissão, declarava que

inventariados os bens que ficarem por meu falecimento, depois de pagas algumas dividas que se verificar eu dever, feitos os sufragios e satisfeitas as esmolos que deixo ordenadas, visto que não tenho herdeiros necessarios, por isso instituo por meus herdeiros para suçedendo na herança dos meu bens, a meus filhos que por humana fragilidade tenho e são Maria Caetana, Francisco Rufino de Almeida, Libanea Rosa da Encarnação, Oristela Maria, Anna e Fortunada. Declaro que tive uma filha de nome Celedonia, a qual fiz casar com Henrique Berthier a quem alem de lhe dar uma escrava e duzentos mil réis em dinheiro dei-lhe tão bem um abono de dois contos de réis. Declaro mais que sendo eu secular por minha miseria tive copula carnal com Thereza Ferreira com a qual tive uma filha de nome Cecilia cuja em atençao a sua mãe criei e fiz casar com Ignacio Xavier Bueno e lhe dei uma escrava e duzentos mil réis e enviuvando fiz casar segunda vez com Manoel da Silva.²⁷⁰

Para Samara & Tupy, são raros os testamentos que “apresentam um codicilo em que o testador podia, por exemplo, reconhecer algum filho ilegítimo” e descrever “momentos confessados de adultério, as fragilidades que resultaram em filhos ilegítimos”.²⁷¹ No entanto, com José Loureiro da Silva isso aconteceu: ele, confessando sua “miséria” e “fragilidade humana”, reconheceu seus filhos ao escrever de próprio punho seu testamento²⁷², admitindo sua fraqueza e, possivelmente, buscando certa redenção ao deixar seus bens a seis de seus filhos naturais (outras duas filhas já haviam sido contempladas com parte do patrimônio do padre).

Já a preocupação em resolver outras questões pendentes, como quitar dívidas e nomear credores era algo mais comum; mas os interesses manifestados em testamento diferenciavam-se sensivelmente, por exemplo, em relação aos ritos fúnebres, tão importantes naquele contexto do século XIX. Essas diferenças seriam determinadas, por um lado, pelo poder aquisitivo do testador, já que um terço do

²⁶⁹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ LOUREIRO DA SILVA. CAIXA: 1841. Castro, 1841.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Silveira. **História e documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 95, 96.

²⁷² No testamento, verifica-se que a assinatura do testador mostra a mesma letra do corpo do texto.

monte mor poderia ser utilizado para os rituais *post mortem*; por outro lado, pelas opções religiosas pessoais do testador, que ficavam relativamente claras no testamento.

Trinta anos antes do testamento do reverendo, José Rodrigues Betim declarava suas vontades, sua fé e como queria seu rito funeral,

Em nome da santíssima trindade padre filho e espírito santo três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro saibão quantos esses instrumentos virem como no anno de nascimento de Nossa Senhor Jesus Christo de mil oito centos e onze aos dois dias do mês de janeiro nesta villa de Castro em casa de minha morada eu o Capitão mor José Rodrigues Betim estando em meu perfeito juízo e entendimento que Nosso Senhor me deu e doente gravemente de cama temendome da morte e desejando por minha alma no caminho da salvação por não saber o [que] Nosso Senhor de mim quer fazer e quando será servido levarme para si faço esse testamento na forma seguinte = Primeiramente encomendo a minha alma a Santíssima Trindade que a creou e logo ao eterno pai que pela parte de seu unigenito filho a queira receber e Virgem Maria Senhora Nossa e ao santo do meu nome e o da minha especial devoção o glorioso patriarca São José Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Monte do Carmo e a todos os Santos e Santas da corte do céu rogo sejam meus intercessores quando a minha alma deste mundo partir para que va gozar da bem aventurança para que foi criado porque como verdadeiro christão protesto viver e morrer na santa fé cathólica e crer tudo o que tem e cre a Santa Madre Igreja Romana em cuja fé espero salvar minha alma. (...) Ordeno que meu corpo seja sepultado nessa Igreja Matriz nas campas da irmandade do santíssimo que sou irmam levado com acompanhamento e tão bem se fara ofício de sepultura= no dia de meu falecimento ou no dia de meu enterro todos os sacerdotes que se acharem presentes dirão por minha alma missa de corpo presente=declaro que se digam mais por minha alma quatro capelas de missas, se a minha terça der para isso, que no caso não chegue da minha terça para as quatro capelas dirão as que puder.²⁷³

Eni de Mesquita Samara informa que “as despesas com o funeral deveriam ser pagas pelos bens do monte e as do “bem da alma” pela respectiva meação do morto, ou seja, pela terça”,²⁷⁴ conforme mencionou José Rodrigues Betim, cujo monte mor fora avaliado em 5:503\$790.

²⁷³ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ RODRIGUES BETIM. CAIXA: 1811. Castro, 1811.

²⁷⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. As estratégias familiares na transmissão do legado. In: **As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX.** São Paulo: Marco zero, 1989. p. 148. Significado de *terça*: “A terceira parte. Outras vezes terça é um deixado de defunto, a seus parentes, ou herdeiros, o qual é a terça parte de seus bens.” **Dicionário Raphael Bluteau.** Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/ter%C3%A7a>. Acesso em: 10-11-2012. p. 106.

Podemos refletir que quando uma pessoa determinava seu funeral, demonstrava a preocupação com sua imagem após a morte, ou seja, além de manifestar publicamente a fé, o funeral era uma cerimônia para os vivos. Betim era um homem relativamente abastado e seu enterro seria com certa pompa: as preocupações espirituais em encaminhar a alma e livrar-se dos pecados se misturam com as preocupações de cunho social, pois ao determinar, em vida, como deveria ser o ritual fúnebre, o testador continua “ditando as regras” mesmo depois da morte. Mas o testamento de Betim também assinala uma inquietação – que parece genuína – com a proximidade da morte e o destino de sua alma depois dela: ele declara estar doente e deseja o “caminho da salvação”, crente numa continuidade mas ignorando o desejo de “Nosso Senhor”; esta preocupação de caráter religioso vem acompanhada de uma atenção ao quanto a sua terra será capaz de cobrir, misturando, como nos demais testamentos, a espiritualidade e a vida material. Em geral, testamentos do século XIX seguiam a característica formal “ao culto da morte, determinando sempre em vida, o cerimonial do enterro, as esmolas e as missas – em menor quantidade – que visavam garantir uma boa passagem para a alma”.²⁷⁵

Betim declarava ser “natural da vila de Itu, filho legítimo de Bento Rodrigues Bueno e de Maria de Araújo”, afirmando que foi “casado com Dona Floriana Maria de Almeida de cujo matrimônio tiveram quatro filhos, a saber: Dona Maria Floriana mulher do alferes José Ribeiro, José Rodrigues, Bento Rodrigues e Anna Floriana mulher de Antonio Rodrigues Penteado”²⁷⁶. E então cita sua herança material, mencionando as terras, escravos, e também diversas pendências, quando nomeia seus credores e devedores:

Declaro que possuo uma fazenda de criar com treze escravos entre grandes e pequenos na paragem chamada Tabor que tudo se acha inventariado e não repartido pelos herdeiros, digo os escravo são catorze no continente do sul devo ao alferes Brás Linhares por crédito hum conto e tanto de réis= ao Capitão Domingos Rodrigues quatro centos e tantos mil réis também no continente= a João Cardoso no mesmo continente dezoito ou vinte mil réis= a Dona Joana no mesmo continente seis centos mil réis mais ou menos. Declaro que devo a irmandade do Santíssimo de Parnagoa trezentos

²⁷⁵ SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Silveira. **História e documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 96.

²⁷⁶ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ RODRIGUES BETIM. CAIXA: 1811. Castro, 1811.

e tantos mil réis= declaro que Francisco Xavier da Silva deveme por crédito hum conto de réis= o alferes José Rodrigues sete centos e tantos mil réis= João de Almeida filho de Alexandre Luis de Almeida em Itu oito mil réis= meu irmão Massimiano oito mil réis de um cavalo=e por dois créditos duzentos mil réis mais ou menos. Declaro que ao Capitão Joaquim José Pereira ou a seus herdeiros sendo falecido o dito meu testamenteiro destituirá cinco enta mil réis que devo de um engano, este morador das lages. Declaro que se a minha terça der dará meu testamenteiro a cada uma das minhas irmãs uma dobla de esmola.²⁷⁷

Vemos, portanto, que o testador lembra dos nomes daqueles a quem devia e, também, dos que lhe deviam, e dos valores aproximados de cada pendência, pois repetem-se expressões como “(...) e tanto de réis”, “(...) e tantos mil réis”. Sua preocupação parece ir um pouco além de nomear apenas o credor, quando declara que uma de suas dívidas – ao Capitão Joaquim José Pereira – se deve a um engano, porém não especificado.

E sem ter certeza do quanto restará de sua terça, deixa sua última recomendação, de “uma dobla de esmola” a cada uma das irmãs, condicionada a um cálculo que possivelmente só seria feito após a sua morte. A expressão condicional “se a minha terça der” já aparecia, no testamento de José Rodrigues Betim, na primeira parte ainda relacionada às questões religiosas: “(...) que no caso não chegue da minha terça para as quatro capelas dirão as que puder”.²⁷⁸

Ainda em Castro, em meados de abril de 1809, Baltazar Luiz Rodrigues decidiu que deixaria escrito seu testamento, e algum tempo depois, no mesmo ano, a cópia deste documento seria anexada ao seu inventário *post mortem*.²⁷⁹ O testador, solteiro, nomeou seis testamenteiros, distribuídos em diferentes locais, nos quais seus bens estariam dispostos.

nos preseitos da lei de Deus em cuja fé protesto viver e morrer faço esse testamento em que instituí por meus universais testamenteiros com livre e geral administração de meus bens. Nesta vila em primeiro lugar ao goarda mor Manoel Soares Lopes. Em segundo lugar ao capitam José Lourenço Dias. Em São Paulo [em primeiro lugar] ao capitam João José Rodrigues em segundo lugar ao Tenente Coronel Antonio Francisco de Aguiar em Sorocaba. em Coritiba ao auferes José Ribeiro de Macedo morador na villa de Castro. Em segundo lugar ao Reverendo padre José Francisco Aranha aos quais deixo de

²⁷⁷ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ RODRIGUES BETIM. CAIXA: 1811. Castro, 1811.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ A redação do documento está um pouco confusa, especialmente em relação à pontuação e à localização dos indivíduos citados.

premio a ventura de meus bens livres de todas as despesas judiciais.²⁸⁰

Outro desejo registrado por Baltazar demonstra certa simplicidade, por não fazer muitas exigências, e o funeral seria de acordo com seu testamenteiro,

aonde quer que eu falecer será meu corpo envolto em hábito de franciscano e na falta em um lençol e sepultado dentro da Matriz ou Capela mais visinha encomendado pelo paroco que me dirá a missa de corpo presente e que o mais do funeral seja ao arbítrio de meu testamenteiro.²⁸¹

Com apenas dois anos antes do testamento de José Rodrigues Betim, o texto de Baltazar Luiz Rodrigues, embora tão diverso em seus desejos, especialmente sobre o rito fúnebre, não difere muito em termos de estrutura: ele também “encomenda sua alma”, e passa para as questões materiais declarando possuir uma fazenda com escravos e alguns animais. Como indica Maria Lucília Viveiros Araújo, essa forma de descrição era um padrão dos testamentos da época, indicando que, “no século XIX, os testamentos foram perdendo sua finalidade espiritual, de forma que as versões mais recentes abordam exclusivamente os bens materiais”.²⁸²

Em nome de Deus Amém eu Baltazar Luiz Rodrigues natural da freguesia de Santta Maria de Ribeira de Penna arcebispado de Braga filho legítimo de Domingos José Rodrigues e sua mulher Quitéria Maria Teixeira falecidos. Asistente nos Campos Gerais de Curitiba termo da villa nova de Castro, bispado de São Paulo que do presente me acho nesta villa de São João Del Rei Comarca do Rio das Mortes de saúde com perfeito juízo.²⁸³

As primeiras palavras do testador Baltazar Luiz Rodrigues estão de acordo com as determinações contidas nas Ordenações Filipinas: além de demonstrar ser cristão, afirma estar em “perfeito juízo”. Podemos destacar, entre outras coisas, o lugar onde ele estava quando registrou seu testamento, São João Del Rei, apesar de morar nos Campos Gerais de Curitiba; estava bem de saúde, diferente de José

²⁸⁰ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE BALTAZAR LUIZ RODRIGUES. CAIXA: 1809. Castro, 1809.

²⁸¹ Idem.

²⁸² ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com testamentos.** Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao06/materia01/texto01.pdf>.

Acesso em: 06-03-2008. p. 1.

²⁸³ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE BALTAZAR LUIZ RODRIGUES. CAIXA: 1809. Castro, 1809.

Rodrigues Betim, que estava “gravemente de cama” e “temendo a morte”. Aparentemente, Baltazar Luiz Rodrigues fez seu testamento para se prevenir de algum inesperado infortúnio, visto que não possuía herdeiros diretos.

Considerando as informações já apresentadas, sobre a simplicidade registrada por Baltazar Luiz Rodrigues em relação ao seu funeral pode ser justificada, em parte, por sua condição financeira. Seu monte mor totalizava 1:110\$345 (um conto, cento e dez mil, trezentos e quarenta e cinco réis), cerca de cinco vezes menor do que o de José Betim 5:503\$790 (cinco contos, quinhentos e três mil, setecentos e noventa réis). No entanto, comparando com outro testador, Manoel Lopes Branco e Silva, cujo monte mor alcançava 10:046\$844 (dez contos, quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro réis), e com outros indivíduos de que dispomos apenas dos inventários²⁸⁴, observamos que estes cinco contos e meio de réis que somavam os bens de José Betim não faziam dele exatamente um homem rico; José Loureiro da Silva, por exemplo, detinha um patrimônio de 16:642\$425 (dezesesseis contos, seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco réis)²⁸⁵.

José Betim dispunha de mais recursos para os rituais fúnebres, mas a ressalva em que ele encomenda missas que não tem certeza se sua terça poderá arcar indica que sua preocupação com os tais rituais religiosos era maior do que a sua condição financeira no momento do testamento. Seu estado de saúde precário também parece justificar o grande apego à religião, diferente de Baltazar Luiz Rodrigues. Além disso, observamos o que parece ser uma diferença ou diversidade cultural-religiosa na forma com que ambos os testadores se expressam: ambos, possivelmente, foram orientados com relação às formalidades religiosas do documento, mas independente desta possível interferência, a grande quantidade de expressões de caráter religioso presentes no documento indicam uma postura católica mais detalhada, em contraposição à simplicidade da introdução religiosa que Baltazar Rodrigues faz em seu testamento e, especialmente, à menção deste último quanto ao desejo de ser “envolto em hábito franciscano, e na falta em um

²⁸⁴ O comerciante Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel que teve seu inventário lavrado em 1866 totalizou a soma de 198:852\$702 (cento e noventa e oito contos, oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos réis).

²⁸⁵ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ LOUREIRO DA SILVA. CAIXA: 1841. Castro, 1841.

lençol”.²⁸⁶ Baltazar Luiz Rodrigues, despido de certas formalidades no *post mortem*, parece ter tido uma vida mais simples na sociedade, talvez não apenas pelo fato de ter menos bens, mas também, por opções pessoais.

Essas características diferenciadas parecem se confirmar quando observamos outros dois detalhes que aparecem no inventário de José Rodrigues Betim, ao qual o testamento foi anexado. Lá, constatamos a presença de seis livros em sua biblioteca, um deles descrito como “livro latino intitulado ‘Moral Político’”; dos outros cinco sem os títulos, três são identificados apenas como “livros latinos”.²⁸⁷ A expressão “livros latinos” não nos diz muito, mas associando a presença deles entre os bens deste homem e observando a linguagem formal e também bastante voltada à religião católica que ele utilizou em seu testamento, acreditamos que ele fosse um homem culto, preocupado com a imagem e com as relações com os poderes religiosos instituídos. Segundo Oney Borba, José Rodrigues Betim foi o primeiro capitão mor da vila Nova de Castro.²⁸⁸ Sua relação com a tradição católica parece intensa, pois ele repete muitas vezes termos como “Nosso Senhor Jesus Cristo” e diversos nomes de santos. Ao contrário, Baltazar Luiz Rodrigues faz apenas uma referência a Deus, no início de seu testamento, e, depois a São Francisco, de forma indireta (“hábito franciscano”).²⁸⁹

Também consideramos a hipótese que os testadores mencionados eram alfabetizados, porque eram possuidores de livros. No inventário de Baltazar Luiz Rodrigues apenas três livros são citados; aparecem seis no inventário de José Rodrigues Betim; trinta e um (e mais um missal e quatro breviários) pertenciam ao reverendo José Loureiro da Silva. O último testador que abordaremos aqui, Dr. Manoel Lopes Branco e Silva (contemporâneo de Baltazar Rodrigues e José Betim), foi o homem que possuiu, em vida, a maior biblioteca que ficou registrada nos inventários, com trinta e oito volumes.

²⁸⁶ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE BALTAZAR LUIZ RODRIGUES. CAIXA: 1809. Castro, 1809.

²⁸⁷ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ RODRIGUES BETIM. CAIXA: 1811. Castro, 1811.

²⁸⁸ BORBA, Oney Barbosa. **Povoadores dos Campos Gerais do Paraná**. Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1969. p. 28.

²⁸⁹ O testamento de Baltazar Luiz Rodrigues, em comparação aos outros, também apresenta muitas palavras com letras trocadas e quase nenhuma pontuação. No entanto, o documento que manuseamos tem como título “Cópia do testamento de Baltazar Luiz Rodrigues”; portanto, não se trata de um documento escrito de próprio punho, como no caso do padre José Loureiro da Silva.

No dia 13 de setembro de 1810, Manoel Lopes Branco e Silva elaborou seu testamento, nomeando seus filhos e explicando que foi casado duas vezes, a primeira com dona Bibiana Perpétua Branca da Silva, com a qual teve cinco filhas; com a segunda mulher, Dona Maria Lúcia de Menezes e Souza, teve mais cinco filhos.²⁹⁰ É o testamento mais longo e detalhado; Manoel Lopes Branco e Silva esclarece questões de escrituras das terras, e como possuía muitos imóveis e escravos, estes foram especificados. Além disso, se mostrou interessado com a educação dos filhos, que deveriam ficar sob a responsabilidade de sua esposa:

Declaro nomeio para tutora dos meus filhos minha mulher dona Maria Lucia de Menezes e Souza por conhecer nela que há de cuidar da sua educação e bens com aquele afeto e amor que sempre os tratou e derrogo outro qualquer testamento (...). E por quanto esta é a minha última vontade.²⁹¹

Em relação a como deveria ser seu funeral, observamos que ele encomenda um grande número de missas, pela sua alma e também de antepassados, e deixa outras orientações para o seu sepultamento, sem dúvida consciente de que poderia cobrir com os custos:

Declaro que sou terceiro de Nossa Senhora do Monte do Carmo e que quero ser enterrado com hábito da Ordem da mesma Senhora havendo, e porque também sou cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo quero ser enterrado com hábito e insígnia da mesma ordem e morrendo no termo da vila de Castro quero ser enterrado na igreja da Senhora Santa Anna na mesma vila por ser a minha freguesia e que meu corpo seja acompanhado por todos os padres que se acharem na mesma vila e que todos digam missa de corpo presente aos quais se darão a esmola costumada e não podendo ser no dia do meu enterro será dita no dia seguinte. Quero que por minha alma se digam 400 missas e pela alma de meu pai e minha mãe 100 missas, pela alma de meus avós 50 missas, pela alma de meus irmãos e irmãs se dirão mais 50 missas, pela alma de minha primeira mulher se dirão 100 missas, pelas almas do purgatório se dirão 30 missas, pelas almas mais necessitadas do purgatório se dirão três missas, e a Nossa Senhora da Conceição se dirá uma missa, outra a Nossa Senhora da Piedade, outra a Nossa Senhora das Dores, outra a Nossa Senhora dos aflitos, outra ao senhor São José, outra ao santo do mesmo nome, outra aos anjos de minha guarda, todos da esmola costumada.²⁹²

²⁹⁰ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE MANOEL LOPES BRANCO E SILVA. CAIXA: 1810. Castro, 1810.

²⁹¹ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE MANOEL LOPES BRANCO E SILVA. CAIXA: 1810. Castro, 1810.

²⁹² Idem.

Manoel Lopes Branco e Silva e José Rodrigues Betim, em 1810 e 1811, respectivamente, mencionam em seus testamentos a vontade de serem enterrados na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Sant' Ana, cuja construção havia sido iniciada naquele período. Pessoas importantes, e também simples foram sepultadas ali, embora o templo tenha permanecido muitas décadas em obras:

Anos e anos se passaram em construção. Mesmo assim, os sepultamentos eram feitos no local. No chão da sacristia foram sepultados o Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, povoador de Guarapuava, o Sargento-Mór José Felix da Silva Passos e outras personalidades importantes politicamente da época, até 1836, quando os ofícios religiosos passaram para a igreja do Rosário que serviu de Matriz até a inauguração desta pelo Padre Damaso José Correa.²⁹³

O termo “na igreja”, porém, apesar do que nos diz Borba sobre estes que foram enterrados no “chão da sacristia”, em outros casos deveria significar o cemitério que havia no “pátio da antiga” capela de Sant'Ana e muito próximo à nova igreja, como observamos no quadro de Debret,²⁹⁴ de 1829.²⁹⁵ Como a construção foi iniciada em 1810 e o ritmo das obras foi lento, é possível que quando Manoel Lopes e José Betim faleceram, nem mesmo os alicerces da nova Igreja Matriz estivessem prontos²⁹⁶.

O padre José Loureiro da Silva, escrevendo testamento em período posterior, queria ser enterrado na Igreja do Rosário, que estava sendo utilizada como Matriz interina no momento em que redigiu seu testamento, em 1839. Baltazar Luiz Rodrigues, com testamento escrito praticamente no mesmo contexto de Branco e Silva e Betim, deseja um cortejo mais simples, pois queria apenas que seu corpo “fosse envolto em hábito de franciscano, e na falta deste, um lençol, e sepultado dentro da Matriz ou Capela mais vizinha.”²⁹⁷

Como já indicamos, a presença da Igreja e sua influência no contexto social e cultural dos testadores são encontradas nos testamentos que analisamos,

²⁹³ BORBA, Oney Barbosa. **Os Iapoensens**. 2ª Edição. Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1986. p. 139.

²⁹⁴ Ver imagem reproduzida na seção 1.1 – Vila de Castro: história e cultura.

²⁹⁵ PARÓQUIA SANT'ANA. Histórico. Disponível em: <http://parsantana.com.br/historico>. Acesso em: 01-05-2013.

²⁹⁶ Foi em 09 de outubro de 1813 que se teve o início dos “alicerces da nova Matriz [pois] a capela de Sant'Ana ameaçava ruir”. Fonte: VILLELA, Léa Maria Cardoso. DINIZ, João Maria Ferraz. **Igreja Matriz Sant'Ana**: Cronologia. s/e. Castro, 2009. p. 10.

²⁹⁷ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE BALTAZAR LUIZ RODRIGUES. CAIXA: 1809. Castro, 1809.

lembrando que uma das exigências legais, para se ter o testamento reconhecido, era ser cristão. Mas pudemos observar diferenças importantes nas redações dos documentos e nos desejos de cada um dos testadores; o que os aproximou, neste estudo, foi a presença de livros em seus inventários, algo pouco comum naquela época e região.

A partir dos testamentos, percebemos que os testadores estavam preocupados com as questões práticas que deveriam ser tomadas quando eles morressem; ou seja, em primeiro lugar, o cortejo funeral, e em segundo, a distribuição dos bens mais valiosos (como as terras e os escravos) aos herdeiros. As informações sobre o destino das bibliotecas são omitidas nos testamentos, bem como dos demais “trastes de casa”: ferramentas e objetos sem grande valor monetário. Como vimos, alguns inventários registraram estas informações, especificando quem foram os herdeiros dos livros, ou um destino diferente como no caso daqueles que foram a leilão. No entanto, não podemos deixar de considerar que os livros em si representam especialmente uma herança ou legado, pois as histórias de vida das pessoas estudadas não existem sem esses objetos, cujo valor transcende cifras e dados que se possa registrar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os hábitos culturais da sociedade de Castro, como vimos, ocorreram de diversas maneiras ao longo do oitocentos: com a posse de livros em determinados inventários *post mortem*, com a presença de uma Biblioteca, representada no Relatório do presidente e do bibliotecário, Antônio José Madureira e Dr. Manoel da Cunha Lopes Vasconcellos, respectivamente, com seus doadores e pessoas que emprestavam os livros e, conseqüentemente, frequentavam o local, de forma que a biblioteca pode ser compreendida como um espaço cultural de encontro e sociabilidade entre os usuários.

Também encontramos vestígios da palavra impressa, em Castro, em duas correspondências: uma tratava do fornecimento de livros em Castro em 1854²⁹⁸, e a outra, vinte anos depois, em 20 de janeiro de 1874, faz referência sobre o recebimento e distribuição de livros nas escolas do distrito, que parece se tratar de uma prestação de contas do inspetor do distrito, Conrado Caetano Erichsen, ao secretário de instrução pública Garces Pedro Schleder.²⁹⁹

Embora escritas em contextos distintos, as duas correspondências indicam o fornecimento ou distribuição de livros no interior da sociedade de Castro. Os livros mencionados poderiam ser didáticos e/ou de literatura, mas o fato a destacar é a presença e a circulação desse objeto na região, o que ficou registrado através das comunicações oficiais daquelas autoridades.

Para encaminharmos uma conclusão a este trabalho, faremos algumas considerações acerca da questão proposta por esta pesquisa: apreender qual o valor do livro no interior da sociedade de Castro, uma pequena povoação no interior da Província do Paraná, no século XIX. No que concerne aos inventários *post mortem*, havia a indicação de poucos livros em Castro, no período e documentação estudados; além do mais, não sabemos os títulos completos da maioria deles, e nem dispomos de outras informações básicas para identificá-los.

²⁹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Coleção de correspondência AP0007, pg: 079. Ano: 1854. GUIMARÃES, José Mathias Gonçalves. Primeiro Secretário da Secretaria da Assembléia Provincial, 13-09, ao secretário do Governo, remetendo projetos de Lei, sobre fornecimento de livros a Fabriqueiro e Instrução Pública.

²⁹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Coleção de correspondência AP 0432 PÁGINA: 064. ANO: 1874. ERICHSEN, Conrado Caetano. Ins. do Distrito, Castro, 05-02, ao secretário da Instrução Pública, Castro. Acusa recepção de livros e a distribuição em escolas do distrito.

Contudo, ainda que timidamente, o impresso fez parte (entre tantos outros pertences) da sociedade castrense do oitocentos. Em onze inventários (datados entre 1800 e 1870), “capturamos homens” que possuíram mais de uma centena de livros numa região do interior do Paraná, situação bastante distinta daquela encontrada nas cidades de Minas Gerais e em São Paulo, onde a presença do livro era muito mais numerosa. Mas são números significativos, pois indicam a sua presença e a sua circulação naquela sociedade. Não podemos precisar o número de livros nos inventários estudados, pois a “descrição” da biblioteca de José Joaquim Marques e Souza (inventário de 1864) refere apenas “diversas obras portuguesas e francesas, avaliadas em 60\$000”.³⁰⁰; um valor significativo. Mesmo assim, identificamos nos demais inventários com livros arrolados, o total de aproximadamente 120 obras em 141 volumes.³⁰¹

Os livros, como os demais objetos pessoais descritos nos inventários, faziam parte da vida das pessoas. Se a leitura pode atingir as pessoas analfabetas ou com pouco estudo, através do ouvir-ler e das imagens, com a posse de livros é diferente, mesmo não confirmando que determinada pessoa leu a obra que possuía. Ter uma ou várias obras indica o interesse em se ter um livro em casa, por necessidades profissionais, acadêmicas, de entretenimento, por *status*. Diferente dos demais objetos descritos nos inventários, como uma lamparina ou uma ferramenta manual, os livros “transportam ideias, discursos” e o significado em possuí-los pode ir além de uma simples distração (infelizmente, não tivemos informações sobre as impressões de leitura dos inventariados).

Com relação ao Relatório da Biblioteca da cidade de Castro, podemos afirmar que 247 pessoas eram leitores e que 1033 volumes foram consultados. Com isso, podemos visualizar o interesse de parte das pessoas em frequentar e consultar as obras daquele acervo. E as pessoas que frequentaram a biblioteca da cidade, como doadores, sócios, leitores, revelam sua aproximação e afinidade com a palavra impressa.

Questionando essa presença de livros no interior daquela sociedade e buscando aproximar ambos, compreendemos que uma sociedade como esta do

³⁰⁰ FÓRUM DA COMARCA DE CASTRO. INVENTÁRIO DE JOSÉ JOAQUIM MARQUES E SOUZA. CAIXA: 1864. Castro, 1864.

³⁰¹ Ver lista do total dos livros inventariados em anexo.

interior paranaense abrigou entusiastas e profissionais envolvidos com a cultura, como Emilia Erichsen e Rocha Pombo. Mas os trabalhadores analfabetos, mantidos nesta condição por interesse de seus senhores e patrões, também contribuíram para o desenvolvimento local. Convém lembrar que entre os inventariados que possuíam livros, se misturam homens abastados e humildes.

Cotejando as informações das fontes utilizadas, entendemos que além de fazer parte da sociedade, os livros simbolizavam a diferenciação, ou seja, por não serem comuns no arrolamento dos bens, devemos considerar que livros foram omitidos em toda essa documentação, por exemplo, numa sociedade cristã, que segundo as listas de bens possuíam várias imagens de santos, em testamento também manifestavam sua fé; não encontramos registros sobre a posse da Bíblia.

E esse exemplo nos leva a considerar que livros eram omitidos, e em contrapartida, existiram livros que não foram documentados. E essas lacunas revelam a complexidade da história do livro, e não foi só em Castro que encontramos dificuldades em rastrear os livros e os possíveis leitores; isso ocorreu em Minas Gerais na documentação do historiador Luiz Carlos Villalta; no Rio de Janeiro estudado por Márcia Abreu, como vimos no primeiro capítulo.

Compreendidos como bens culturais, os livros atravessaram a história dos indivíduos, e o contato pode acontecer através das escolas, das bibliotecas, das livrarias, da Igreja. Por hora apresentamos as considerações finais a partir do que foi proposto na pesquisa, lembrando que a força do impresso é um campo historiográfico sempre em construção.

FONTES

1. Inventários post mortem Fórum da Comarca de Castro (PR)

Inventário dos bens pertencentes à Fazenda Pitangui (1806)

Inventário de Baltazar Luiz Rodrigues (1809)

Inventário de Manoel Lopes Branco e Silva (1810)

Inventário do Capitão Mor José Rodrigues Betim (1811)

Inventário de José Manuel Ferreira (1829)

Inventário de Cipriano Eleutério dos Santos e Joaquina Lanhzoa (sua mulher) (1832)

Inventário de José Maria Lima (1836)

Inventario do Reverendo José Loureiro da Silva (1841)

Inventário de Pedro de Tal, francês (1856)

Inventário de José Joaquim Marques e Souza (1864)

Inventário de Joaquim Teixeira Cardoso Pimentel (1866)

2. Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório da Diretoria da Biblioteca da Cidade de Castro**, 31 de junho de 1878., AP 544, 1878, v.II.

FOTOS

Luciana Cristina Pinto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. **Diferentes formas de ler.** Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm>. Acesso em: 11 jan. 2008.

_____. **Quem lia no Brasil Colonial?** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4ABREU.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. (Orgs). **O Império por Escrito.** São Paulo: Alameda, 2009.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. (Orgs). **O Império por Escrito.** São Paulo: Alameda, 2009.

ARAÚJO, Maria Lúcia Viveiros. **Circulação de livros em São Paulo, 1800-1860.** Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Maria%20Lucilia%20viveiros%20Araujo.pdf> Acesso em: 22-06-2011.

_____. **Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com testamentos.** Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao06/materia01/texto01.pdf>. Acesso em: 06-03-2008.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Coleção de correspondência AP 0432 PÁGINA: 064. ANO: 1874.

_____. Coleção de correspondência AP0007, PÁGINA: 079. Ano: 1854.

BARROS, José D'Assunção. **História Cultural:** um panorama teórico e historiográfico. Disponível em: seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/download/5925/4901. Acesso em: 10-04-2013. Formato pdf.

BLOCH, Marc. **Apologia da História:** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORBA, Oney Barbosa. **Os Iapoenses.** 2ª Edição. Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1986.

_____. **Povoadores dos Campos Gerais do Paraná.** Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1969.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. **Cultura Material.** In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16 - Homo — Domesticação — Cultura Material,

p.11-47. Disponível em: http://jmir3.no.sapo.pt/Ebook2/Cultura.Material_Einaudi.pdf. Acesso em: 15-08-2012.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Ed. Universidade Paulista, 1991.

CARDOSO FILHO, Ronie. **O Semanário A Campanha (1895-1896):** aspectos ideológicos, midiáticos e históricos de um órgão de imprensa no interior do Paraná. Disponível em: <http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/O%20Semanario%20A%20Campanha%20-1895-1896.pdf>. Acesso em: 20-10-2012.

_____. **SÃO JOSÉ, O COLÉGIO DE CASTRO. 1904-1994.** Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09_filho.pdf. Acesso em: 01-11-2012.

CARDOSO, Jayme Antônio & WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná.** 2ª Edição. Curitiba: Editora Livraria do Chain, 1986.

CARDOSO, Tereza Maria R. F. L. **As Luzes da educação :** fundamentos, raízes históricas e prática das Aulas Régias no Rio de Janeiro, 1759-1834. Bragança Paulista : Ed. da Universidade São Francisco, 2002.

CARVALHO, Antônio Luiz Affonso de. Relatório do Presidente da província – 1870. **CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES.** Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/632/>. Acesso em: 16-10-2012.

CASTRO, Eufrásia Carlita. **A difusão do livro através de bibliotecas particulares em São João Del Rei (1830-1840).** Monografia de pós graduação *latu sensu*. Universidade federal de São João Del Rei, 2003. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/pghis/monografias/difusao.pdf> Acesso em: 22-06-2011.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette:** Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura:** livros, leitores e História Cultural (1880-1930). Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LAMB, Roberto Edgar. **A ocupação dos Campos Gerais.** Disponível em: http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/campos_gerais_ocupacao.htm. Acesso em: 18-05-2012.

DORFMUND, Luiza Pereira. **Exaltação à Professora Emília Erichsen, Fundadora do 1º Jardim de Infância no Brasil.** São Paulo: FTD, 1966.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora UNESP – Hucitec, 1992.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Micro-História e outros Ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LANGE, Francisco Lothar Paulo. **Os Campos Gerais e sua Princesa**. Curitiba: COPEL/F. L.P. Lange, 1998.

LEANDRO, José Augusto. **Palco e tela na modernização de Castro**. Dissertação de Mestrado – UFPR. Curitiba: UFPR, 1995.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais**. Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História, nº 3, jun. 1963.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, Ilton Cesar. **E eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério**: crime e escravidão na Comarca de Castro (1853-1888). Tese de doutorado UFPR. CURITIBA. 2011.

MENEGUZZO, Isonel Sandino; DE MELO, Mário Sérgio. **Escarpa Devoniana**. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/escarpa.htm>. Acesso em: 19-07-2013.

MUSEU DO TROPEIRO. **Inventários e testamentos**: Cartório Cível de Castro. VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Castro, 2003 – 2011.

NOVACKI, Luís Henrique. **Como se liberto nascesse de ventre livre**: escravos libertos na Freguesia da Palmeira/PR (1831-1848). Revista Vernáculo, nº 3, 2000. Documento em formato pdf. p. 71. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/vernaculo/article/viewArticle/18072>. Acesso em: 20-05-2012.

PARÓQUIA SANT'ANA. Histórico. Disponível em: <http://parsantana.com.br/historico>. Acesso em: 01-05-2013.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso:** (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829 – 1889). Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PINTO, Elizabete Alves; GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983.

POMBO, José F. R. **O Paraná do Centenário**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

PORTELA, Bruna Marina. **Caminhos do cativo:** a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830). Curitiba: Dissertação de Mestrado – UFPR, 2007. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/11749/Brunamarinaportela.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10-12-2011.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. Tradução Carlos Vogt. Campinas (SP): Pontes, 1989.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. Tomo I, 1. 3ª edição, 1839.

ROSAS, José Pedro Novaes. **A Fundação da Cidade de Castro:** apontamentos históricos. Castro: S/ed., S/d.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco zero, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Silveira. **História e documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos Reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>. Acesso em: 15-08-2012.

SOARES, Flávia dos Santos. **A Instrução Pública e o ensino de matemática no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI**. Disponível em: <http://limc.ufrj.br/hitem4/papers/37.pdf>. Acesso em: 01-07-2013.

VALADARES, Virgínia Trindade. **Elites mineiras setecentistas:** conjugação de dois mundos. Lisboa: Colibri, 2004.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. Relatório do Presidente de Província – 1854. **CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES**. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paran%C3%A1> Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/>. Acesso em: 16-10-2012.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Bibliotecas privadas e práticas de Leitura no Brasil Colonial**. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf>. Acesso em: 15-04-2008.

_____. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. & SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de leitura**: usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: Tese de doutorado, 1999. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14122009-115825/pt-br.php>. Acesso em: 21-11-2011.

VILLELA, Léa Maria Cardoso. DINIZ, João Maria Ferraz. **Igreja Matriz Sant'Ana: Cronologia**. s/e. Castro, 2009.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. 2ª edição. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

ANEXOS

**LISTA DOS LIVROS NOS INVENTÁRIOS *POST MORTEM* EM CASTRO (PR)
ENTRE 1800 E 1870.**

1. FAZENDA PITANGUI (1806)

Um missal avaliado em 5\$000
Um missal velho avaliado em \$320
Um livro de catecismo velho, sem valor
TOTAL: 03 LIVROS

2. BALTAZAR LUIZ RODRIGUES (1809)

Três livros no rol dos bens, atribuindo-lhes um valor total de 1\$000 (mil réis)
TOTAL: 03 LIVROS

3. MANOEL LOPES BRANCO E SILVA (1810)

1. Uma Ordenação com seu repertório – 12\$800.
2. Nove tomos da obra de Guerreiro – 18\$000. **1 OBRA EM 9 VOLUMES**
3. Um dito Rocha [?] – 1\$200.
4. Três tomos de coleções de leis – 4\$800. **1 OBRA EM 3 VOLUMES**
5. Um dito terceira de mano [?] regis [?] – 1\$500.
6. Um dito Mendes de Castro - \$960.
7. França [?] em dois tomos – 3\$200. **1 OBRA EM 2 VOLUMES**
8. Um dito Cardoras [?] - \$800.
9. Um dito caminha de libelos - \$960.
10. Um dito Peia [?] [I] - \$240.
11. Um dito Manoel Patrício - \$800.
12. Um dito Princípio de Direito Natural - \$640.
13. Um dito Barbosa – 1\$200.
14. Um dito Pegas [?] - \$560.
15. Um dito Companhia de Coimbra [?] - \$640.
16. Cícero em dois tomos - \$960. **1 OBRA EM 2 VOLUMES**
17. Um [I] - \$960.
18. Um dito Veloso observações sobre várias matérias - \$800.
19. Outro dito do mesmo autor - \$800.
20. Outro dito - \$800.
21. [I] – 1\$600.
22. Um tomo [?] terceiro [?] de seleta [?] latina [?] - \$480.
23. História do Direito Cível de Portugal [I] entrada de Romanos em Espanha de mom [?] escrito - \$320.
24. Um dito Prática Literária - \$480.
25. Revolução e estado atual da França - \$240.
26. Uma paródia [?] latina – 3\$200.

TOTAL: (26 OBRAS EM 38 VOLUMES)

4. JOSÉ RODRIGUES BETIM (1811)

Um livro velho avaliado em \$320,
 Três livros latinos velhos avaliados em \$240,
 Um livro latino intitulado "Moral Político" avaliado em \$160,
 Um livro novo avaliado em 2\$000"
 TOTAL: 6 LIVROS

5. JOSÉ MANUEL FERREIRA (1829)

Onze livros latinos avaliados em 7\$040
 Dois livros avaliados em 2\$560
 Quatro livros pequenos avaliados em \$640
 TOTAL: 17 LIVROS

6. CIPRIANO ELEUTÉRIO DOS SANTOS E JOAQUINA LANHOZA. (1832)

Dois livros intitulados 'A filha dos desgostos' 1\$000 (mil réis)
 TOTAL: 1 OBRA EM 2 VOLUMES

7. JOSÉ MARIA (1836)

Sete volumes intitulados Mil e uma noites, avaliados em 7\$000 **1 OBRA EM 7 VOLUMES**
 um livro do cozinheiro moderno avaliado em 2\$000
 um livro de nota política avaliado em \$640
 dois volumes de Retórica avaliados em 1\$280 **1 OBRA EM 2 VOLUMES**
 TOTAL: 4 OBRAS EM 11 VOLUMES

8. JOSÉ LOUREIRO DA SILVA (1841)

Trinta e um livros de diferentes qualidades avaliados em 12\$800
 um missal avaliado em 6\$400
 quatro breviários avaliados em 6\$400
 TOTAL: 36 LIVROS

9. PEDRO "DE TAL" FRANCÊS (1856)

dois dicionários em francês avaliados em 2\$000
 cinco livros dominicanos avaliados em 4\$000
 dois livros de metalógica avaliados em 3\$000
 dois manuais avaliados em 1\$000
 TOTAL: 11 LIVROS. 10 OBRAS EM 11 VOLUMES (Se considerarmos os dois dicionários em Francês como uma obra em dois volumes)

10. JOSÉ JOAQUIM MARQUES E SOUZA (1864)

Diversas obras portuguesas e francesas, avaliadas em 60\$000

11. JOAQUIM TEIXEIRA CARDOSO PIMENTEL (1866)

1. Um livro linhas orfanológicas avaliado em 6\$000
2. Um livro juízos divisórios avaliado em 4\$000
3. Um manual de apelações avaliado em 6\$000
4. Um livro de ações comerciais avaliado em 6\$000
5. Um médico do povo avaliado em 3\$000
6. Um livro de cozinheiro avaliado em 2\$000
7. Dois códigos comerciais avaliados em 12\$000
8. Um livro Lei das Terras avaliado em 4\$000
9. Um livro de Guarda Nacional avaliado em 2\$000
10. Um livro Advogado do Povo avaliado em 3\$000
11. Um livro Paulo Batista avaliado em 3\$000
12. Um livro Praxe Forense avaliado em 6\$000
13. Um dito Lobão avaliado em 6\$000.

TOTAL: 14 LIVROS